

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 157 – 2º quadrimestre de 2021

ISSN 0101-7184



A Missão Militar Francesa no Brasil e seu impacto sobre a Escola de Estado-Maior

Pág. 15

Walter Nilton Pina Stoffel

Defendendo o Novo Mundo: a formação dos Estados latino-americanos sob a perspectiva da História Comparada e do Poder Militar

Pág. 35

Carlos Roberto Carvalho Daróz

A Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB) no Teatro de Operações da Itália (1944-1945)

Pág. 54

Claudio Luiz de Oliveira





Comandante do Exército

Gen Ex Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Carlos Augusto Ramires Teixeira

Editor

Cel Eduardo Biserra Rocha

Diretor da BIBLIEx

Corpo Redatorial

Cel Marcelo Vieira de Souza Filho

Cel Antonio Ferreira Sobrinho

Cel Cláudio Skora Rosty

Cel Eduardo Scalzilli Pantoja

Cel Claudio Luiz de Oliveira

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Maristela da Silva Ferreira

Composição

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE HISTÓRIA
MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHEMEX)

Avenida Pedro II, 383

São Cristóvão – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.941-070

Direção, revisão, diagramação e distribuição

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA (BIBLIEx)

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25

3º andar – Ala Marcílio Dias – Centro – Rio de Janeiro-RJ

CEP 20.221-260

Tel.: (21) 2519-5707

Revisão

Cel Edson de Campos Souza

Ten Cel Paulo Baciuk

Diagramação

Cb Vladson Elias dos Santos

Projeto Gráfico

3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para o editor executivo** (reb@esao.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital gerado por processador de texto, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

Figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi. Tabelas deverão ser fornecidas igualmente em separado, em formato de planilha eletrônica. Gráficos devem ser acompanhados de seus dados de origem. Não serão publicadas tabelas em formato de imagem.

As referências são de **exclusiva responsabilidade dos autores** e devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL



Desde 1949

"A Gráfica do Exército" - Compromisso com a Qualidade

Impresso na Gráfica do Exército

Al. Mal. Rondon - Setor de Garagens - QGEx - SMU - CEP: 70630-901 - Brasília - DF

Tel: 3415-4367 - Site: <http://www.graficadoexercito.eb.mil.br>

E-mail: divcoml@graficadoexercito.eb.mil.br

Revista do

EXÉRCITO BRASILEIRO

Vol. 157 – 2º quadrimestre de 2021 – Revista do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1 - v.8, 1882-1889; v.1 - v.10, 1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130, 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.



ACESSE NOSSAS REVISTAS DIGITAIS

NOSSA CAPA

Fotografia de um dos “Balcões” instalados nas carrocerias das viaturas 2 ½ toneladas, que percorriam toda a frente onde estivesse um destacamento brasileiro. Esses balcões móveis partiam de Roma, onde ficavam arquivados os documentos e centralizada a escrituração da Agência do Banco do Brasil Junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB).

Design de Capa: 3º Sgt Marcos Côrtes Pimenta

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro.



Caros leitores,

Os autores desta edição, militares integrantes de setores do Departamento de Educação e Cultura do Exército, em especial da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, e demais parceiros institucionais, civis e militares, brindam-nos com uma variedade de assuntos de nossa historiografia, cobrindo um extenso recorte temporal, que compreende desde o período colonial até o período republicano.

Reunimos sete artigos que apresentam uma multiplicidade de objetos de estudos. Esse conjunto se inicia com a pesquisa desenvolvida pelo capitão R/1 João Carlos Talina, colocando em perspectiva a política cultural desenvolvida nos primórdios do Brasil Colônia por D. João, e suas contribuições à música militar naquele período. Seu texto permite-nos ver o alvorecer da música militar e o processo de construção do *ethos* musical militar e da inserção e profissionalização do músico militar.

Em seguida, o general de brigada R/1 Walter Nilton Pina Stoffel descreve a relação histórica da Missão Militar Francesa no Brasil com as ações de profissionalização do Exército Brasileiro, especialmente nas interações dessa missão estrangeira com a Escola de Estado-Maior (EEM) e com o próprio Estado-Maior do Exército. Oferece-nos, assim, fontes de pesquisa valiosas para esse momento fundacional da profissionalização de nossa Força. Ainda perpassando alguns reflexos e oportunidades trazidas pela MMFB, o coronel Marcelo Vieira de Souza Filho traça para nós o processo de motomecanização da cavalaria brasileira, contextualizando as oportunidades, dificuldades e experiências vividas em suas três primeiras fases (1920, 1930 e a partir da Segunda Guerra Mundial), até a formação da divisão blindada brasileira, em 1957.

Debruçando-se sobre o processo de independência das colônias da América Hispânica e a consequente formação dos Estados latino-americanos, sob o enquadramento teórico da História Comparada e do Poder Militar, o coronel R/1 Carlos Roberto Carvalho Daróz evidencia as diferenças dos processos de emancipação desencadeados pelas colônias espanholas em relação à maior colônia portuguesa: o Brasil. Coloca em destaque as consequências dessas diferenças para a formação dos Estados Nacionais, mostrando-nos com clareza que os processos de independência mais marcados pelo viés revolucionário da América Hispânica “levaram a rupturas colossais, resultando em mais de uma dezena de repúblicas”, enquanto o processo menos violento, marcado por ações de continuidade, resultou na manutenção territorial do Brasil.

Prosseguindo, a professora doutora Hevelly Ferreira Acruche volta-se para duas nações formadas no contexto da América Hispânica e da América Portuguesa – o Uruguai e o Brasil – e coloca em discussão as possíveis disputas e questões diplomáticas entre essas nações, em torno do recrutamento de estrangeiros para o serviço militar obrigatório, em período posterior ao Tratado de Extradicação de 1851. Explora, ainda, importantes questões acerca da indefinição, à época, das fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos, e as consequentes tensões decorrentes dessa indefinição.

Encerrando esta edição, os dois últimos artigos, “A Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB) no Teatro de Operações da Itália (1944-1945)” e “Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA)”, assinados, respectivamente, pelo coronel R/1 Claudio

Luiz de Oliveira e pelos articulistas Carlos Alexandre de Almeida Costa, pesquisador associado ao CEPHiMEx, e coronel R/1 Cláudio Skora Rosty, apresentam temas pouco explorados acerca da participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

O coronel Claudio Luiz de Oliveira aborda a participação da Agência do Banco do Brasil, Órgão Não Divisionário (OND), no apoio aos nossos soldados na Campanha da Itália. Narra, além de fatos de sua criação, constituição, dificuldades e missões, as histórias relatadas por seus funcionários, pesquisadas e colhidas nos arquivos do Centro Cultural Banco do Brasil.

Em “Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA)”, os autores, utilizando-se dos relatórios anuais do presidente da CRIFA ao presidente da República, nos anos de 1946 a 1955, lançam luz sobre o processo histórico de reintegração social e profissional dos ex-combatentes da FEB, enfocando a atuação da comissão nos 10 primeiros anos de sua existência.

Esperamos que a variedade de temas enriqueça e favoreça o debate historiográfico e convide o leitor à reflexão, à pesquisa e ao diálogo com este grupo de pesquisadores e com a nossa rica História.

Boa leitura!

SUMÁRIO

- 4** Música militar no Período Joanino – A herança da Casa de Bragança à música militar
João Carlos Talina
- 15** A Missão Militar Francesa no Brasil e seu impacto sobre a Escola de Estado-Maior
Walter Nilton Pina Stoffel
- 27** Motomecanização da cavalaria brasileira
Marcelo Vieira de Souza Filho
- 35** Defendendo o Novo Mundo: a formação dos Estados latino-americanos sob a perspectiva da História Comparada e do Poder Militar
Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 46** O recrutamento de estrangeiros nas fronteiras do Extremo Sul da América
Hevelly Ferreira Acruche
- 54** A Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB) no Teatro de Operações da Itália (1944-1945)
Claudio Luiz de Oliveira
- 68** Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA)
Carlos Alexandre de Almeida Costa
Cláudio Skora Rosty

Música militar no Período Joanino

A herança da Casa de Bragança à música militar

João Carlos Talina*

Introdução

O presente artigo pretende trazer à luz uma parte da vasta e inegável contribuição da política cultural-musical de D. João¹ para a música militar em Portugal e no Brasil, em especial. Somos herdeiros das tradições culturais da música militar portuguesa, as quais se mantiveram agregadas, posteriormente, após a independência do Brasil, em 1822, ao *ethos* musical do Exército Brasileiro.

Nesse sentido, esta pesquisa, utilizando-se da perspectiva da Musicologia Histórica (KERMAN, 1987), busca levantar os aspectos da música militar no Brasil Colonial², bem como em Portugal, antes da chegada de D. João, da Corte Portuguesa e da Família Real para o Brasil, em 1808, e durante o período de sua permanência – Período Joanino³ –, como, também, após a sua partida para Portugal, já como D. João VI – rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821.

Os primórdios da música no Brasil Colônia

O *ethos* musical em *Terra Brasilis*: música militar, religiosa e profana



Figura: 1 – Agrupamento musical de um regimento do séc. XVIII
Fonte: Souza, 2008, p. 1

No final do séc. XVIII até 1806, antes da chegada de D. João⁴ e de sua Corte Portuguesa e da Família Real, em 1808, de acordo com Souza (2008), a música militar no Brasil era também presente por meio de músicos executantes de tambores e pífaros, nos corpos militares pertencentes às unidades de infantaria e de artilharia, e músicos executantes de trombetas nas unidades de cavalaria, os quais eram contratados e pagos com o soldo da oficialidade:

Na cidade do Rio de Janeiro, cinco Regimentos de Infantaria (1º, e 2º Regimentos de Infantaria; e três Regimentos destacados de Portugal: o de Moura, o de Bragança e o Regimento de Extremoz) e um Regimento de Artilharia e Esquadrões de Cav da Guarda do Vice-Rei. Em Santa Catarina, um Regimento de Infantaria. Em S. Paulo, dois Regimentos de Infantaria e um Regimento de Cavalaria. No Rio Grande, um Regimento de Infantaria e um Regimento de Cavalaria. Na Bahia, existiam dois Regimentos de Infantaria e um Regimento de Artilharia. Em Pernambuco, dois Regimentos de Infantaria e um Regimento de Artilharia. No Pará, dois Regimentos de Infantaria e, no Maranhão, um Regimento de Infantaria. (SOUZA, 2008, p. 134-135)

Entretanto, segundo Talina (2019), já existiam bandas de música civis no Brasil Colônia, em especial, os ternos de barbeiros⁵, cujo *ethos* musical era praticado nas cerimônias religiosas, cortejos, procissões, festas, enfim, a saber:

[...] a partir do séc. XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa à Cidade do Rio de Janeiro, as bandas de música militares foram formadas, organizadas como tal, nos regimentos de Primeira Linha. Portanto tais bandas de música militares, criadas nesse período, irão coexistir com as bandas de música pré-existentes no Brasil, relacionando-se mutuamente, em especial, no aspecto do *ethos* musical, quanto ao repertório,

* Cap QAO Mus R/1 Mestre de Música (EsIE/2005); Músico (EsIE/1994/1989/1984); Graduado em Educação Musical (SUAM/1988); Especialista em Educação Musical (CBM/1990); Especialista em Psicopedagogia (UFRJ-CEP/1997); Especialista em Pedagogia (UFRJ-CEP/1999); Mestre em Ciência da Arte (UFF/2003) e Assessor de Musicologia e Chefe da Subseção de Obras Musicais Militares da Seção de Simbologia Marcial (SSM), da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

público, formação de músicos etc. (TINHORÃO, 1998, *apud* TALINA, 2019, p. 5)⁶

Cardoso (2008) também cita a existência de bandas de música militares nos regimentos milicianos de São Paulo, bem antes da chegada de D. João ao Brasil:

Os regimentos milicianos sediados na capital de São Paulo em 1802 eram 11 ao todo, sendo 5 de infantaria, 3 de artilharia e outros 3 de cavalaria. Desse total, apenas 5 regimentos possuíam corporação musical completa. (CARDOSO, 2008, p. 130)

Meira & Schirmer (2000) reforçam tal fato, assegurando que existia uma banda de música militar no Regimento da Cidade de Santos, em 1773, mantida pelo desconto dos soldos dos militares dessa corporação:

No regimento de Santos, por volta de 1773, diz-nos Cláudio Moreira Bento (obra citada), havia “boa banda de música e expressiva verba para mantê-la.” Essa unidade fora criada em 1766 e organizada em 1775, ficando conhecida como “Regimento Mexia” (corrup-tela do nome de seu comandante – tenente-coronel Manuel Messias Leite). Em 1820, com a denominação de Regimento da Província de São Paulo, recebeu banda de música e significativa dotação anual para mantê-la. (MEIRA & SCHIRMER, 2000, p. 85)



Figura 2 – Tambor do 1º Regimento de Infantaria do Porto (1762)
Fonte: Souza, 2008, p. IV

Importante ressaltar que, bem antes da criação das bandas de música militares portuguesas, com seus regimentos de infantaria e artilharia, já havia bandas de música no Brasil, graças à presença dos jesuítas (HOLLER, 2016). Esses religiosos desenvolveram, com

a catequese, a musicalização e a prática musical nas cerimônias religiosas e cívicas, por meio da formação de corais, grupos instrumentais e bandas de música. Cabe citar também que existiam no Brasil, antes da chegada de D. João, corpos militares de 2ª linha, as chamadas milícias, que possuíam suas bandas de música, de acordo com Binder (2006), a saber:

As bandas de música militar entre nós datam de fins do século XVIII, pelas que foram criadas nos regimentos milicianos do Recife e Olinda por ato do governador D. Tomás José de Melo, a cujo exemplo foi criada também uma no terço auxiliar de Goiana, em 1789, mantida pela respectiva oficialidade, e mediante consentimento daquele governador.

Das bandas marciais de então, nada encontramos sobre a sua particular organização; mas da de uma de um regimento de linha da guarnição da vizinha cidade da Paraíba, em 1809, constante de dois pífaros, um dos quais, Manuel de Vasconcelos Quaresma, era o mestre, duas clarinetas, duas trompas, um fagote e um zabumba, bem podemos fazer uma ideia das nossas [as pernambucanas]. (COSTA, *apud* BINDER, 2006, p. 28)

Até então, de acordo com Tinhorão (1998), os salários, vencimentos dos músicos das bandas de música militares, milicianas ou não, eram pagos por meio do desconto dos soldos dos militares dos seus respectivos corpos de 1ª e 2ª linhas, existentes no Brasil:

Atraídos aos quadros militares pela sua rara qualificação, músicos civis vestiram a farda e passaram a fazer parte do corpo de tropa, passando a comportarem-se como simples funcionários contratados, aos quais recebiam pagamentos na base de soldo de oficial. (TINHORÃO, 1998, p. 178)



Figura 3 – Banda de música da Brigada Real de Marinha no Brasil (1817)
Fonte: Souza, 2008, p. V

O processo de inserção e profissionalização militar do músico

Com o Decreto de 20 de agosto de 1802, o governo de D. João assume a responsabilidade pelo pagamento dos militares músicos e dos instrumentos utilizados nas bandas de música da infantaria portuguesas, por meio do crário régio, e não mais o desconto nos soldos dos militares. Estabelece, também, o seguinte instrumental para as bandas de música: um flautim; uma 1ª clarineta soprano e duas 2ª clarinetas sopranos; duas trompas; um clarim; um fagote; um bombo/zabumba; uma caixa de rufo e um par de pratos. Até o momento, esse é o mais antigo documento conhecido, em que se encontra a prescrição dos instrumentos utilizados na formação das bandas militares portuguesas:

O Decreto de 20 de agosto de 1802 [...] que evidencia o processo de inserção das bandas no Exército Português, autorizando músicos nos regimentos de infantaria na Corte e nas províncias, já estava concluído nesta data. Até o momento, esse é o mais antigo documento conhecido no qual os instrumentos utilizados na formação das bandas militares portuguesas são prescritos. Observe-se que, no texto do decreto, o termo utilizado é *música* e não *banda*. (BINDER, 2006, p. 22)⁷

Tinhorão (1998) aponta um processo de agregação cultural entre as bandas de música militares com as bandas de música civis, no *ethos* musical no Brasil, possibilitando, assim, um processo de continuidade desde os primórdios com a música jesuítica, passando pelos ternos de barbeiros, bandas de música militares, até os dias atuais:

A continuidade da tradição no campo da produção de música instrumental ao gosto das amplas camadas das cidades, iniciada em meados de Setecentos pelos ternos de barbeiros com a chamada música de porta de igreja, ia ser garantida a partir da segunda metade do século XIX pelas bandas de corporações militares nos grandes centros urbanos, e pelas pequenas bandas municipais ou líras formadas por mestres interioranos, nas cidades menores. (TINHORÃO, 1998, p. 177)

A música militar no Período Joanino O alvorecer da música militar e do *ethos* musical militar



Figura 4 – Músicos do Regimento de Infantaria (trompa e pratos – 1815-1834)

Fonte: Souza, 2008, p. V

A música militar no Brasil, por meio do seu *ethos*, alcançou um tempo áureo durante a permanência de D. João, sua Corte e sua Família Real, entre 1808 e 1821. Sendo assim, foi desenvolvida com importância e relevo, nas inúmeras cerimônias cívico-militares, como paradas, revistas, desfiles, festas reais, profanas e religiosas, que fez presente, necessária e obrigatória a participação das bandas de música militares da Guarnição da Corte no Rio de Janeiro. Segundo Binder (2006):

A transferência da corte para o Rio de Janeiro intensificou as comemorações das festas reais e religiosas, que também se tornaram mais suntuosas, afinal o rei compareceria pessoalmente a algumas ocasiões, exigindo pompa à sua altura. Nem todas as festas tinham o mesmo objetivo, embora conjugassem uma série de elementos, discursos e regras ditadas pelo Estado – arcos, trajetos, participantes etc. – em diferentes vozes, gestos, monumentos, dança [...]. Como veremos, as bandas militares foram uma dessas vozes cerimoniais. Até onde foi possível estabelecer, a celebração das festas reais entre 1808 e 1816 contou apenas com as bandas militares que já estavam no Rio de Janeiro em

1808. Estiveram à disposição das autoridades fluminenses entre sete e nove conjuntos. Além da banda da Brigada Real da Marinha, que viera com a corte, cada um dos quatro regimentos de primeira linha possuía seu conjunto, como já mostrado no capítulo 1. Somavam-se a estes as bandas de música do 1º e 3º Regimentos de Milícias. (BINDER, 2006, p. 34)

As bandas de música militares existentes nos corpos de infantaria e de artilharia da Corte do Rio de Janeiro, portanto, desenvolviam seu *ethos* musical participando das atividades cívico-militares do dia a dia, na vida castrense e na sociedade do entorno, nas festas religiosas e populares, entre outras cerimônias. Segundo Binder (2006), com o advento da chegada de D. João, este certamente fez com que o *ethos* musical militar alcançasse um elevado grau de importância nas cerimônias, solenidades, festas, enfim, realizadas na Corte do Rio de Janeiro:

Dessa forma, a introdução ou atualização das bandas de música no Brasil não ocorreu em razão da presença de um conjunto, a banda da Brigada Real, e sim da necessidade da corte em solenizar com a pompa adequada as festas reais que passaram a ocorrer no Rio de Janeiro. Nas festas, as bandas militares se apresentavam em vários momentos: nos bandos anunciativos, nas paradas, nos cortejos e nas noites de festa. Tocavam nas ruas e nos coretos, para a população que não era admitida no interior dos palácios e teatros. Pode-se concluir que as bandas militares foram parte importante da representação sonora oficial da casa dos Braganças no Brasil. (BINDER, 2006, p. 125)

De acordo com Souza (2008), em 1810, por meio do Decreto de 27 de março daquele ano, D. João – então príncipe regente – organiza e cria as bandas de música militares no Brasil, de caráter oficial, nos 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria de Linha e no 1º Regimento de Artilharia da Corte, na Cidade do Rio de Janeiro, custeadas pelo erário régio, institucionalizando o músico militar:

Em 1810, com essa primeira determinação sobre a organização das bandas de música militares no Brasil, estas passaram a ter um caráter oficial, com verbas atribuídas pelo erário régio, deixando de ser pagas pelos oficiais dos respectivos regimentos, numa modalidade que seria também aplicada ao Regimento de Infantaria de Linha do Recife da Capitania de Pernambuco, segundo a Carta Régia de 1811, que

regulava o pagamento da música daquele regimento, que deixava de ser paga pela oficialidade e passava a ser suportada pelo erário régio, tal como as bandas da guarnição do Rio de Janeiro. (SOUZA, 2008, p. 26)

Ainda segundo Souza (2008), as recém-criadas bandas de música, oficialmente, nos regimentos do Rio de Janeiro, integraram-se ativamente às atividades culturais da Corte Portuguesa e da Família Real, participando, assim, dos diversos e inúmeros cerimoniais cívico-militares:

Após a chegada da Família Real, foram diversas as cerimônias de que participaram os militares e as suas músicas, como registrou um dos principais cronistas da época, o padre Luiz Gonçalves dos Santos, que descreveu as músicas marciais, as continências militares e as reais bandeiras abatidas a saudar o regente. (SOUZA, 2008, p. 26-27).



Figura 5 – Músico do Exército (clarineta) de infantaria de linha
Fonte: Souza, 2006, p. VI

O ensino musical e a profissionalização do músico militar

Outra contribuição significativa para a formação do militar músico, realizada por D. João, foi feita por intermédio da Portaria de 16 de dezembro de 1815 (BINDER, 2006), a qual institucionaliza o ensino de música no Exército Português, definindo o instrumental, os vencimentos, possibilitando, assim, formar e profissionalizar o quadro de militares músicos:

O ensino da música foi oficialmente instituído no exército português pela Portaria de 16 de dezembro

de 1815 [...]. O mestre deveria ensinar a quatro soldados os instrumentos de sopro disponíveis – flautim, requinta, clarineta, clarim (trompete), trompa, trombone ou serpente. Os soldados receberiam gratificação de 120 a 200 réis diários e estariam dispensados de outros serviços. (BINDER, 2006, p. 117)

Segundo Souza (2008), com o fim da Guerra Peninsular, em 1814, acarretando a diminuição do efetivo do Exército Português, alguns fatos ocorridos no recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves motivaram D. João a aumentar o efetivo militar e, consequentemente, o número de bandas de música no Brasil, por meio da Carta Régia de 19 de dezembro de 1815. Dentre esses fatos, a rebelião que se desencadeava na Argentina, em 1816, ameaçando as fronteiras do Sul do Brasil:

Assim, por ordem da corte que estava no Rio de Janeiro, vai seguir da metrópole para o Brasil uma força com um total de 4.831 militares com a designação de Divisão de Voluntários Reais do Príncipe. Essa divisão de tropas ligeiras era constituída por duas brigadas e, em cada uma dessas brigadas, existia uma música⁸, composta por 2 mestres e 16 músicos, num total de 18 músicos, existindo assim na divisão um total de 36 músicos. Esta orgânica de 18 músicos em cada brigada decorre do facto de cada brigada ser constituída por 2 batalhões de caçadores e, segundo a organização do Exército de 1816, existir, em cada batalhão de caçadores, uma música constituída por um mestre e oito músicos. (SOUZA, 2008, p. 27)



Figura 6 – Músico do Exército (trombone) de infantaria de linha
Fonte: Souza, 2008, p. VI

Posteriormente, a Revolução Pernambucana, em 1817 (SOUZA, 2008), também possibilitou a vinda de forças militares de Portugal para conter a revolta, aumentando não somente o efetivo militar de combatentes, como, também, de músicos militares e suas respectivas bandas de música. Nessa ocasião, vieram o 11º Batalhão de Infantaria, o 15º Batalhão de Infantaria e o 3º Batalhão de Caçadores, sendo que, de acordo com o Decreto de 11 de dezembro de 1817, promulgado por D. João, essas unidades militares deveriam ter bandas de música, de acordo com a mesma organização preconizada em Portugal, conforme a Portaria de 16 de dezembro de 1815:

Em 1817, foi definido o Regulamento da Banda de Música dos corpos militares vindos de Portugal, o Regulamento da Banda de Música, determinando que as Unidades Militares vindas de Portugal, o Batalhão de Infantaria nº 11º, o Batalhão de Infantaria nº 15º e o Batalhão de Caçadores nº 3º, sendo estabelecido que a banda dessas unidades seria constituída por 1 mestre de música e 10 músicos, podendo integrar ainda mais 6 aprendizes, sendo assim permitida uma orgânica de um mestre e 16 músicos. (SOUZA, 2008, p. 28)

Prosseguindo, ainda de acordo com Souza (2008), D. João normatiza o padrão de efetivo de músicos nas bandas militares, bem como cria as bandas de música nos batalhões de granadeiros:

O Regulamento de 1817 de organização das bandas de música foi posteriormente, por determinação do príncipe regente, aplicado a todas as bandas de música dos corpos de infantaria de linha do Rio de Janeiro, que assim passaram a ser constituídas por 1 mestre e 16 músicos segundo o plano de 11 de dezembro de 1817, que em 1822 seria também aplicado às bandas dos recém-criados batalhões de granadeiros. (SOUZA, 2008, p. 28)

Kiefer (1997) afirma que D. João era também, verdadeiramente, um mecenas musical, traço este vindo de uma tradição cultural dos seus ancestrais, D. João IV e D. João V, enfim, da Família Bragança, e que transformou a vida cultural durante a sua estada na Cidade do Rio de Janeiro, bem como do Brasil como um todo:

D. João, o protetor das musas, provocou uma verdadeira revolução cultural no país e transformou, ao

mesmo tempo, o Rio de Janeiro, sede da corte, em “centro de irradiação do pensamento, da atividade mental do país”. O que as províncias possuíam de melhor, aí se concentra, e o que aí se faz e se pensa é padrão de valores. (KIEFER, 1997, p. 45-46)

Conclusão

A contribuição da Casa dos Braganças à música militar



Figura 7 – Músico de serpente (1806)

Fonte: Souza, 2008, p. VII

Indubitavelmente, toda a estrutura da música militar criada por D. João no Brasil, antes de sua chegada em 1808, durante a sua permanência e após a sua partida para Portugal, em 1821, ficou como base das futuras bandas de música militares do novo império que estava para surgir com a Proclamação da Independência do Brasil em 1822.

De acordo com Binder (2006), o ensino de música militar oficializado se perpetuou na formação dos futuros militares músicos, na nova Força Terrestre que estava surgindo:

Entre 1821 e 1822, Dom Pedro estendeu as providências adotadas por este decreto de 1817 a algumas unidades cariocas e, no Aviso n. 105 de 6 de março de 1834 [...], a regência deixou claro que tais normas valeriam para todo o país. A legislação administrativa não fornece elementos que permitam avaliar a real abrangência do ensino musical ministrado nas bandas e instituições militares. No entanto, ao regulamentarem a educação musical, deixam claro a existência de

um projeto no qual a música foi parte importante na formação oferecida aos aprendizes das diversas escolas da corporação. (BINDER, 2006, p. 117-118)

Cabe ressaltar ainda, segundo Binder (2006), o desenvolvimento e a expansão do *ethos* musical militar no cotidiano da sociedade brasileira, durante o período em questão e, posteriormente, até os dias de hoje:

Nesse período, outras unidades militares do exército passaram a contar com banda de música e, talvez o mais importante, o ensino musical para crianças e jovens foi oficializado e ampliado. Além do aumento das unidades do Exército que poderiam ter banda de música, houve também uma multiplicação de conjuntos feitos pela Guarda Nacional e pelas Polícias Militares provinciais, que também colaboraram para a difusão da banda enquanto modelo de conjunto musical. Essa multiplicação de conjuntos e a atuação contínua em ocasiões festivas criaram um *ethos* militar: características militares passaram a ser associadas às bandas de música em geral, e não apenas àquelas pertencentes às corporações militares. As festas oficiais e comemorações cívicas foram importantes nesse processo. Além disso, as bandas militares tiveram grande atuação fora do âmbito militar ou da representação oficial, com grande penetração social, suprimindo com música atividades civis e religiosas. (BINDER, 2006, p. 126)



Figura 8 – Músico de trompa (1834)

Fonte: Souza, 2008, p. VII

Quanto ao importante desenvolvimento das bandas de música após o Período Joanino no Brasil, segundo Rezende (1989), faz-se necessário registrar também:

No séc. XIX, a atividade das bandas veio a distribuir-se equilibradamente, dada a diminuição da música sacra e o aumento da profana, em consequência da forte influência do progresso material e da introdução de novos estilos [...]

A banda, como elemento de vinculação social e poderoso estímulo para gozos estéticos das povoações geralmente isoladas, teve, em todo o séc. XIX, um papel importante em todas as cidades, vilas e lugares [...]. Esses conjuntos viajavam contagiando com o seu entusiasmo os povos de vida pacata. (FRANZ CURT LANGE *apud* REZENDE, 1989, p. 693)

Por fim, cabe sublinhar que, no Período Joanino, de acordo com Moraes & Saliba (2010), D. João transformou a vida na Corte do Rio de Janeiro em um ambiente rico, cultural e musicalmente, à moda europeia, com o *ethos* musical militar, religioso e profano, sendo praticado nas inúmeras atividades na Corte e fora dela:

Muitos músicos que trabalhavam para a corte em Lisboa se instalaram no Brasil, além de outros estrangeiros, atraídos pela edificação de um novo império. Durante todo o Período Joanino, houve no Rio de Janeiro uma intensa atividade musical, distribuída em dois setores, o da corte, onde a qualidade era imprescindível, e o de fora da corte, em que a funcionalidade era festiva e mítica. [...]

Arregimentar músicos, pintores e outros artífices, para algum trabalho ou para abrilhantar alguma festa em caráter de urgência, foi uma medida comum nos tempos de D. João VI.

Na verdade, era necessário atender um desejo de manter a pompa e a ostentação e a visibilidade de um gosto; mas para isso era necessário que houvesse mão de obra suficiente. (MORAES & SALIBA, 2010, p. 93-94)



Figura 9 – D. João VI
Fonte: Mariz, 2008, p. 91

Uma síntese do legado de D. João à música militar

Registramos, abaixo, uma síntese do legado proporcionado pela política cultural de D. João à música militar em Portugal e no Brasil. Por intermédio de várias portarias, cartas régias, alvarás, ordens, são estabelecidas as bandas de música em unidades militares, seus efetivos com mestres e instrumentistas, salários, formação instrumental, ensino profissional em música, qualificação profissional, hierarquias e funções, regulamentos, uniformização, apoio logístico, atividades, quadro de músicos militares, enfim, no *ethos* musical militar no Brasil:

1) Decreto de 20 de agosto de 1802 – inseriu as bandas de música no exército português, em seus regimentos de infantaria na corte e nas províncias, com pagamento pelo erário régio dos militares músicos, bem como aquisição de instrumentos musicais, estabelecendo a formação instrumental para as bandas de música de 11 músicos: 1 mestre e 10 instrumentistas;

2) Decreto de 19 de maio de 1806 – reorganizou o efetivo das bandas de música no Exército de Linha, com 1 mestre e 8 instrumentistas;

3) Vinda, em 1808, da Banda de Música da Brigada Real de Marinha para o Brasil, junto com D. João, a Família Real e a Corte Portuguesa;

4) Decreto de 14 de outubro de 1808 – autorizou a criação de bandas de música para as unidades de infantaria, de caçadores e de artilharia, com exceção das unidades de cavalaria;

5) Decretos de 20 de outubro e 20 de novembro de 1809 – reorganizaram as bandas de música, determinando a criação de bandas de música nos regimentos de infantaria e artilharia, bem como nos batalhões de caçadores, com o efetivo de 1 mestre e 8 instrumentistas;

6) Decreto de 27 de março de 1810 – criou, oficialmente, as bandas de música militares nos 1º, 2º e 3º Regimentos de Infantaria de Linha e no 1º Regimento de Artilharia da Corte, no Rio de Janeiro, com efetivo de 12 a 16 músicos, com 1 mestre. Estabeleceu, também, a quantia de 48\$000 réis pagos às unidades autorizadas a ter música e a quantia de 12\$000 destinada à compra e conserto dos instrumentos musicais e enfeites dos uniformes. Esse decreto foi estendido, posteriormente, autorizando a criação de bandas de música nos

Regimentos de Infantaria de Recife (PE), em 1811, no Regimento de Infantaria de Extremoz (PA), em 1812, e no Batalhão de Caçadores de Santos (SP);

7) Carta Régia de 26 de setembro de 1811 – estabeleceu o pagamento da banda de música do Regimento de Infantaria da Cidade do Recife, da Capitania de Pernambuco com o erário régio;

8) Portaria de 3 de junho de 1813 – permitiu apenas bandas de música nas unidades de infantaria e de caçadores, restringindo-as nas unidades de artilharia, regulando os vencimentos dos militares músicos em 300 réis diários para a gratificação do mestre e 200 réis diários para os instrumentistas, bem como soldo, pão e etapa de soldado para todos os que faziam jus;

9) Portaria de 30 de abril de 1814 – ratificou os mesmos valores de vencimentos dos militares músicos, de acordo com a portaria anterior, incluindo, no total da soma, a parte referente ao soldo de soldado, estabelecendo que o mestre receberia 360 réis diários em tempo de paz e 380 réis diários em tempo de guerra; já os músicos instrumentistas receberiam 260 réis diários em tempos de paz e 280 réis diários em tempos de guerra, respectivamente;

10) Portaria de 29 de outubro de 1814 – manteve a normatização para as bandas de música conforme a prescrição da portaria anterior, de 3 de junho de 1813;

11) Portaria de 16 de dezembro de 1815 – estabeleceu bandas de música militares nas unidades em Portugal, com o efetivo de 1 mestre, 10 instrumentistas e mais 4 soldados aprendizes de música. Com o surgimento, no efetivo das bandas de música, do soldado aprendiz de música, instituiu oficialmente o ensino da música no Exército Português para a qualificação profissional militar desse quadro;

12) Carta Régia de 19 de dezembro de 1815 – estabeleceu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, proporcionando, assim, o aumento do efetivo militar, bem como das bandas de música militares também no Brasil;

13) Alvará de 21 de fevereiro de 1816 – ratificou as 2 portarias anteriores, de 3 de junho de 1813 e de 29 de outubro de 1814;

14) Ordens do Exército de 1816 – transferiram da metrópole para o Brasil a Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, com o propósito de debelar a revolta

na Argentina, que ameaçava as fronteiras do Sul do Brasil, com uma força militar composta por 2 brigadas, com 4 batalhões de caçadores, sendo cada batalhão dotado de 1 banda de música militar, organizada com efetivo de 9 músicos (1 mestre e 8 instrumentistas), em um efetivo total de 36 músicos militares (4 mestres e 32 instrumentistas);

15) Aquisição e distribuição de instrumentos musicais às bandas de música das 2 brigadas da Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, em um total de 34 instrumentos musicais: 6 clarinetas sopranos, 4 clarinetas piccolo, 2 flautas, 2 flautins, 2 fagotes, 2 trombões (trombones), 2 clarins, 4 trompas, 2 serpentões, 2 pares de pratos, 2 bombos, 2 ramos de campainhas e 2 caixas de rufo;

16) Decreto de 11 de dezembro de 1817 – estabeleceu o Regulamento da Banda de Música, determinando que as unidades militares vindas de Portugal, a Divisão Auxiliadora, composta pelo 11º Batalhão de Infantaria, o 15º Batalhão de Infantaria e o 3º Batalhão de Caçadores tivessem bandas de música, de acordo com a mesma organização preconizada em Portugal, por meio da Portaria de 16 de dezembro de 1815, ou seja, passaram a ter o efetivo de 1 mestre de música e 10 instrumentistas, podendo integrar ainda mais 6 soldados aprendizes, sendo assim permitida uma banda de música orgânica com o efetivo de 1 mestre e 16 instrumentistas. Nesse decreto, foi criada e estruturada a hierarquia para o músico militar: mestre de música, músico de 1ª classe, músico de 2ª classe e músico de 3ª classe, mantendo também o soldado aprendiz, determinando o tipo de instrumento musical que deveria executar. Estipulou a instrumentação para as bandas de música: flautim; clarineta piccolo; clarinetas sopranos; trompas; clarim; fagotes; serpentão; bombo/zabumba e caixa de rufo;

17) Decreto de 28 de abril de 1818 – determinou o efetivo de 1 mestre e 16 instrumentistas, nas bandas de música dos batalhões, além de 1 tambor-mor e 4 pífaros;

18) Decreto de 4 de outubro de 1821 – reestruturou o efetivo de todas as bandas de música dos batalhões dos Corpos de Infantaria de Linha do Rio de Janeiro, como o efetivo de 1 mestre e 16 instrumentistas, além de 1 tambor-mor e 4 pífaros;

19) Decreto de 18 de julho de 1822 – determinou que a organização e o efetivo aplicados às bandas de música nos Corpos de Infantaria de Linha do Rio de Janeiro, constituídas por um 1 mestre e 16 instrumentistas, segundo o plano de 11 de dezembro de 1817, fosse também aplicado às bandas de música nos recém-criados batalhões de granadeiros;

20) Permanência da Banda de Música da Brigada Real de Marinha no Rio de Janeiro, após a partida de D. João, da Corte Portuguesa e da Família Real para Portugal, originou, posteriormente, a Banda de Música da Marinha de Guerra de D. Pedro I;

21) Vinda para o Brasil de músicos estrangeiros ligados às atividades com bandas de música, em especial para o Rio de Janeiro, como José Totti, Eduard Neuphart, Sigismund Neukomm, atraídos pela política cultural de D. João;

22) Vinda de uma banda de música militar, liderada pelo famoso músico Eduard Neuphart, composta por músicos austríacos e portugueses na comitiva de D. Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil, a convite de D. João;

23) Desenvolvimento do *ethos* musical militar, por meio do emprego das bandas de música nos cerimoniais militares e cívicos, profanos e religiosos, na Corte do Rio de Janeiro, cuja prática musical irá se estender no Brasil Colônia até os nossos dias;

24) Vinda das missões artísticas da França e da Áustria, as quais contribuíram para o desenvolvimento da cultura do Brasil, atendendo às demandas do *modus vivendi* da Corte Portuguesa e da Família Real de D. João, sobretudo no que diz respeito à música em geral, bem como à música militar; e

25) Criação dos seguintes centros culturais musicais no Rio de Janeiro: a Capela Real; a reativação e o reforço da Capela Musical da Fazenda Santa Cruz, com coro e orquestra, e a manutenção de suas atividades musicais; a criação do Teatro de S. João e do Teatro de S. Pedro de Alcântara.


Coda finale

D. João foi, incontestavelmente, um verdadeiro mecenas para artistas e músicos em geral e, em especial, para os músicos militares e suas bandas de música, antes, durante e depois do Período Joanino. Possuidor de

uma vasta cultura, inclusive artística e musical, entre outras, veio de uma linhagem cujos ancestrais – D. João IV e D. João V – foram também notáveis mecenas, em suas respectivas cortes de época, e contribuíram para o desenvolvimento da cultura portuguesa, projetando as suas respectivas cortes como referência cultural e musical no mundo aristocrático europeu.

Assim, pode-se concluir que foram muitas e importantes as contribuições realizadas por D. João, para a cultura no Brasil (LIMA, 1986)⁹, mas, em especial, objeto deste artigo, para a música militar nesse período. Durante o Período Joanino, foram organizadas e criadas as bandas de música militares, de forma oficial, pagas com o erário régio, equipando-as com instrumentos musicais, realizando a manutenção do instrumental, organizando e enriquecendo o seu *ethos* musical, bem como fardando-as com uniformes de suas respectivas unidades militares, criando graduações hierárquicas, estatutos, regimentos internos para seu emprego e funcionamento, em seus Regimentos de Infantaria de Linha, bem como no Regimento de Artilharia, Batalhões de Caçadores, Batalhões de Granadeiros, enfim, fomentando assim, o *ethos* musical militar.

Ao fazê-lo, D. João instituiu, dessa forma, a profissão de músico militar e fez surgir as bases do futuro quadro de músicos do Exército Brasileiro, tornando-se uma figura eminente de nossa história e merecedora de prestígio, honra e reverência, como, também, de candidatar-se ao título de Patrono do Quadro de Músicos do Exército Brasileiro¹⁰.

O nome de D. João integra o elenco de figuras estrangeiras eminentes de nossa história, que contribuíram de forma indelével com nosso País, bem como com nossa Força Terrestre. Nomes como Émilie Louis Mallet – marechal Mallet, o Barão de Itapevi, nascido em 10 de junho de 1801, Dunkirk, França – Patrono da Arma de Artilharia; Carlos Antonio Napion – tenente-general Napion, nascido em 30 de outubro de 1757, Turim, Itália – Patrono do Quadro de Material Bélico; e João Carlos de Villagran Cabrita – tenente-coronel, nascido em 30 de dezembro de 1820, em Montevidéu, Uruguai – Patrono da Arma de Engenharia, são figuras já eternizadas no *phanteon* de heróis e patronos do nosso glorioso Exército Brasileiro. 

Referências

- BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808-1889. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2006.
- CARDOSO, André. **A música na Corte de D. João VI – 1808-1821**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CARVALHO, V. M de. **A música militar na Guerra da Tríplice Aliança**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.
- HOLLER, Marcos Tadeu. **Os jesuítas e a música no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2010.
- KERMAN, Joseph. **Musicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- KIEFER, Bruno. **História da música brasileira**: dos primórdios ao início do século XX. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1997.
- LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MARIZ, Vasco. **A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- MEIRA, Antonio Maria; SCHIRMER, Pedro. **Música militar e banda de música**: origem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Estandarte, 2000.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé (org.). **História e música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010.
- PASSOS, Amilton M. **A alma da tropa**. França: Divine, 2012.
- RESENDE, Maria da Conceição. **A música na história de Minas Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SOUSA, Pedro Marquês de. **História da música militar portuguesa**. Lisboa: Tribuna, 2008.
- TALINA, João Carlos. **A Banda de Música Divisionária da FEB**: Origem, formação, importância e atividades no cotidiano da FEB, no Teatro de Operações da Campanha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Diretoria de Educação e Cultura do Exército – Departamento de patrimônio Histórico e Cultural do Exército – Centro de estudos e Pesquisas Militares do Exército – Seção de Musicologia, Comunicação Coordenada nº 17, apresentada no VIII Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial – SENAB – 2ª GM 2019 – Atuação da FEB na Itália com seus elementos de Tropa Especial e Órgãos Não Divisionários.
- TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

Notas

- ¹ Tal pesquisa, *a priori*, tem a sua origem no propósito de apresentar a figura de D. João VI como proposta de Patrono do Quadro de Músicos do Exército.
- ² É citado de forma geral, nesta pesquisa, o Brasil Colônia como Brasil, o qual se estendeu até 1816, quando passa a integrar o Reino de Portugal, Brasil e Algarves, tornando-se independente em 1822, como Brasil Império.
- ³ O Período Joanino é concebido nesta pesquisa como o período de permanência de D. João, no Brasil, com a sua Corte Portuguesa, bem como a sua Família Real, delimitado entre 1808 e 1821.
- ⁴ Cabe ressaltar que iremos citar, de forma geral, nesta pesquisa, o nome de D. João, pois ele chega ao Brasil com o título de príncipe regente e, durante o período de sua estada aqui, de 1808 a 1822, ele assume o Reino de Portugal, Brasil e Algarves em 1816, sendo aclamado Rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818 no Rio de Janeiro.

- ⁵ Ternos de barbeiros, segundo Tinhorão (1998, p. 155-175) eram grupos musicais formados por negros ex-escravos, barbeiros de ofício, que executavam músicas nos festejos religiosos que ocorriam nas portas das igrejas, cujas atividades perduraram muito depois da chegada e instalação da Família Real e da Corte Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro. Cf. Andrade, Mário de. Dicionário musical brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- ⁶ De acordo com Binder (2006, p. 27), as bandas de música pertenciam aos regimentos de 1ª linha, os quais eram profissionais e ficavam permanentemente em armas/prontidão estacionadas no Rio de Janeiro. Essas tropas eram formadas por três regimentos de infantaria e um de artilharia, segundo o decreto de 1810.
- ⁷ O termo *música* utilizado no Decreto de 20 de agosto de 1802, que evidencia o processo de inserção das bandas no Exército Português, é análogo a banda de música.
- ⁸ A Carta Régia de 19 de dezembro de 1815 (SOUZA, 2008, p. 27) cita também o termo “música” como sendo as bandas de música pertencentes às brigadas da Divisão de Voluntários Reais do Príncipe.
- ⁹ Cabe ressaltar também as seguintes contribuições que D. João fez na Corte do Rio de Janeiro, para adequar o *modus vivendi* de sua família real, bem como de sua corte, no Brasil: abertura dos portos às nações amigas, em 1808; criação da Imprensa Régia e a autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais em 1808; fundação do primeiro Banco do Brasil, em 1808; criação da Academia Real Militar, em 1810; abertura de algumas escolas, entre as quais duas de Medicina – uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro – por influência do médico pernambucano Correia Picanço; instalação da Real Fábrica de Pólvora no Rio de Janeiro e de fábricas de ferro em Minas Gerais e em São Paulo; elevação do Estado do Brasil à condição de reino, unido a Portugal e Algarves; vinda da Missão Artística Francesa em 1816, e a fundação da Academia de Belas Artes; mudança de denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar “capitanias” e passaram a denominar-se de “províncias” (1821); criação da Biblioteca Real, em 1810; criação do Jardim Botânico, em 1811; criação do Museu Real, em 1818.
- ¹⁰ Embora fosse, outrora, citada a figura do 2º Ten Mus Franklin de Carvalho Júnior, oficial regente da banda de música do então 1º Regimento de Infantaria, atual 1º Batalhão de Infantaria Motorizado – Regimento Sampaio, e da Banda de Música Divisionária da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como “Patrono do Quadro de Músicos” no Almanaque de Sargentos do Exército, tal fato não foi “homologado” em portaria ou processo semelhante. O capitão músico Luís Barone (1900-1958) do Exército Brasileiro, avô materno do autor do presente artigo, sendo citado por Passos (2012, p. 96-113), seria outro músico militar proeminente e contemporâneo do 2º Ten Mus Franklin, que poderia ser indicado como patrono, por ter elaborado a proposta de criação do Quadro de Músicos do Exército Brasileiro com as graduações, mas sem citações em fontes literárias, até o presente momento. Prosseguindo, também não foram observadas nesta pesquisa contribuições relevantes à música militar desse período, que foi, sem dúvida alguma, a origem da música militar do Exército Brasileiro, quanto às personalidades musicais como a do Padre José Maurício Nunes Garcia (MARIZ, p. 56-64), Marcos Portugal (MARIZ, p. 66-69), Sigismund Neukomm (MARIZ, p. 72-76), Eduard Neuparth (CARDOSO, 2008, p. 138), D. Pedro I (MARIZ, p. 78-85), Filipe Neri de Barcelos (CARVALHO, 2018, p. 24). Cabe também ressaltar que não houve pesquisa até o momento, bem como propostas neste sentido que viessem a levantar fatos relevantes quanto às contribuições das personalidades acima citadas para patrono do Quadro de Músicos do Exército e a se concretizar em tal proposta.

A Missão Militar Francesa no Brasil e seu impacto sobre a Escola de Estado-Maior

Walter Nilton Pina Stoffel*

Introdução

O Exército Brasileiro vive um momento de transformação. A realidade nacional, o contexto internacional e os cenários visualizados para o século XXI impõem uma inevitável migração da Era Industrial para a Era do Conhecimento. No dizer do comandante da Força, general Villas Bôas, "... a primeira e principal transformação do Exército deverá ocorrer na cabeça dos homens e mulheres verde-oliva".

Nesse quadro, cumpre reforçar a relevância do estudo da História: é da sua compreensão que se obtêm as sementes que, plantadas hoje, produzirão frutos no futuro. Ou, como afirmou Soren Kierkegaard (filósofo e teólogo dinamarquês, 1813-1855), "A vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente" (*apud* BERGO, 2013).

Cresce, destarte, de importância o estudo da Missão Militar Francesa no Brasil (MMFB), por seu papel inovador, seu caráter transformador e seus efeitos sobre o ensino e a organização do Exército Brasileiro da época, muitos dos quais trazem reflexos até os dias de hoje.

Estudar as principais características da MMFB em sua interação com a Escola de Estado-Maior (EEM) e, por consequência, com o próprio Estado-Maior do Exército (EME), sua influência no pensamento militar brasileiro e no método de planejamento, bem como na doutrina do Exército Brasileiro ao longo do tempo é o escopo deste trabalho. Longe de esgotar o assunto, ou de abordar todos os aspectos atinentes à MMFB e à sua ligação com a EEM, a intenção é de indicar os primeiros passos e recomendar uma bibliografia de referência que permitirá ao leitor interessado descobrir e trilhar seu próprio caminho.

A guerra e o estado-maior

Desde a pré-história, o homem teve de aprender a superar os obstáculos de um ambiente hostil, enfrentando animais para obter alimento e para defender-se, adaptando-se às forças dos elementos para abrigar-se e sobreviver. O fato de ser o filhote humano um dos mais vulneráveis da natureza, e por mais tempo, obrigou, desde seus primórdios, a raça humana a um caráter gregário, reunindo-se em grupos que aumentassem as possibilidades de preservação da espécie.

À medida que os grupos evoluíram, aumentaram também os conflitos com outros grupos rivais, seja em disputas por território e recursos naturais, seja por outros motivos mais banais. Afinal, as rusgas são indissociáveis da vida humana. Como afirma o general Bergo em seu estudo sobre a Polemologia:

O desentendimento é parte da natureza do ser humano, e ele resolve suas controvérsias de diferentes maneiras. A mais dolorosa de todas é a guerra, infelizmente parceira constante do homem em sua caminhada pela face deste planeta. (BERGO, 2013)

Com a evolução dos grupos sociais, aumentou também a complexidade dos conflitos, na utilização de meios de transporte e plataformas de combate, animais, táticas e técnicas, máquinas de guerra e fortificações. É a eterna luta entre a espada e o escudo, que persiste em nossos dias, com cada armamento novo e cada nova forma de guerrear, provocando o desenvolvimento de novas formas de atuação e de proteção.

* Gen Bda R/1 (AMAN/1981; EsAO/1991; ECEME/1998), College Interarmées de Défense/2002, Istituto Alti Studi di Difesa/2007. Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército/2015, Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Diretor Executivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro. (walter.stoffel@hotmail.it)

Não cabe, porém, considerar que tal tendência da humanidade à guerra conduziria inevitavelmente à barbárie e à violência descontrolada. Ao contrário, é a instituição da *polis* que traz uma distinção mais nítida entre a vingança privada e a guerra (GUSTAVE GLOTZ, *apud* CORVISIER, 1999, p. 43), gerando, posteriormente, o conceito de instituições permanentes voltadas para a atividade bélica, e a noção do Estado como detentor do “monopólio da violência” ou “do uso legítimo da força” (WEBER, 1946).

A maior complexidade da guerra trouxe também a maior incerteza quanto ao sucesso. Em busca de mais “garantias” nos rumos da guerra, os governantes e generais da Antiguidade recorreram a oráculos, feiticeiros e profetas que os aconselhassem. O passo seguinte foi o aconselhamento com especialistas nas diferentes áreas do então já complicado fenômeno, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão. Grandes chefes militares, como Aníbal, Júlio César e Alexandre, faziam-se valer da contribuição de seus generais ao planejar uma nova empreitada. Não apenas os consultavam, como, muitas vezes, esse assessoramento influenciava seriamente a decisão (STRAUSS, 2012). Pode estar aí a primeira percepção da necessidade do que hoje convençamos chamar de *trabalho de estado-maior*.

No Oriente, surgia o general, estrategista e filósofo chinês Sun Tzu, autor do famoso livro *A Arte da Guerra* (século IV a.C.), leitura obrigatória ainda hoje em nossas escolas militares, e que enfatizava a importância do planejamento cuidadoso e metódico antes de engajar-se em um conflito. Caracterizava como a melhor vitória a que se obtém pela antecipação e dissuasão, “com a espada embainhada”, evitando a necessidade de entrar em combate (TZU, 2006).

Mais recentemente, na Europa, estimulados por Frederico II, o Grande (1712-1786), rei da Prússia de 1740 até sua morte, destacaram-se pensadores militares prussianos: o general Gerhard Johann David von Scharnhorst (1755-1813), primeiro chefe do estado-maior prussiano, que reformou o exército e o liderou contra Napoleão; e Christian Karl August Ludwig von Massenbach (1758-1827), que propôs reformas na organização do então negligenciado estado-maior prussiano, algumas das quais subsistem até hoje, em suas

linhas gerais, como a de um pioneiro “estado-maior integrado”, funcionando e planejando operações desde o tempo de paz. Helmuth Von Moltke (1800-1891), por sua vez, combateu e comandou as tropas prussianas contra a Dinamarca, contra a Áustria, pela unificação alemã e na Guerra Franco-Prussiana (1870). A par dessa experiência prática, procurou, pelo estudo da História e das operações militares, compreender as estratégias vitoriosas e integrá-las em um método de planejamento. Analisou as táticas de Napoleão, desenvolveu estudos sobre as marchas e a logística das forças em campanha e criou as *Diretivas Gerais*, método de planejamento militar em que defendia o exaustivo estudo e a preparação de todas as possíveis consequências. É dele a afirmação de que nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo. Não no sentido de desprezo pelo planejamento, mas da necessidade de um trabalho de estado-maior extremamente detalhado, pelo raciocínio lógico e inteligência espacial, cobrindo centenas de variáveis, e flexível, permitindo a adoção de condutas alternativas no desenrolar do combate (ECEME, 2005, p. 27-29).

Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um caso à parte: sua genialidade e forte grau de inspiração faziam-no considerar o planejamento da guerra uma atividade relativamente simples, que ele tratava de forma bastante centralizadora. O estado-maior geral napoleônico não era chamado a planejar. A contribuição de Napoleão para o serviço de estado-maior, no entanto, está na valorização deste na execução descentralizada das ações, em diferentes áreas, como a manobra, estratégica e tática, a artilharia, a logística. Foi seu sucesso militar o responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre a maior parte da Europa (*idem*, p. 31).

A rápida e incontestável derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) alertou a república francesa recém-instaurada para o declínio militar do país desde os gloriosos tempos napoleônicos. Fazia-se necessário o estudo das campanhas e manobras de Bonaparte e a qualificação de oficiais de estado-maior. Para esse fim, foi criada em 1876 a École Supérieure de Guerre, em Paris.

Os chefes militares franceses, já em meados do século XIX, estavam convencidos de que, para compor um

estado-maior renovado, a experiência de guerra da França só poderia ser repassada às novas gerações de oficiais de estado-maior em uma instituição militar de alto nível, pelo aprendizado metódico, como metódico deveria ser o trabalho de comando. Essa instituição seria a Escola Superior de Guerra, na qual diversos futuros comandantes da ECEME viriam a realizar cursos de grande brilho. (ECEME, 2005, p. 32)

O método de planejamento adotado tomou como base o *Discours de la Méthode* (1637), de René Descartes, sem, no entanto, descartar ensinamentos de Von Scharnhorst e Von Moltke. É, em vários aspectos, a origem do trabalho de estado-maior adotado em vários exércitos do mundo, ainda em nossos dias (TREVISAN, 2011, p. 162).

Essa metodologia teve como grande defensor o general Ferdinand Foch, aluno, instrutor e comandante da École de Guerre, acadêmico, teórico e pensador militar, e chefe do estado-maior francês na Grande Guerra de 1914-18. A vitória francesa naquele conflito consagrou o sucesso do método e o retorno da França ao protagonismo militar na Europa.

O contexto

O estamento militar tem sido presença constante na história do Brasil desde seu descobrimento, na defesa dos núcleos de povoamento, passando pelas lutas contra invasores estrangeiros, nas lutas externas, na consolidação e pacificação após a Independência e após a República. Não parece haver, no entanto, registros de uma utilização consistente dos serviços de estado-maior antes da vitoriosa atuação de Caxias.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, político que acompanhou a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, aqui fundou, como Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, a Academia Real Militar, o Jardim Botânico, o Arquivo Militar, a Biblioteca Nacional e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. No Quartel-General da Corte começou a funcionar um órgão de assessoramento e apoio que consistiu em um “início, embora tímido, das atividades de estado-maior em nosso País” (*idem*, p. 36).

Na Campanha da Cisplatina, no Primeiro Império, e nas lutas internas, na Regência, desponta o papel

dominante de Caxias, que estabeleceu critérios de organização e administração da guerra que excederam o que até então havia sido realizado. Na Guerra da Tríplice Aliança, a prática do serviço de estado-maior desenvolveu-se e possibilitou a interação do comandante em chefe com seu estado-maior. O impulso dado por Caxias à evolução do estado-maior em campanha foi notável. Ao planejar a manobra militar, não dispensava a opinião de seus auxiliares do estado-maior. Na execução das operações, para que atingisse a conquista dos seus objetivos, gerava espaço para a iniciativa de seus generais, o que era traço marcante de seu comando desde as lutas internas (*idem*, p.41-43).

Em que pese sua participação na Proclamação da República, o contexto vivido pelo Exército Brasileiro em fins do século XIX era, no entanto, grave. As ações relativas às atividades de estado-maior, iniciadas pelo Conde de Linhares, foram descontinuadas. A evolução proporcionada por Caxias e as lições da maior experiência de guerra vivida na América do Sul não foram aproveitadas (MAGALHÃES, 1958, *apud* MALAN, 2018). Ao contrário, a estrutura organizacional estava claramente desatualizada. O material bélico, escasso e obsoleto. A formação de pessoal, bacharelesca e ineficaz. À incompreensão do Governo, de políticos e da mídia quanto à importância da instituição militar como instrumento de defesa nacional, somava-se a mensagem da não essencialidade de forças armadas nacionais, no bojo do pensamento positivista, em sua tese da certeza determinista da paz universal (ECEME, 2005, p. 46).

Os fracassos nas ações militares durante a consolidação da República e os trágicos episódios de Canudos evidenciaram o despreparo do Exército e deflagraram o esforço de profissionalização que se seguiu. Esse esforço passava, necessariamente, pela criação de um estado-maior moderno e atualizado, sob novos parâmetros profissionais (*idem*, p. 49-50).

A criação do novo Estado-Maior do Exército, em 1896, representou a mais abrangente das medidas de renovação e modernização do Exército. A partir de então, a oportunidade perdida após a Guerra da Tríplice Aliança poderia, enfim, ser compensada, iniciando a escalada para o profissionalismo consolidada no século XX. (ECEME, 2005, p. 50)

Em 1898, assumiu o Ministério da Guerra o marechal José Nepomuceno de Medeiros Mallet, filho do patrono da Artilharia, que servira com bravura no Paraguai e se envolvera profundamente no movimento republicano. Em seus quatro anos à frente do ministério, desencadeou uma série de reformas, especialmente as voltadas para o ensino militar (TREVISAN, 2011, p. 109). Sofreu, no entanto, forte resistência, além de dificuldades com a inexperiência de seus oficiais. Para resolver o impasse, nomeou uma comissão composta pelo chefe do Estado-Maior e antigo ministro, general Cantuária, dois coronéis e um capitão, Augusto Tasso Fragoso (McCANN, 2009, p. 108). O jovem oficial atraiu a atenção do ministro ao publicar artigo, em seu retorno após estagiar na Alemanha, apontando diversas medidas de melhoria e criticando severamente a enorme defasagem a vencer, e, sobretudo, os que resistiam às mudanças. Tasso Fragoso deixaria sua marca no Exército, inclusive como chefe do Estado-Maior do Exército de 1922 a 1929, e novamente em 1931-32, sempre criticando a “surda resistência” daqueles decididos a terminar suas carreiras “sem ter feito nada, e sem nada ter aprendido” (ARARIPE, 1960, *apud* McCANN, 2009, p. 267).

Merece também referência como apoiador de necessárias mudanças no Exército Brasileiro o marechal Setembrino de Carvalho. Partícipe de diversas campanhas em sua longa carreira, o “Pacificador do Contestado” soube registrar as “lições aprendidas” daquele conflito (1912-16) em seu relatório de campanha (SETEMBRINO DE CARVALHO, 1916), e implementá-las em suas missões posteriores, como diretor de Administração da Guerra em 1916, chefe do Estado-Maior do Exército em 1922 e ministro da Guerra de 1922 a 1926. Em seus relatórios, já na vigência da Missão Militar Francesa, destacou sempre sua importância para o desenvolvimento do nosso Exército (TREVISAN, 2011, p. 170).

O protagonismo germânico na cena militar europeia do fim do século XIX levou o marechal Hermes da Fonseca, quando ministro da Guerra, apoiado pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, a intensificar o envio de jovens oficiais para estagiar no exército alemão em quantidades crescentes, entre 1906 e 1910 (*idem*, p. 118-122). Esses oficiais, conhe-

cidos como “jovens turcos”, pela comparação com os jovens enviados pela Turquia para estudar na Europa e retornar com ideias reformadoras, tiveram enorme influência na evolução do Exército. Além de sua atuação na tropa e como instrutores nas escolas, promoveram a divulgação de suas ideias criando a revista *A Defesa Nacional* (ECEME, 2005, p. 161-163).

Nesse contexto, ao se estudar a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira de instrução, para organização e modernização de nosso Exército, era inevitável a tendência para uma possível missão alemã, embora a própria *Defesa Nacional* tenha levantado também argumentos favoráveis à contratação de uma missão francesa, por conta da maior afinidade entre Brasil e França (MALAN, 2018, p. 63-66).

Alguns fatores, no entanto, foram decisivos para essa definição. Além do sucesso da Missão Francesa de Instrução junto à Força Pública de São Paulo, desde 1906 (McCANN, 2009, p. 320), e da Missão Francesa de Aviação, contratada pelo Exército em 1918, a Grande Guerra de 1914-18 fez toda a diferença: após romper relações diplomáticas com a Alemanha em abril de 1917, declarar-lhe estado de beligerância em outubro do mesmo ano e, especialmente, após o Tratado de Versailles, tornou-se inviável a contratação de uma missão militar alemã (MALAN, 2018, p. 65).

A Escola de Estado-Maior

A criação do novo Estado-Maior do Exército, como importante medida para a profissionalização da Força, ressaltou, também, a necessidade de preparação do assessoramento específico para aquele importante órgão, em uma escola própria, que seria criada em 1905 (ECEME, 2005, p. 50). Na visão de Tasso Fragoso:

Faltava uma instituição que fosse capaz de estudar e propagar conhecimentos acerca de doutrina militar, além de preparar oficiais para o mister... O Estado-Maior do Exército, diretamente subordinado ao Ministério da Guerra, é desde logo considerado órgão essencial do Alto-Comando, com a missão de preparar o Exército para a guerra, cabendo-lhe, conforme o art. 1º do seu regulamento, estudar o emprego das tropas em campanha... A novel organização cedo percebeu as deficiências da formação então existente

para o seu pessoal; logo compreendeu que as atividades de assessoramento do oficial de estado-maior exigiam conhecimentos de nível superior, e que para formá-los, bem como aos novos chefes militares, precisava dispor de um instituto próprio de Altos Estudos Militares, em que seriam admitidos oficiais selecionados das diversas armas e serviços, de reconhecida competência, comprovada experiência profissional e indiscutível valor moral. (*idem*, p. 51-52)

Entretanto, até chegar à Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) que vemos hoje, a Escola de Estado-Maior (EEM) percorreu um longo trajeto. Seu ato oficial de criação foi assinado em 2 de outubro de 1905, e em janeiro do ano seguinte iniciou suas atividades, em sede emergencial, ocupando instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, no atual Palácio Duque de Caxias, na ala hoje fronteira à estação Central do Brasil (*idem*, p. 60).

Em 1907, recebeu seus primeiros alunos já no histórico quartel da Praia Vermelha, desocupado pela Escola Militar do Brasil, extinta após os dramáticos momentos da Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Functionou ali até o prédio ser entregue ao Ministério da Indústria para a exposição internacional comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1908 (*idem*, p. 63).

De 1908 até a devolução do quartel da Praia Vermelha, em 1910, a EEM funcionou provisoriamente no prédio da Direção Geral de Saúde, na Praça da República, onde hoje funciona a Odontoclínica Central do Exército. Ali celebrou-se, em 30 de abril de 1909, a formatura da primeira turma da Escola (*idem*, p. 64).

Ao retornar à Praia Vermelha, em 1910, a EEM encontrou o espaço restaurado, com o aspecto austero de aquartelamento substituído por linhas mais compatíveis com a comemoração de que havia sido sede. Mas ainda não era a desejada sede planejada e construída para abrigar uma escola com suas características. Os materiais e fontes de consulta eram geralmente adquiridos dos exércitos da França e da Alemanha, onde estavam sediadas as únicas aditâncias do Exército Brasileiro à época. A Escola ali permaneceu até o início de 1918, quando interrompeu temporariamente suas atividades, por força da declaração de guerra à Alema-

nha, ocorrida em outubro de 1917. O prédio, após restaurado para atender às necessidades de um quartel, passou a abrigar unidades combatentes de infantaria (*idem*, p. 67), até seu bombardeamento e posterior demolição, após ser palco de trágicos eventos na Intentona Comunista de 1935.

Ao término da guerra, a retomada das atividades ocorreu em prédio construído especificamente para abrigar a Escola de Estado-Maior. Inaugurado em 1920, o prédio da Rua Barão de Mesquita, onde hoje se situa o 1º Batalhão de Polícia do Exército, pode ser considerado o templo da Missão Militar Francesa: a sede abrigou a EEM de 1920 a 1940, período em que a Missão, naquele local, serviu ao Exército Brasileiro com grandeza e profissionalismo (*idem*, p. 68).

A atual sede na Praia Vermelha, ocupada pela Escola desde 1940, foi a segunda obra construída especificamente para receber o estabelecimento de ensino de mais alto nível do Exército. Foi projetada com ambientes específicos para seus objetivos, como salas para atividades de ensino em pequenos e grandes grupos, gabinetes para chefia e planejamento do ensino, salas de reunião, auditórios, bibliotecas, quadras para treinamento físico, serviço de saúde, editora, conformando o ambiente próprio para a reflexão, a criação e a convivência (*idem*, p. 73). A influência da Missão Francesa está presente em vários aspectos da construção, mas faz-se sentir de maneira mais marcante no gabinete do comandante, hoje utilizado como salão de honra, em especial em seus característicos *vitraux* e no primoroso *parquet*.

O primeiro comandante da Escola de Estado-Maior foi o general de brigada Miguel Maria Girard, que exerceu a função de 26 de janeiro de 1906 a 1º de outubro de 1907. Ao assumir o comando da recém-criada escola, divulgou sua Ordem do Dia nº 1, cuja cópia se encontra gravada em peça de aço escovado na entrada do salão de honra da atual sede da ECEME. Além de mostrar a preocupação do primeiro comandante com o método associado ao ensino militar, é digna de nota a disposição de colocar-se “... sempre pronto a acolher, estudar e aceitar todas as ideias e informações...” de seus colaboradores e subordinados, verdadeiro exemplo de disponibilidade e abertura para as contribuições ineren-

tes ao trabalho de estado-maior, e para a evolução associada aos desafios que teria pela frente (*idem*, p. 54).

As pessoas

Toda iniciativa, toda empreitada, toda mudança é conduzida por pessoas, com diferentes papéis e variadas motivações. Lançar luz sobre algumas das pessoas que participaram da condução da Missão Militar Francesa no Brasil, e sua interação com a Escola de Estado-Maior, pode ajudar a sua compreensão.

Quando se intensificou o interesse brasileiro em contratar uma missão de instrução estrangeira, com reais possibilidades de decisão por uma missão francesa, assumiram importante protagonismo o adido militar francês no Brasil, capitão Alphonse Fanneau de la Horie, que integrara por dois anos a missão junto à Força Pública de São Paulo e, sobretudo, o adido brasileiro em Paris, major Alfredo Malan d'Angrogne, que teve papel fundamental na negociação e definição dos parâmetros iniciais da missão e na escolha de seu primeiro chefe (MALAN, 2018).

Por sugestão do capitão De la Horie, e interesse do governo brasileiro, organizou-se uma missão brasileira, chefiada pelo general Napoleão Felipe Aché e composta de duas dezenas de oficiais brasileiros dos mais destacados da época, que chegaram a Paris, por vagas sucessivas, nos primeiros dias de 1918. Entre outras tarefas, essa missão ajudou a preparar a vinda da MMFB (*idem*, p. 77-78).

Ainda em 1918, e nos preparativos para receber a Missão Militar Francesa, o governo brasileiro decidiu começar a preparar o elemento humano visando tirar da missão alienígena o melhor proveito. Para tanto, o Estado-Maior do Exército resolveu selecionar, por concurso, instrutores para ombrear com os franceses. É interessante assinalar que, entre os integrantes dessa “missão alienígena”, constaram alguns estagiários do exército alemão (*idem*, p. 40).

Iniciando com vinte e poucos oficiais, a MMFB contou, durante vinte anos, com uma plêiade de instrutores selecionados. Depois do general Gamelin, seu primeiro chefe, o comando da Missão foi exercido, de

1926 a 1940, pelos generais Coffec, Spire, Huntziger, Noël e Chadebec de Lavalade (*idem*, p. 40).

Cabe, no entanto, atenção especial ao general Maurice Gustave Gamelin (1872-1958), organizador e primeiro chefe da Missão, cujo nome foi proposto pelo renomado marechal Joseph Jacques Césaire Joffre, e cujo minucioso processo de escolha teve importante participação do major Malan d'Angrogne, adido brasileiro em Paris, e é detalhadamente descrito no livro do seu filho sobre a MMFB. No dizer de Joffre, o indicado era dotado de bastante tato, inteligência, lealdade e justiça, ideias claras e precisas, grande capacidade de trabalho. Jovem e dinâmico, iniciou a guerra como major e terminou comandando uma divisão, sua rápida ascensão denotando seu brilhantismo e bravura em campanha, sem ser, no entanto, pedante ou pretensioso (*idem*, p. 89 e seq.).

Essas características pessoais do general Gamelin foram cruciais para o desencadeamento da Missão. Conhecedor da situação de contrariedade por parte dos germanófilos, agregou diversos jovens turcos às equipes de instrutores. Sabedor das reações de oficiais antigos a uma missão estrangeira, criou o Curso de Revisão, para permitir que oficiais que já haviam cursado a Escola de Estado-Maior tivessem contato com as novas ideias. Na própria organização da Missão, os oficiais franceses foram designados como diretores de ensino das escolas, mantendo oficiais brasileiros como comandantes. O próprio chefe da Missão não foi designado em função de comando, mas como assessor técnico do chefe do Estado-Maior do Exército. Tais cuidados foram elogiados em relatório do general Charles Mangin, vindo da França em viagem de inspeção, e que apontou a MMFB como “modelo do que deve ser uma missão no estrangeiro” (*idem*, p. 146). Essa sensibilidade de identificar os “limites” da Missão foi essencial para seu sucesso. Com os franceses, o Exército Brasileiro se modernizou, tomou contato com a guerra moderna, assimilou novos equipamentos e uma metodologia de planejamento, sem alterar “seus costumes”, preservando seu caráter. Era exatamente isso que esperavam os *troupiers* (TREVISAN, 2011, p. 178).

Cumprir observar que o general Gamelin que avaliamos é herói da Primeira Guerra Mundial, e transmitiu

essa experiência vitoriosa como chefe da MMFB. Sua carreira foi longa e bem-sucedida após seu retorno à França, atingindo altos cargos e sendo respeitado, às vésperas da Segunda Guerra, até mesmo nos meios militares alemães. No entanto, a invasão da França pelos alemães em 1940 mudou essa situação, como nos conta o general de exército Alfredo Souto Malan, em seu livro *Uma escolha, um destino*, sobre a vida de seu pai, general Malan d'Angrogne:

Gamelin esteve no Brasil de 1919 a 1923. Em 1931 foi nomeado chefe do Estado-Maior da França, comandante de todos os exércitos franceses em 1939 e generalíssimo das Forças Aliadas no início da Segunda Guerra Mundial (set/1939). Em maio de 1940, com as forças alemãs arrasando as defesas francesas, ele foi substituído. Detido depois pelo governo de Vichy, passou o resto da guerra preso na Alemanha. É lembrado mais favoravelmente no Brasil do que na França. (MALAN, 1977, *apud* McCANN, 2009, p. 602)

Como contraponto a esse fato, cabe aqui o pensamento do historiador francês contemporâneo Carl Aderhold (2018), que critica a tendência das nações de lembrarem e valorizarem apenas a vitória, ressaltando a importância do aprendizado e das consequências de derrotas emblemáticas. Em seu livro *Essas grandes derrotas militares que fizeram a França*, analisa, entre outras, a invasão do país na Segunda Guerra Mundial, e relembra o provérbio latino que diz que “a derrota é a mãe da vitória”.

A Escola de Estado-Maior teve 11 comandantes no período da Missão, todos coronéis: Nestor Sezefredo dos Passos (1920-21), Raymundo Pinto Seidl (1921-23), Jonathas Borges Fortes (1923-24), Augusto Limpo Teixeira de Freitas (1924-26), Raymundo Rodrigues Barbosa (1926-31), Christovão de Castro Barcellos (1931-33), José Antonio Coelho Neto (1933-34), Estevam Leitão de Carvalho (1934-36), Isauro Reguera (1936-38), Milton de Freitas Almeida (1938-39) e Renato Baptista Nunes (1939-42), que realizou a transição, com o final da MMF e a mudança de sede da escola. O primeiro comandante sem a presença da Missão foi o coronel Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott (1942-43), legítimo representante, no entanto, de uma nova geração de oficiais, já formados pela MMFB, que

gradualmente assumiram as rédeas como instrutores e comandantes (ECEME, 2005, p. 113-121).

Outro representante dessa geração veio a se tornar o patrono da ECEME: general Humberto de Alencar Castello Branco. Comandou a Escola de Estado-Maior de 1954 a 1956, por ocasião de seu cinquentenário, e propôs a mudança para o nome atual: Escola de Comando e Estado-Maior. Defendeu o desenvolvimento de uma doutrina adaptada e apropriada ao Exército “tupiniquim”, e diversas de suas ideias consagram os ensinamentos da MMFB: “O oficial de estado-maior é um renovador e um criador”; “Vede bem que esta Casa prefere mais a visão concreta da batalha que as sentenças abstratas” (*idem*, p. 126-128).

Conforme nos conta o general Octavio Costa, Castello Branco teve uma trajetória de carreira por diversas vezes ligada à EEM. Avesso ao que chamava de “preguiça intelectual”, já em 1927 se integrava, como instrutor do Realengo, à obra da Missão Militar Francesa. Ainda tenente, cursou a Escola de Estado-Maior, de 1929 a 1931, e em 1933 e 1934 retornou à escola como adjunto do diretor de Ensino Militar, servindo, pela primeira vez, com o então coronel João Baptista Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da FEB, e destacando-se por seus dotes de instrutor. Em 1936, retorna à EEM, pela segunda vez como instrutor de Tática e História Militar. No ano seguinte, como capitão, é designado para cursar a École Supérieure de Guerre, em Paris, onde se sobressai como um dos melhores alunos. Como major, retorna à EEM, mais uma vez como instrutor de Tática e História Militar. É nomeado oficial do Gabinete do Ministro da Guerra e, em seguida, comandante do Batalhão de Infantaria da Escola Militar, no Realengo. No início de 1944, como tenente-coronel, é enviado para realizar estágio na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, provavelmente já no quadro de suas futuras funções. No retorno, passa à disposição do general Mascarenhas de Moraes, que, desde outubro de 1943, havia sido designado para organizar e instruir a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Seu protagonismo na chefia da seção de operações da FEB foi incontestável, e, no retorno da guerra, já como coronel, assume a Direção de Ensino da EEM, na qual teve “a tarefa maior

de incorporar as lições da guerra”, de 1946 a 1948. Foi fundamental seu papel na transição da doutrina francesa para a norte-americana, por sua dupla vivência, junto à Missão Militar Francesa e junto à FEB (COSTA, 2000, p. 32-43). Cabe lembrar que, ademais, a maior parte da liderança da FEB, como Mascarenhas de Moraes, Zenóbio da Costa, Cordeiro de Farias e outros, além dos oficiais do seu estado-maior, foram formados ou realizaram cursos com instrutores da MMF.

De setembro de 1954 a janeiro de 1956, Castello Branco comanda a EEM e implementa várias modificações, a começar pelo nome da escola: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Algumas de suas frases memoráveis guardam bem a essência dos ensinamentos da Missão Militar Francesa. Duas delas encontram-se gravadas em destaque no acesso ao Estado-Maior do Exército, em Brasília: “Ao chefe não cabe ter medo das ideias, nem mesmo das ideias novas. É preciso, isto sim, não perder tempo, implantá-las e realizá-las até o fim”. E ainda: “O pior inimigo da profissão militar é a rotina, mesmo a rotina da perfeição. Mudar sempre, se possível para melhor, mas mudar.” (*idem*, p. 55-58).

Outro comandante da ECEME que merece destaque como mantenedor das ideias da MMF é o general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, que viveu 11 anos de sua longa carreira na escola, que comandou de 1985 a 1987. Durante sua gestão, valorizou a atuação do Conselho de Ensino e destacou-se por sua constante presença nas atividades em sala de aula e no terreno. Estimulou a criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, CPEAEx, que se poderia dizer um sucessor do antigo Curso de Revisão, da época da Missão Francesa. Além disso, destacou sempre, inclusive mais tarde como ministro do Exército, a grande contribuição da escola para a evolução doutrinária do Exército Brasileiro (ECEME, 2005, p. 145-147).

Por fim, cumpre destacar a atuação do general Paulo Cesar de Castro, que comandou a escola de 2000 a 2002. Em seu comando, foi enfatizada a condução do processo de modernização do ensino do Exército Brasileiro, de cujo início havia participado como coronel. Cabe lembrar que, mais tarde, como Diretor de Formação e Aperfeiçoamento e como chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, prosseguiu com o acompanhamento e estímulo a esse processo.

Durante seu comando, foi criada a Seção de Pós-Graduação, o Centro de Estudos Estratégicos, a Seção de Política e Estratégia e a Seção de Estratégia e Administração. Na busca do maior realismo possível na formação do oficial de estado-maior, a exemplo do implementado à época pela MMF, promoveu a ampliação da consulta livre nas provas formais, o planejamento do emprego dos meios existentes no EB, a existência de restrições logísticas nos temas e a adoção do cálculo dos custos das operações militares nos planejamentos na carta e nos exercícios no terreno.

No que se refere à evolução do pensamento militar, foi adotado o documento “Visão de Futuro”, primeiro exemplar da revista da ECEME. O general Castro sistematizou a interdisciplinaridade nos cursos da escola e adotou os idiomas inglês e espanhol nos temas táticos. Como educador, deixou a filosofia básica de que a finalidade da escola é “ensinar o aluno a pensar”, o que retoma frase do general Foch, muito usada por Gamelin em suas aulas: “*apprenons d’abord à penser...*”.

Enfatizava sempre que o oficial de estado-maior deve buscar o saber pelo autoaperfeiçoamento, ter capacidade de refletir, argumentar e resolver problemas inéditos, a fim de formar o soldado do século XXI, a cada dia mais bem capacitado para responder aos desafios do mundo do conhecimento e ser o verdadeiro líder militar (*idem*, p. 155-157).

A MMFB e a EEM

A Missão Militar Francesa trazia para nosso ensino militar um diferencial inigualável: as lições aprendidas das operações da Grande Guerra. Seus instrutores, veteranos do conflito mundial, ensinavam não apenas o método, mas traziam a experiência do combate real. O programa de ensino, aprovado pelo ministro da Guerra, tinha “caráter essencialmente prático, baseado na solução de casos concretos, na carta e no terreno” (TREVISAN, 2011, p. 160), além de orientar no sentido de “não rever matérias estudadas pelos oficiais nas escolas anteriores, mas inteirá-los das grandes questões nacionais e mundiais, atualmente na ordem do dia” (MALAN, 2018, p. 289). Ademais, havia o cuidado de criar casos, baseados na experiência real da guerra, mas

adaptados à realidade e às características do território brasileiro, destacando as causas de êxito ou de insucesso, buscando, assim, assentar uma tática nacional e adequada ao Brasil (MALAN, 2018, p. 147). A realização das “manobras de quadros” permitiu a muitos oficiais presenciar, pela primeira vez, a transmissão sistemática e objetiva dos ensinamentos teóricos de sala de aula. Passaram a viver, em tática, no terreno, o caso concreto, tão próximo da realidade quanto podiam montar aqueles que os tinham vivido nos campos de batalha da Grande Guerra. Além disso, cumpre destacar o empenho dos oficiais franceses em transformar cada exercício e manobra em textos, que o Estado-Maior se incumbia de publicar e distribuir, particularmente para os alunos (TREVISAN, 2011, p. 163).

A ação da Missão Militar Francesa não foi apenas quanto à condução do curso de estado-maior já existente na EEM. Afinal, esse curso já era requisito para servir no EME, e os oficiais que ali estudavam seriam os futuros comandantes do Exército, o que fazia da escola a principal instituição a partir da qual se poderia influenciar o planejamento e a organização futuros. Para permitir que altos oficiais, que já haviam cursado a EEM anteriormente, tivessem contato com o método e as ideias francesas, a Missão instituiu um Curso de Revisão, especialmente voltado para aquele público (McCANN, 2009, p. 270).

A *Súmula do papel e das condições de funcionamento da Missão Militar Francesa no Brasil*, publicada pelo Estado-Maior em 1920, define as atribuições da Missão, seja em sua ação direta na instrução do Exército Brasileiro, seja na ação pessoal do chefe da Missão, como assistente técnico junto ao EME e, entre outros aspectos, os objetivos de cada curso da EEM:

Para o Curso de Estado-Maior: 1 – formar o quadro de oficiais de estado-maior destinado a constituir os estados-maiores de tempo de paz e de guerra do Exército Brasileiro; 2 – criar um viveiro de oficiais de vistas largas e cultura geral desenvolvida, fonte de recrutamento do Alto-Comando futuro. Para o Curso de Revisão: 1 – difundir nos quadros superiores do Exército os progressos e o desenvolvimento da guerra moderna; 2 – preparar para as mais delicadas funções do Alto-Comando: comandantes de divisão, de exército e grupo de exércitos; chefes e oficiais de estado-maior de exércitos e grupos de exércitos. (MALAN, 2018, p. 289-290)

Desde sua criação, e até os dias atuais, a missão da Escola de Estado-Maior esteve ligada à preparação de recursos humanos para funções de estado-maior, do chefe militar, do assessor de alto nível (ECEME, 2005, p. 86). A essa incumbência, a Missão Militar Francesa acrescentou as de “manter o desenvolvimento de estudos constantes sobre a doutrina militar terrestre, bem como realizar sua propagação no âmbito da Força”. A EEM, desde seus primórdios, sob a Missão Militar Francesa e ainda hoje, objetivava a formação de oficiais com visão ampla da conjuntura nacional e internacional, muito além dos misteres castrenses, todavia “sem perder o rumo do profissionalismo” (*idem*, p. 92). Embora enriquecida ao longo do tempo, a missão da escola guardou esses elementos fundamentais.

A subordinação da EEM ao Estado-Maior do Exército, desde sua criação, facilitou o cumprimento de sua missão, em particular com respeito ao estudo doutrinário, e fortaleceu sua influência no pensamento militar brasileiro. Com a passagem da subordinação ao Departamento de Ensino e Pesquisa, no início da década de 1970, a quebra do vínculo foi mitigada com a manutenção de um canal técnico direto da ECEME com o EME (*idem*, p. 90). Na verdade, hoje, como na época da subordinação direta ao EME, a escola é por ele muito empregada como “laboratório e mão de obra”, por meio dos trabalhos de pesquisa acadêmica individuais e projetos interdisciplinares sobre temas de interesse do Exército, além da tradicional elaboração e revisão de manuais, estudos de estado-maior e pesquisas docentes.

O general Castro, comandante da ECEME de 2000 a 2002, posteriormente Diretor de Formação e Aperfeiçoamento (DFA) e mais tarde chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), comparava a escola a um organismo vivo, com sua “infância”, da criação até a chegada da Missão Militar Francesa, sua “adolescência”, em que ampliou o alcance de sua missão, e perdurou até o final da influência norte-americana, e a “maturidade”, atingida após a renúncia do Acordo de Cooperação Mútua Brasil-EUA, em que avança em permanente contribuição à evolução da doutrina autóctone (*idem*, p. 91).

Três ações regulamentadas já na “adolescência”, e atualizadas de tempos em tempos, mantêm-se como base da missão da escola: formar oficiais para o desempenho de funções de assessores nos mais altos escalões; capacitá-los para exercer funções específicas de oficiais-generais; e apoiar a evolução do pensamento e da doutrina militares da Força Terrestre. (*idem, ibidem*)

Nesse diapasão, é incontestável a participação da Escola de Estado-Maior na evolução e na difusão da doutrina militar ao longo do tempo. Após uma fase de influência da doutrina germânica, entre 1913 e 1920, veio a fase da influência francesa, de 1920 a 1940, período de funcionamento da MMF. Com a participação brasileira na 2ªGM e o decorrente acordo de cooperação militar com os EUA, cresce a influência da doutrina norte-americana, que durou de 1940 até 1977. A partir daí, e como propunham os franceses desde o início da Missão, parte-se para a adoção de uma doutrina militar própria, dita “tupiniquim”, adequada à condução de operações no ambiente operacional sul-americano, com desenvolvimento de formas de combater nos amplos espaços do continente, como a Doutrina Delta, e nas áreas da Amazônia, como a Estratégia da Resistência.

A atuação da MMFB junto à Escola de Estado-Maior trouxe uma valorização da escola, evidenciada, entre outros, pelo estabelecimento da obrigatoriedade do Curso de Estado-Maior como requisito essencial para o exercício de determinadas funções, e para a promoção ao posto de general de brigada (MALAN, 2018, p. 290). No sentido inverso, a abrangência e a disseminação dos seus ensinamentos beneficiaram-se da própria importância e do poder multiplicador da escola, influenciando militares que vieram a tornar-se figuras de destaque na história do País. Além dos já citados Tasso Fragoso e Castello Branco, podemos citar Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a quem os estudos com a Missão reforçaram a autoconfiança natural, forneceram uma doutrina e um método de planejamento estruturados e trouxeram inspiração para que pensasse, escrevesse e falasse sobre o Exército e suas dificuldades (McCANN, 2009, p. 358). Pode-se incluir nesse rol Eurico Gaspar Dutra (*idem*, p. 506), Euclides Zenóbio da Costa (*idem*, p. 316) e mesmo jovens turcos, como João Baptista Mascarenhas de Moraes, que, como comandante

da FEB, associou os ensinamentos alemães, franceses e norte-americanos na condução de nossas operações na Itália (*idem*, p. 318).

Uma das principais contribuições da MMFB, enfatizada por Gamelin desde o seu início, e que perdura até os dias de hoje, é a didática de ensino e a metodologia de planejamento. Um caráter essencialmente prático, baseado na resolução de casos concretos, na carta e no terreno (TREVISAN, 2011, p. 160), adaptando a experiência de combate dos instrutores franceses à realidade do nosso País. O estímulo ao estudo e à pesquisa, inclusive da História Militar, para que se desenvolvesse uma doutrina adequada ao Exército Brasileiro, e não uma mera replicação da doutrina francesa (MALAN, 2018, p. 224), e a internalização do método cartesiano, de análise e síntese, para o planejamento das operações militares. Defendia Gamelin que, da prática do método pelos oficiais, a doutrina “passaria para os seus reflexos”, uma vez que “o primeiro estágio da doutrina é um método de raciocínio” (TREVISAN, 2011, p. 161-162). Para Gamelin:

... o problema tático se apresenta como uma cadeia cujo primeiro elo é a missão e o último, a execução. Para iluminar o caminho que vai do primeiro ao último elo, é preciso um método de raciocínio, de deduções sucessivas e logicamente encadeadas... Esse método consiste em examinar-se, segundo uma ordem lógica, os diferentes elementos do problema; não se procede por tentativas nem por inspiração ou adivinhação. As deduções vão surgindo sucessivamente, apoiando-se cada uma sobre as outras já apreciadas. Se nos habituarmos, o raciocínio dos problemas se processará no nosso cérebro a princípio rapidamente; depois automaticamente e por fim inconscientemente. (*idem, ibidem*)

Gamelin considerava o problema tático como “um problema de raciocínio e julgamento baseado nos princípios da lógica fixados por Descartes em seu *Discours de la methode*” (ARARIPE, 1956, *apud* TREVISAN, 2011, p. 162), cujos preceitos eram os seguintes:

1 – Só aceitar por verdadeiro o que for verdadeiramente provado... evitar a precipitação. 2 – Dividir cada dificuldade a encarar em tantas parcelas quanto possíveis e necessárias para vencê-la. 3 – Encaminhar o pensamento com ordem, começando pelos assuntos

mais simples... até o conhecimento dos mais complexos. 4 – Dar o balanço completo e fazer a revisão geral de todo o trabalho, para garantir que nada foi esquecido. (*idem*, p. 261)

Essa visão metodológica está presente nos métodos de planejamento militar até nossos dias. Foi com Gamelin que surgiram, para ficar, no “Estudo de Situação do Comandante” do Exército Brasileiro, os quatro fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios (MATTOS, 1968, *apud* TREVISAN, 2011, p. 163). E os mesmos princípios se aplicam a todos os níveis de planejamento, inclusive para o planejamento estratégico e interforças.

Algumas dessas ideias ficaram tão arraigadas que transbordaram do seio do Exército para a sociedade como um todo. Um exemplo disso é o que prescreve, nos dias de hoje, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 43 [...]

II – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do *espírito científico* e do *pensamento reflexivo*;

III – incentivar o *trabalho de pesquisa e investigação científica*, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. (BRASIL, 1996, *grifo nosso*)

Conclusão

Resta inegável a importância da Missão Militar Francesa no Brasil, transformando nosso Exército de uma situação de desorganização e despreparo, nos primórdios do século XX, para um exército em condições de desenvolvimento profissional, “a ponto de ombrear”, nos campos da Itália, “com outros do mais alto quilate, enfrentando o inimigo considerado por muito tempo imbatível.” O preparo dos oficiais de estado-maior, seu conhecimento doutrinário, o domínio de um método, tornaram muito mais fácil e rápida a adaptação à metodologia dos aliados.

Depois de intensa aprendizagem, da necessária adaptação aos novos meios, às novas técnicas e ao novo ambiente, os atentos alunos deram prova a seus mestres de que os ensinamentos haviam sido semeados em solo fértil. (MALAN, 2018, p. 238-239)


Com certeza, a atuação da MMFB, em particular junto à Escola de Estado-Maior, contribuiu para que, no dizer

do general Castro (2017, p. 4), haja nos nossos dias um “consistente pensamento militar brasileiro, expresso nos planejamentos estratégicos de cada Força e em alentada produção intelectual” de nossos militares, tendo dado “significativos passos rumo às operações conjuntas... operando sob comando único e doutrina similar” (*idem*, p. 9).

Cabe aqui lembrar as palavras do marechal Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, em seu relatório anual de 1926:

A Missão Militar Francesa, cuja competência e honestidade profissionais estão acima de qualquer discussão, prestou ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiram ao ensino na Escola de Estado-Maior, fazendo com que oficiais-alunos vivessem a vida dos exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das grandes unidades e com o funcionamento de todos os serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatado nas manobras atuais. (*apud* TREVISAN, 2011, p. 170 e 265)

A ECEME hoje é legítima herdeira das tradições da Escola de Estado-Maior e de todas as influências absorvidas ao longo de sua trajetória. A herança da Missão Militar Francesa é notada e presente não apenas nos “guardiões do saber”, réplicas em bronze de soldados franceses em uniformes históricos, que guardam a entrada principal do prédio. Os processos de ensino, os exercícios na carta e no terreno, o método de planejamento militar, o estudo da História Militar, a valorização do conhecimento e do autoaperfeiçoamento são características nítidas daquele legado. A abertura do oficial de estado-maior para o novo, o estímulo ao acompanhamento da conjuntura nacional e internacional, a intensa interação externa, reforçada pela presença de instrutores e alunos das outras Forças e de nações amigas, e pelos cursos de mestrado e doutorado abertos a alunos civis são todos traços indelévels da herança francesa.

Em seu livro *A Missão Militar Francesa no Brasil*, Bastos Filho (1994, p. 163) destaca, como síntese final, a certeza maior de que a Missão, “que atuou no Exército Nacional, promoveu-lhe incomparável transformação, gerando-lhe indelévels características que, em sua maioria, perduram até nossos dias”. No momento atual de transformação do Exército, essas palavras são mais verdadeiras do que nunca. 

Referências

- ADERHOLD, Carl. **Veni, Vidi, Vici**: Ces grandes défaites militaires qui on fait la France. Paris: First, 2018.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Um pouco do passado** – A Missão Militar Francesa – Sua influência no Exército Brasileiro. Separata da Revista do CPOR de Belo Horizonte. 1956, p. 18 e seq.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso, um pouco de história do nosso Exército**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.
- BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994.
- BERGO, Márcio Tadeu Bettega. **Explicando a Guerra. Polemologia**: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2013.
- CASTRO, Paulo Cesar de. **O pensamento militar brasileiro**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro: BIBLIEx, p. 4, nº 833, 2º quadrimestre de 2017.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**: a Arte da Estratégia. São Paulo: Tahyu, 2005.
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1999.
- COSTA, Octávio. **Pequena memória de um grande homem**. In Castello Branco e a Revolução: depoimentos de seus contemporâneos. Coordenação Carlos de Meira Mattos. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **ECEME – a escola do método**: um século pensando o Exército. Org. Carlos Roberto Peres; Hiram de Freitas Câmara. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2005.
- MAGALHÃES, J. B. de. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.
- MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino**: Vida do Gen Malan d'Angrogne. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.
- MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2018.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937) / tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2009.
- MATTOS, João Baptista de. **Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro**. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, ano 26, v. 18, n. 56, p. 57, 1968.
- SETEMBRINO DE CARVALHO, Fernando. **Relatório da Campanha do Contestado ao Gen Div José Caetano de Faria**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1916.
- STRAUSS, Barry. **Mestres do Comando**: Alexandre, Aníbal e César e os gênios da liderança. São Paulo: LeYa, 2014.
- TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões patrióticas**: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.
- TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Tradução Suely Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- WEBER, Max. Politics as a Vocation. In **Essays in Sociology**, p. 77-128. New York: Oxford University Press, 1946.

Motomecanização da cavalaria brasileira¹

*Marcelo Vieira de Souza Filho**

Introdução

No início do século XX, o Exército Brasileiro (EB) passava por profundas modificações em sua estrutura básica, na modernização do seu armamento e na sua doutrina vigente. O envio de oficiais para frequentar cursos de aperfeiçoamento na Alemanha e na França produziu excelentes resultados. Quando os jovens tenentes e capitães retornaram do curso na Alemanha, destacaram-se por transmitir os conhecimentos adquiridos, pela atitude militar, pelo entusiasmo e pelo profissionalismo. Chamados de “jovens turcos”, apresentavam atitudes bem diferentes daquelas dos oficiais da época, os quais se preocupavam sobretudo com a política e doutrinas filosóficas.²

A Missão Militar Francesa: a oportunidade desperdiçada

O EB, no início do Século XX, encontrava-se em condições difíceis, sem recursos e carente até mesmo de manuais. Enquanto os países centrais organizavam-se tecnicamente e doutrinariamente com base nos ensinamentos obtidos na Primeira Grande Guerra, o Brasil contava com problemas na distribuição de efetivos e na logística, deficiências na instrução dos oficiais e no funcionamento dos estados-maiores, dentre outros. A vinda da chamada Missão Militar Francesa (MMF), em 1920, tinha como principal objetivo a tentativa de sanar esses problemas, a fim de melhorar a instrução e fornecer uma doutrina comum, promovendo a profissionalização da Força.³

Conforme redação do contrato da MMF, seus integrantes assumiriam a função de “consultores e instrutores”, ficando à margem das atividades práticas. Mesmo

assim, em 1921, criaram a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior, reorganizando o Estado-Maior do Exército de forma a contemplar a organização, a instrução e a mobilização. Foram adotados novos regulamentos para orientação das atividades, especialmente no que diz respeito à preparação para a guerra, à conduta nas operações, ao emprego das armas e à instrução.

De um modo geral, nos vinte anos em que permaneceu no Brasil, a MMF promoveu a reestruturação de todo o mecanismo geral do EB, porém pouco se fez para estruturar uma força motomecanizada no padrão daquela desenvolvida na França. Ainda que estivessem bastante avançados na guerra motomecanizada e o assunto não fosse tratado com grau de sigilo, já sendo pesquisado e tratado abertamente na literatura militar da época, não foram encontrados, na bibliografia consultada, os motivos para o assunto não ter a devida importância nas atividades da MMF no Brasil. Provavelmente, os franceses consideraram as condições encontradas desfavoráveis ao desenvolvimento de uma força motomecanizada moderna.

A única iniciativa tomada pelos membros da MMF, no que diz respeito à preparação de uma força motomecanizada, além da menção em palestras e a indicação de veículos motomecanizados para futuras compras, foi a sugestão, em meados de 1930, da criação da Seção de Motomecanização no Estado-Maior do Exército, embrião do Centro de Instrução de Motomecanização, de 1939.

Os pioneiros da motomecanização: a Companhia de Carros de Assalto e o Esquadrão de Autometralhadoras

O primeiro passo para a motomecanização do EB foi fruto praticamente de uma opinião pessoal, originária

* Cel Cav (AMAN/1992; EsAO/2000). Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx). Contato: souzafilhomarcelo@gmail.com

das observações, experiências e estudos do então capitão de cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Graças à sua influência política e à aprovação de suas ideias, conseguiu ser o comandante da primeira formação mecanizada brasileira, a Companhia de Carros de Assalto, criada em 1921. Sua iniciativa inseriu-se no plano geral de reformulação do EB, levado a cabo pelo ministro da Guerra, Pandiá Calógeras.

O capitão Pessoa fez parte da Missão Militar Brasileira na Grande Guerra, que foi para França em 1918, a chamada “Missão Aché”. Ela teve como objetivo principal sondar a possibilidade de se contratar uma missão de instrução francesa para o EB, já que, nessa época, a discordância entre os oficiais reformistas sobre a origem de que deveria ter uma missão desse tipo se dissipou, pois a Alemanha já dava mostras de esgotamento, e, além do mais, o Brasil, obviamente, não poderia contratar inimigos.⁴ O afundamento do vapor brasileiro Paraná por um submarino alemão e a subsequente declaração de guerra do Brasil, em outubro de 1917, aos impérios centrais, foram fatores decisivos.

Os membros da missão do general Napoleão Aché estudaram os materiais que futuramente deveriam ser adquiridos pelo EB, especialmente os de engenharia e de infantaria, como granadas, metralhadoras e fuzis-metralhadores. Nessa leva vieram também, graças ao capitão Pessoa, os tanques leves *Renault*, que foram os equipamentos da primeira Companhia de Carros de Assalto. Não bastava, contudo, adquirir as armas. Era preciso dar utilidade a elas, bem como aplicá-las corretamente em combate. O EB não tinha sequer uma doutrina comum para suas unidades regulares, o que apenas se implementou depois da Missão Militar Francesa. Eram várias as dificuldades encontradas pela unidade recém-formada, assim como pelo seu comandante, para chamar a atenção sobre os seus problemas, que estariam entre as últimas prioridades do EB.

O capitão Pessoa possuía os conhecimentos necessários para estabelecer as bases de uma força blindada. Após a guerra, ele estudou o emprego de tanques na Escola de Carros de Combate de Versailles, na França, tomando conhecimento do estado da arte naquele momento. Tornou-se um entusiasta no assunto em tempo mínimo. Escreveu o livro *Os tanks na Guerra Europeia*,⁵

onde já sugeria a motomecanização do EB, pois reconhecia que essa arma seria decisiva “na próxima guerra”. Segundo resumo do próprio Pessoa, porém, o livro dedicou mais atenção aos veículos blindados em si do que às formas possíveis e adequadas de usá-los. Essa visão não se dissociava da corrente na época, segundo a qual os tanques seriam apenas armas auxiliares da infantaria, usadas para protegê-la durante sua progressão. Esse conceito diferia bastante do conceito da *blitzkrieg*, empregado na campanha da Segunda Guerra Mundial, em que se pressupunha o uso concentrado dos tanques, bem como um ritmo de avanço ditado por eles, e não pela infantaria, muito mais lenta.

A ideia principal da obra enfatizava que a importância do tanque estava muito mais no acréscimo de mobilidade do que na proteção oferecida pela blindagem no campo de batalha. Segundo ele, o maior benefício trazido pelos tanques era a sua “grande mobilidade e o seu raio de ação”. Nisso ele não estava sozinho. Era muito comum, entre textos da época, esse ponto de vista, afirmando que a principal vantagem dos veículos blindados era a mobilidade. Essa vantagem era realmente visível, mas a proteção era a própria razão pela qual os tanques haviam surgido. O que impediu os ataques de cavalaria durante a Grande Guerra foi a potência de fogo, e não a sua lentidão. Assim, do triângulo “mobilidade/poder de fogo/proteção”, que resume a concepção ideal do tanque, dava-se importância demasiada ao primeiro fator, enfraquecendo os demais.⁶

Em 1921, época em que o livro do capitão Pessoa foi escrito, tentar convencer o comando do EB ou o governo brasileiro a iniciar um processo de mecanização ou motorização do Exército seria uma dura tarefa, se não impossível. Vários eram os fatores que contribuíam para isso. Primeiramente, o pacifismo vigente internacionalmente, em consequência do horror gerado pela Primeira Grande Guerra; com poucos inimigos, consideravam-se apenas uma possível agressão imperialista, cuja ameaça diminuiu após a guerra, e o tradicional adversário, a Argentina, que também não possuía recursos próprios para formar uma força motomecanizada. Um fator favorável, todavia, era a própria precariedade dos meios terrestres de comunicação brasileiros. Apesar do ritmo de construção de ferrovias

nos primeiros anos do século XX ter sido bastante intenso para os padrões nacionais, as grandes distâncias e os espaços vazios do Brasil tornavam esses esforços ainda largamente insuficientes. Dessa forma, havia uma necessidade de forças que pudessem operar um pouco além da distância de 100km da precária rede de ferrovias. Tais forças deveriam ser capazes também de manobrar bem fora das estradas. A cavalaria “a cavalo” poderia, obviamente, fazer isso, mas dizia-se que a maior mobilidade e autonomia de forças motorizadas e mecanizadas seria mais propícia a um país extenso como o Brasil.

A criação da Companhia de Carros de Assalto, unidade embrionária da motomecanização brasileira, merece uma atenção especial neste trabalho. Os primeiros veículos motomecanizados adquiridos pelo EB foram os franceses *Renault* FT-17, no ano de 1921. Durante as gestões, a fim de equipar a recém-formada unidade, o capitão José Pessoa condenava a aquisição desse material por considerá-lo frágil e lento. Sugeriu a aquisição do carro inglês *Whippet*, que, apesar de possuir o dobro do peso do carro francês, desenvolvia a velocidade de 14km/h, bastante expressivo para a época. A despeito dessas considerações, adquiriram-se 12 carros, sendo um TSF (Telegrafia Sem Fio), sete carros-canhão e quatro carros-metralhadores.

O Boletim do Exército nº 382, de 5 de maio de 1921, criou a Companhia de Carros de Assalto e deu sua constituição. O Aviso Ministerial nº 360, de 26 de maio de 1921, permitiu o acesso de oficiais de qualquer arma à companhia.⁷ Seu primeiro comandante foi o capitão de cavalaria José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, como reconhecimento aos seus esforços para motomecanização do EB, pela indiscutível competência e conhecimentos no emprego desses novos equipamentos. A companhia se organizou em duas seções, constituídas cada uma com três carros-canhão e dois carros-metralhadores, além de um carro-canhão para o comandante da companhia e de um carro TSF da seção de comando. A equipe de manutenção foi arregimentada entre os artífices e mecânicos das oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, pois não havia pessoal habilitado nos quadros do EB.

Instalada na Vila Militar, Rio de Janeiro, a Companhia de Carros de Assalto passou a ser empregada em demonstrações para as diversas escolas militares, uma vez que não havia uma doutrina de emprego que norteasse uma instrução constante.

Após o comando do capitão Pessoa, a situação da companhia se deteriorou e a Companhia de Carros de Assalto caiu no esquecimento. A razão principal imediata para isso foi a agitação tenentista (1922-1927), que interrompeu várias outras iniciativas modernizantes do EB. Dessa forma, os pequenos *Renault* brasileiros, que apenas se utilizaram nas paradas comemorativas, acabaram ficando fora de uso. A carência de peças para suprimento e a falta de pessoal especializado também foram decisivas para relegar a embrionária unidade ao ostracismo.

O assunto da motomecanização seria retomado em princípios de 1941, quando se realizou uma conferência na Inspetoria de Cavalaria, intitulada “Motomecanização e Cavalaria”, da qual participaram o então Diretor da Cavalaria, Firmo Freire, e o general Newton Cavalcanti, militar que, no posto de capitão, foi o segundo comandante da embrionária Companhia de Carros de Assalto. Primeiramente, eles trataram sobre a motomecanização na guerra que se desenhava, abordando as possibilidades técnicas do material e o sucesso alemão. Em seguida, houve um debate em que se confrontaram as conveniências do uso do motor e do uso do cavalo, levando-se em conta, especialmente, as dificuldades para obtenção do equipamento, dado o estado atual da indústria nacional e, a seguir, as peculiaridades da operacionalidade num teatro que incluísse o território brasileiro.

Quanto à tática, os brasileiros encaminhavam-se para adotar, aparentemente, aquela usada pelos ingleses, quando desistiram de criar uma força blindada específica, para enveredar pelo caminho menos problemático, de simplesmente mecanizar as armas já existentes. A partir daí, começam a utilizar os transportadores de metralhadoras, muito elogiados no Brasil. Assim como a adoção dos primeiros blindados resultou do empenho pessoal do capitão José Pessoa, a nova geração de veículos motomecanizados adquiridos pelo Brasil também ocorreu por causa do empenho de outro oficial, o então capitão de cavalaria Carlos Flores de

Paiva Chaves. Mandado para um estágio na França em 1935, na Escola de Cavalaria de Saumur, atualizou-se sobre a motomecanização da cavalaria francesa, quanto à evolução técnica e tática. Ao retornar, foi nomeado instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército, onde passou a incentivar a retomada da motomecanização no EB. Em 1937, foi nomeado adjunto-chefe da Seção de Motorização do Estado-Maior do Exército, onde organizou os estudos preliminares sobre uma doutrina adequada às tropas motomecanizadas e ainda propôs a criação de uma escola de blindados.

Paralelamente, um grupo de oficiais designados para observar o desenrolar da guerra na Abissínia, comandados pelo general Waldomiro Castilho de Lima, aconselhou o governo brasileiro a adquirir os carros leves *Fiat-Ansaldo* CV 3/33, aprovados em combate e ainda bem modernos, para substituir os veículos *Renault*, que estavam obsoletos e inativos. Chamado a emitir um parecer sobre esse novo equipamento, o capitão Paiva Chaves não só aprovou como também recomendou a compra de no mínimo 23 carros, o que foi suficiente para mobiliar um esquadrão de reconhecimento na época. O Brasil adquiriu então 23 carros-metralhadoras, criando, em 1938 o Esquadrão de Autometralhadoras. Ainda nesse ano, logra o capitão Paiva Chaves transformar o esquadrão recém-criado em subunidade-escola, após a aprovação do diretor de ensino do Exército e comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1939, após agregar aos *Fiat-Ansaldo* o restante dos *Renault* FT-17, transformou o Esquadrão de Autometralhadoras Escola em Centro de Instrução de Motomecanização, cujo objetivo era preparar oficiais e praças para as atividades técnicas, de manutenção e emprego tático de blindados.

A fase norte-americana

No início dos anos de 1940, em consequência da conjuntura mundial, o Brasil já vislumbrava o alinhamento com os EUA no que diz respeito à aquisição de equipamentos militares, visto que não tinha condições de fabricá-los. Dessa forma, em abril de 1942, criou-se um Plano de Motomecanização para o Exército com o objetivo de organizar a forma pela qual seria dotado o

EB de meios para sua motomecanização. É importante lembrar que as iniciativas tomadas no sentido da motomecanização estavam inseridas num contexto muito maior: representavam apenas uma pequena porção do esforço geral de ampliar a força terrestre brasileira. E este, por sua vez, era secundário em relação ao esforço principal de dotar o Brasil de uma indústria de base. Esse interesse tornou-se urgente com o advento da guerra, pois os esforços se precipitaram.

Anunciou-se, nesse contexto, um plano, inserido no Plano Geral, para a criação de uma unidade mecanizada em abril de 1946. Logo depois, alterou-se o regulamento da Diretoria de Motomecanização, e o Centro de Instrução, em agosto, passou a chamar-se Escola de Motomecanização.

Um acordo, derivado da *Lend Lease Act*⁹, formalizado entre o Brasil e os EUA, em outubro de 1941, mudou os rumos dados à motomecanização da cavalaria brasileira até aquele momento¹⁰. Com o fornecimento maciço em grande escala de viaturas blindadas americanas, tomaram-se as primeiras providências concretas rumo à motomecanização, mediante a criação do 1º Batalhão de Carros de Combate Leves no Rio Grande do Sul, e, logo depois, do Regimento de Reconhecimento Mecanizado, no Rio de Janeiro.

Esse período contou com uma abundância de material: tanques médios *Grant* M3A3, tanques médios *Sherman* M-4, tanques médios M-3 A1 *Stuart*, meias-lagartas M-2 A1 para transporte de tropas, carros M-8 e caminhões blindados *White Scout Car*, também para transportes. Estes dois últimos modelos foram usados pela FEB¹¹ na Itália. Devido ao terreno montanhoso, contudo, só puderam ser utilizados plenamente depois de Montese, quando se iniciou a perseguição pelo vale do rio Pó. Foi o 1º Esquadrão de Reconhecimento na vanguarda dessa perseguição. O esquadrão, comandado pelo capitão Plínio Pitaluga, durante quase toda a campanha, executou funções não de choque, mas exclusivamente de cavalaria, perseguindo os alemães depois do rompimento, fazendo explorações e informando à força principal a localização da 148ª Divisão Alemã.

Alguns militares integrantes do esquadrão da FEB participaram de treinamentos nos EUA, na Escola de Infantaria em *Fort Benning* e na Escola de Estado-Maior em

Fort Leavenworth, onde tiveram contato com a doutrina americana, porém nenhum se dirigiu à Escola de Cavalaria. Não se sabe até que ponto esse fato influenciou a atuação dos brasileiros. O resultado alcançado pela tropa motomecanizada em terras italianas, contudo, superou as expectativas em relação às condições encontradas e às improvisações necessárias ao cumprimento da missão.

A grande quantidade de viaturas blindadas fornecidas pelos EUA permitiu a formação de diversas unidades motomecanizadas dotadas de equipamentos que, se não eram os mais modernos, eram bastante adequados à proposta de modernização do EB. Faz-se necessário ressaltar que essa situação era muito diferente daquela vista no período anterior, em que unidades recém-criadas lutavam para se desenvolver com material e suprimento escassos.

Os EUA enviaram para o Brasil um total de 500 blindados, dentre eles 80 *Shermans*, cerca de 30 *Grants* e 259 *Stuarts* leves. Graças à existência no país desses equipamentos, formaram-se as seguintes unidades: o 1º Batalhão de Carros de Combate (BCC), composto por blindados *Sherman*; e o 2º e o 3º BCC, que tinham em suas fileiras os *Grants* e os *Stuarts*, respectivamente. Dentre eles, o 2º BCC era a unidade da qual provinha o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (ERM) da FEB. Todos estavam estacionados na Capital Federal, ou em cidades próximas, como a de Valença, Estado do Rio de Janeiro. Apenas o Batalhão de Carros de Combate Leves, já citado, estava estacionado em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. Essas unidades estavam enquadradas em duas novas grandes unidades criadas em abril de 1943, uma Divisão Motomecanizada (DMM) e uma Divisão de Infantaria Motomecanizada (DIM), além de grupos motomecanizados de reconhecimento em cada divisão de infantaria (DI).

Além disso, um número não especificado de batalhões de infantaria blindados foi dotado de meias-lagartas (*half-track*). Todos se consideravam unidades de blindados, de acordo com a Lei de Quadros e Efetivos do Exército, de 1946, em que se procurava melhorar a organização das forças motomecanizadas do EB.¹² A criação do Serviço de Motomecanização, também pela Lei de Quadros e Efetivos, teve como objetivo voltar-se “aos veículos de todas as espécies, aos carburentes e ingredientes”.¹³

Os regimentos de reconhecimento mecanizados foram equipados com as viaturas *Stuart*, sendo que o localizado no Rio de Janeiro (sem numeração) passou a constituir o núcleo da futura divisão blindada. Os blindados leves *Stuarts* também compunham a dotação de material de dois dos quatro ERM formados: o 4º e o 5º ERM, localizados, respectivamente, em Juiz de Fora (MG) e em Curitiba (PR). Os outros dois, localizados em São Paulo (SP) e Campo Grande (MS), utilizavam carros blindados M-8 e transportes blindados *White Scout Car*.

Passada a euforia e o impacto inicial causado pelo recebimento de equipamentos nunca anteriormente vistos por aqui e pela participação com sucesso das tropas mecanizadas brasileiras nos Apeninos, identificou-se um quadro de profunda dependência em relação aos EUA, provavelmente devido à situação do parque industrial brasileiro, uma vez que o país não teria condições de produzir equipamentos similares àqueles recebidos dos estadunidenses. Essa facilidade de recebimento de material estrangeiro ofuscou a busca de soluções dentro do Brasil.

A utilização de equipamentos norte-americanos trouxe consigo a doutrina vigente naquele país. A FEB, particularmente por seus integrantes terem frequentado os *Forts* americanos, teve prioridade na aplicação prática dos conhecimentos recebidos durante as operações na Itália. As novas unidades estacionadas no Brasil permaneceram, porém, sem adestramento, havendo apenas registros de tradução e distribuição dos manuais norte-americanos para elas. Aliás, durante todo o período compreendido entre 1946 e 1957 – ou seja, desde a criação do embrião da divisão de blindados até sua formação –, essa questão é vista sem muito aprofundamento nos periódicos especializados. A rápida obsolescência dos equipamentos motomecanizados brasileiros passou a ser questionada, notadamente após os avanços tecnológicos desenvolvidos durante a Segunda Grande Guerra.

No período imediato após a Segunda Guerra Mundial, os esforços estadunidenses se canalizaram para a reconstrução econômica da Europa. Nesse contexto, o Brasil passou a ter valor secundário na transferência de recursos e equipamentos militares, o que ocorria ao mesmo tempo em que sua frota motomecanizada já se apresentava obsoleta. É justamente nesse ponto

que se verificou o lado negativo do caminho mais fácil escolhido para a modernização da cavalaria brasileira. O Brasil passou a mostrar preocupação com as possibilidades industriais do País, que não eram suficientes para dotar as forças motomecanizadas brasileiras com blindados do mesmo nível daqueles recebidos dos Estados Unidos. Desse modo, a prioridade brasileira foi a busca da capacitação industrial nacional, dando prioridade para o material, talvez por testemunhar a tremenda carência brasileira nesse campo e visualizar a vulnerabilidade do Brasil com a mudança dos interesses norte-americanos.

Em 20 de maio de 1946, sob o comando do general Manoel de Azambuja Brilhante, estabeleceu-se o Núcleo da Divisão Blindada, finalmente transformado em Divisão Blindada, em 28 de outubro de 1957. Com a assinatura, em outubro de 1959, de um novo acordo militar entre o Brasil e os EUA, conhecido como “Acordo de Fernando de Noronha”, o Estado-Maior do Exército decidiu que as unidades motomecanizadas deveriam ter seus equipamentos substituídos por outros mais modernos oriundos daquele país.

Nesse contexto, o Regimento de Reconhecimento Mecanizado, orgânico da Divisão Blindada, teve seu material motomecanizado substituído por outros mais atualizados. Em atenção ao acordo firmado, os estadunidenses entregaram as viaturas blindadas já usadas, fato que reacendeu a preocupação quanto à necessidade de autonomia da produção e manutenção de equipamentos militares, especialmente de viaturas motomecanizadas. Doutrinariamente, porém, a Divisão Blindada brasileira permaneceu como uma unidade híbrida, aparentemente indefinida, embora devesse ser uma unidade de várias armas como sinalizara as unidades motomecanizadas mundiais ao final da Segunda Grande Guerra, que seguiam a tendência da utilização das armas combinadas notabilizadas nas atuações das divisões Panzer alemãs. As unidades da divisão blindada, no entanto, permaneceram divididas, com forte presença de cavalaria ou de infantaria, particularmente os regimentos de carros de combate (RCC), de cavalaria.

Conclusão

No desenvolvimento do trabalho, foram apresentadas as fases pelas quais passou o processo de motome-

canização da cavalaria brasileira, bem como os principais óbices enfrentados por aqueles que perceberam que os motores aliados à proteção blindada seriam a tendência do futuro, além da maneira com que o governo brasileiro resolveu esses problemas em busca da modernização de sua Força Terrestre. Os primeiros passos da motomecanização brasileira foram bastante tímidos, apesar dos esforços bem fundamentados e direcionados dos capitães Pessoa e Paiva Chaves. Talvez tenha ocorrido dessa forma pelo fato do aparecimento recente do *tank* nos campos de batalha europeus, ainda cercado de muitas controvérsias, além dos graves problemas institucionais militares de um exército que iniciava a sua modernização.

Com o advento do Estado Novo, um regime político apoiado por importantes setores do EB, criaram-se as condições (estabilidade política, um conflito internacional eminente e o compromisso do governo) para implementar as melhorias em vários setores do Exército. A criação da Companhia de Carros de Assalto, primeiro esforço para a motomecanização, parece não ter sido concebida para cumprir as missões típicas da cavalaria, mas, sim, as de uma unidade de acompanhamento para tropas de infantaria. Esse argumento foi corroborado pelas características operacionais dos *Renaults*, sobretudo a baixa velocidade, não sendo aptos a penetrações profundas e golpes rápidos.

Essas características foram buscadas na futura aquisição dos motomecanizados italianos *Fiat Ansaldo*. A experiência promissora, representada pela criação da CCA, foi prematuramente abandonada, com certeza devido à escassez de recursos, assim como o direcionamento para outras áreas, causando um atraso no desenvolvimento da doutrina voltada a unidades motomecanizadas.

A criação do Esquadrão de Autometralhadoras representou um resultado prático desse período. O esforço contínuo do Estado Novo em busca da modernização da cavalaria levou à terceira fase, com forte influência norte-americana e interrompendo os esforços brasileiros de encontrar uma solução caseira para sua motomecanização.

A chegada, em grande quantidade, de equipamentos modernos e suprimentos mostrou a pujança industrial dos estadunidenses e a sua facilidade para obter

armamento em quantidade, ações ainda hoje difíceis para o Brasil. Essa foi a principal consequência dessa terceira fase da mecanização: a busca de uma supervalorização da industrialização como chave do poder nacional e da exclusividade do material como espinha dorsal das forças armadas. Além disso, sem nenhuma instrução suplementar específica que acompanhasse a criação das novas unidades blindadas brasileiras, dotadas de equipamentos também novos, em meados dos anos 1940, surgiu uma indefinição doutrinária a respeito da construção de uma unidade blindada propriamente dita ou da manutenção da organização da cavalaria, apenas abandonando os meios hipomóveis para adotar os carros de combate.

O alinhamento com os EUA levou a uma perda de autonomia quanto à formulação de organização, doutrina, emprego e da própria escolha do equipamento. Se antes havia dificuldades para adotar uma doutrina, e todo o equipamento era escasso e caro, agora o equipamento era importado, barato e abundante, mas a doutrina importada por meio da tradução de manuais pouco tinha a ver com a realidade operacional e nacional do Brasil, isso quando era assimilada.


Após o término da Segunda Guerra Mundial, observou-se um aumento considerável no número de unidades motomecanizadas no Brasil, como consequência do apoio norte-americano e os ótimos resultados alcançados pelas tropas motomecanizadas da FEB na Campanha da Itália. Ainda nesse período, cresceu o interesse brasileiro no sentido de atualizar suas forças blindadas. As inovações percebidas durante a experiência da FEB nos campos da Itália, o aumento do número de unidades motomecanizadas, bem como a precariedade do parque industrial brasileiro, originaram a quase exclusiva preocupação do EB com a obtenção de equipamentos. Esse fato transpareceu mais uma vez quando, dois anos depois da criação da DB, assinou-se o Acordo Militar Brasil-EUA (1959), e os norte-americanos

entregaram ao Brasil materiais já usados. A partir desse momento, a preocupação com a necessidade de autonomia no abastecimento militar reapareceu, incentivando o desenvolvimento de equipamentos militares no parque industrial brasileiro.

Em relação à doutrina, conjunto harmônico de ideias e entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das forças armadas¹⁴, nesse campo, permaneceu a divisão entre unidades blindadas e/ou mecanizadas de infantaria e cavalaria, apesar da intenção de criação da DB, à primeira vista, nos moldes dos países mais avançados como uma força de armas combinadas.

Desde o início dos anos de 1960, as indústrias nacionais passaram a buscar alternativas para produzir equipamentos militares, especialmente motomecanizados em território nacional. Vislumbravam-se novos horizontes para a cavalaria brasileira. É importante destacar a produção de um protótipo de viatura sobre lagartas, denominado Cutia T1 A1, e o investimento na tentativa de repotencialização dos equipamentos importados e já obsoletos por empresas como a Engesa, Bernardini e Biselli.

No início dos anos de 1970, após um debate sobre para qual Arma seria mais adequada a destinação dos meios motomecanizados, apesar do forte apelo dos “tradicionais cavalarianos”, extinguiram-se todas as unidades divisionárias, inclusive a DB, e as forças móveis brasileiras se dividiram definitivamente em cavalaria e infantaria mecanizadas e blindadas.

Com o rompimento do Acordo Militar entre o Brasil e os EUA, em 1977, pelo governo Geisel, e o crescimento industrial experimentado pelo País, ampliaram-se as indústrias bélicas nacionais, com destaque para a Engesa. Suas viaturas motomecanizadas equiparam o EB e foram exportadas para outras dezoito nações. Iniciou-se, assim, uma nova fase da cavalaria brasileira, tão sonhada desde os pioneiros da Companhia de Carros de Assalto. 

Referências

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil** (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BRASIL. **Avisos Ministeriais do Ministério da Guerra**. Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Boletim do Exército**, 382 (1921). Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas**. Ministério da Defesa, 4. ed., 2007.

CALVACANTE, José Pessoa. “Os Tanks na Guerra Europeia”. Rio de Janeiro: Albuquerque & Neves, 1921.

LEMONS, Thiago Tremonte de. **Desejos de modernidade: o exército brasileiro e a missão militar francesa de instrução (1917-1927)**. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAGALHÃES J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MILSON, J. F. **Armoured Fighting Vehicles**. London: Hamlyn, 1972.

Notas

¹ O presente artigo foi publicado originalmente na Revista Espanhola **Memorial de Caballería**, nº 90 – 2ª época, Diciembre de 2020, p. 91-100.

² Para saber mais sobre os chamados “jovens turcos”, conferir <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>.

³ Para saber mais sobre a Missão Militar Francesa, cf. MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988; LEMOS, Thiago Tremonte de. **Desejos de modernidade: o exército brasileiro e a missão militar francesa de instrução (1917-1927)**. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014; entre outros.

⁴ Idem, ibidem.

⁵ CALVACANTE, José Pessoa. “Os Tanks na Guerra Europeia”. Rio de Janeiro; Albuquerque & Neves, 1921.

⁶ MILSON, J. F. **Armoured Fighting Vehicles**. London: Hamlyn, 1972.

⁷ BRASIL. **Boletim do Exército**, 382 (1921). Arquivo Histórico do Exército; BRASIL. **Avisos Ministeriais do Ministério da Guerra**. Arquivo Histórico do Exército.

⁸ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁹ O Chamado *Lend lease Act* foi aprovado pelo Congresso Americano em 11 de março de 1941 e consistiu num programa de empréstimo para abastecer com alimentos e armamentos as nações que estavam em guerra e a defesa era considerada vital para os EUA.

¹⁰ Bandeira, M. 1978. op. cit

¹¹ **FEB – Força Expedicionária Brasileira**, concebida em 9 de agosto de 1943 pela Portaria Ministerial nº 4.744, foi a delegação militar enviada pelo Brasil à Europa para integrar as tropas dos Países Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, Resistência Francesa etc.) contra as Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante a Segunda Guerra Mundial.

¹² MAGALHÃES J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1958.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ MD 35-G-01 – **Glossário das Forças Armadas**, Ministério da Defesa, 4. ed., 2007.

Defendendo o Novo Mundo: A formação dos Estados latino-americanos sob a perspectiva da História Comparada e do Poder Militar

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

Introdução

Os processos de independência das colônias ibéricas nas Américas, desencadeados na primeira metade do século XIX, ocorreram de maneira diferenciada, se considerados o Brasil e as de colonização hispânica. Na maior colônia portuguesa, a emancipação política ocorreu de forma pouco violenta, foi marcada pela continuidade e resultou na manutenção do território. Na América hispânica, contudo, os processos de independência tiveram viés revolucionário, e deram-se por sucessivas guerras de independência que promoveram, segundo Manuel Chust, uma ruptura colossal, fazendo com que um império resultasse em mais de uma dezena de repúblicas¹.

Diversos fatores, externos e próprios da dinâmica colonial, contribuíram para que as colônias hispânicas e portuguesa tivessem destinos diferentes e configurassem suas fronteiras de forma distinta. Além dos aspectos político-administrativos, sociais e econômicos, o poder militar² dos dois países ibéricos projetado em suas colônias influenciou diretamente na formação territorial dos novos países resultantes do processo de emancipação política.

O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio da história comparada, como o poder militar de Portugal e Espanha, inclusive de suas colônias, contribuiu para a configuração das fronteiras dos novos países latino-americanos. A abordagem comparativa entre

as Américas portuguesa e espanhola possibilita compreender os elementos estruturais a partir de experiências distintas. Nessa perspectiva, o método comparativo constitui-se uma oportunidade singular para se repensar a própria história em seus desafios e limites³.

O reformismo ilustrado

Constituídas em meio à crise das estruturas medievais, as monarquias absolutistas fundamentaram a base política de boa parte dos países europeus ao longo da Idade Moderna. Tal fato não impediu, no entanto, que, nesse mesmo período, tenham surgido movimentos contrários a esses governos. As revoluções inglesas do século XVII, por exemplo, confrontaram radicalmente o poder dos reis, destituindo o Absolutismo e consolidando a monarquia parlamentar. Tais movimentos disseminaram-se com mais intensidade no transcorrer do século XVIII, que, conhecido como o “Século das Luzes”, foi palco de intensa propagação dos ideais iluministas.

Defensores das liberdades, os filósofos iluministas atacaram fortemente as estruturas do Antigo Regime, o que resultou em interessantes transformações no interior de algumas monarquias absolutistas europeias, dando início a um movimento conhecido como *despotismo esclarecido*. Os tronos da Rússia, França, Áustria e dos países ibéricos foram os principais focos dessa redefinição política.

Durante o reinado de Dom José I, um novo ministro inspirado por doutrinas de tendência iluminista

* Cel Art R/1 (AMAN/1991; EsAO/1999). Doutorando em História Social (UFF); Mestre em História (UNIVERSO/2018); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2009); Professor do curso de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX).

empreendeu diversas mudanças na administração portuguesa. Entre 1750 e 1777, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, estabeleceu uma série de reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Vistas não apenas como a “promoção das Luzes”, as reformas eram uma maneira de superar o atraso do país, que ia sendo cada vez mais ultrapassado pela Inglaterra, pela França e pela Holanda⁴.

No campo militar, dentre as medidas mais importantes das reformas pombalinas, como ficaram conhecidas as ações desencadeadas por Pombal, merecem destaque as transformações promovidas pelo Conde de Lippe⁵, militar alemão contratado por Portugal para modernizar o exército do país. As primeiras medidas visaram à disciplina, procurando corrigir desvios de conduta e sanear a maior fonte de deserções e descontentamentos – o atraso no pagamento dos soldos –, que levava a tropa à mendicância para sobreviver e os oficiais a empregarem-se em casas de fidalgos e do alto clero. O recrutamento passou a obedecer ao critério regional, tanto para as forças de primeira linha (exército regular) como para os terços de auxiliares e companhias de ordenanças (milícias), estes dois últimos empregados preferencialmente como forças de guarnição. A providência de maior alcance, no entanto, foi a organização de campos de manobras e instrução, a fim de manter o exército sempre em treinamento, por meio de exercícios de tática, despertando pela emulação o decadente brio militar. Em um desses campos, perante a Família Real e o próprio Pombal, realizaram-se as primeiras manobras regulamentares feitas em Portugal⁶.

No plano ideológico, a Universidade de Coimbra constituiu-se em centro de formação de quadros para a burocracia estatal (magistrados, militares e funcionários) – os chamados “coimbrões” – desenvolvendo o pensamento ilustrado português e lançando as bases para a organização de um império luso-brasileiro⁷.

Praticamente no mesmo período, as Reformas Bourbonicas, desencadeadas durante o reinado de Carlos III (1759-1788), foram medidas administrativas e econômicas implantadas no sistema colonial espanhol visando modernizá-lo, fortalecer a monarquia e o con-

trole da metrópole sobre seus territórios no Novo Mundo. Tinham por objetivo recuperar o poder do Estado espanhol por meio de uma exploração mais racional e eficiente de suas colônias, buscando reconquistar o espaço perdido para os *criollos* na América. As reformas foram precipitadas pela necessidade de fortalecer o império hispano-americano ante a ameaça britânica, depois de revelada a crescente debilidade espanhola na Guerra dos Sete Anos.

Uma das medidas adotadas pelas reformas foi a ampliação das forças militares, motivadas pela necessidade de defender o império contra ataques de outras potências, particularmente da Grã-Bretanha; a criação de um núcleo de unidades regulares do exército, comandadas por oficiais espanhóis e reforçadas por milícias de colonos. Os gastos militares cresceram e passaram a ser a principal despesa dos vice-reinos e a maior razão do aumento dos impostos coloniais. John Lynch⁸ destaca os reflexos das Reformas Bourbonicas para a defesa das colônias americanas:

A América criou sua própria indústria de estaleiros em Cuba, Cartagena e Guaiaquil, e adquiriu uma autosuficiência global de defesa. As defesas navais e militares do México eram financiadas pelos tesouros locais, não só ativando os estaleiros, fundições de [canhões de] cobre e arsenais de armas, mas também atividades secundárias que serviam a essas indústrias.⁹

Tais reformas modernizadoras iriam provocar sensíveis mudanças no *status quo* das colônias, tanto na América portuguesa quanto na hispânica, e contribuiriam para o desencadeamento dos processos de emancipação.

Independência – novos ventos sopram na América Ibérica

A expansão napoleônica na Europa levou o exército francês a invadir a Península Ibérica em 1808, dando origem à Guerra Peninsular, um sangrento conflito que afetaria profundamente as monarquias da Espanha e de Portugal, e desempenharia o papel de catalisador das independências de suas colônias americanas.

As colônias espanholas nas Américas eram palco de inquietações desde meados do século XVIII, opondo, especialmente, os funcionários da Coroa, responsáveis pelo

governo e pela política fiscal, e a elite *criolla*, o que era agravado pelo crescente controle da metrópole sobre os negócios coloniais implantado pelas Reformas Bourbonicas.

A tensão também estava presente nas camadas populares, cada vez mais exploradas pela Coroa espanhola e pelas elites locais. Um exemplo disso foi a insurreição ocorrida em 1780 liderada por Tupac Amaru II no Vice-Reino do Peru.¹⁰

Diante de tal cenário, os *criollos* encontravam-se em um dilema: por um lado, sentiam-se explorados pelo governo imperial e, por outro, ameaçados pelas massas populares¹¹.

Napoleão, após invadir a Espanha em 1808, forçou a abdicação do rei Carlos IV e deu a Coroa a seu irmão José Bonaparte. Os espanhóis organizaram um governo de resistência em Cádiz, mas este não tinha condições de governar a metrópole, muito menos as colônias. Manuel Chust destaca a difícil situação do império espanhol:

[...] o processo ficou ainda mais complicado quando, a partir de 1808 e especialmente de 1810 até 1814, a “Monarquia” sem monarca tornou-se constitucional com o Código de 1812, sancionado pelas Cortes de Cádiz¹².

A primeira reação das elites coloniais – tanto peninsulares como *criollas* – foi organizarem juntas leais ao governo em Cádiz, entre 1808 e 1810. Em face da situação em que se encontravam, caracterizada por tensões sociais e pelo enfraquecimento da monarquia, os *criollos*, cujos interesses nem sempre coincidiam com os da metrópole, apresentavam diversas reivindicações com caráter autonomistas, não sendo atendidos em seus pleitos¹³.

A revolução dos escravos ocorrida no Haiti entre 1794 e 1804, em que muitos brancos foram massacrados e expulsos, provocou ainda mais instabilidade social junto às elites hispano-americanas, sentimento que seria partilhado também no Brasil¹⁴.

A América Hispânica, contudo, logo mergulhou no caos político, com as câmaras locais divididas e se contrapondo aos vice-reis e demais burocratas peninsulares. A partir de 1810, conflitos armados irromperam em diversas partes da América, com forte caráter revolucionário, colocando em terrenos opostos as tropas “realistas” e os exércitos libertadores.¹⁵

A Guerra Peninsular também determinou profundas mudanças em Portugal, que resultariam na independência de sua principal colônia, o Brasil. O processo de emancipação política da América Portuguesa, contudo, deu-se de maneira completamente distinta das colônias hispânicas, conforme observou Maria Odila Dias, um processo *sui generis*, caracterizado não pela ruptura, mas pela continuidade¹⁶.

Aproveitando-se do domínio de quase toda a Europa, Napoleão decretou, em 1806, o Bloqueio Continental¹⁷, visando derrotar a Inglaterra, sua principal inimiga. Devido à dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra, o príncipe-regente D. João, que substituiu sua mãe D. Maria I, afastada do trono por demência desde 1792, não acatou de imediato a imposição do bloqueio.¹⁸

Com efeito, em novembro de 1807, os franceses invadiram o território português. Atendendo a um plano já há bastante tempo gestado e aperfeiçoado pela burocracia estatal portuguesa (os “coimbrões”), e com o apoio da Inglaterra, em 1808, a Família Real portuguesa deixou Lisboa e partiu para o Brasil, modificando a sede do reino com o objetivo imediato de manter intacta a Coroa portuguesa.

Nesse novo modelo de império luso-brasileiro, D. João contribuiu para a centralização do poder na cidade do Rio de Janeiro, que passou a figurar como a nova sede da metrópole, e inverteu o estatuto colonial do Brasil¹⁹.

A vinda da Família Real representou o traslado de toda a administração de Lisboa para o Rio de Janeiro e, cedo, novos órgãos da burocracia estatal e do patrimônio cultural foram criados na nova corte. Em abril de 1808, foi criado o Arquivo Central, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas. Em maio, D. João criou a Imprensa Régia e, em setembro, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal editado na colônia. Logo vieram livros didáticos, técnicos e de poesia. Em janeiro de 1810, foi aberta a Biblioteca Real, com 60 mil volumes trazidos de Lisboa. Foram criadas a Escola de Cirurgia (1808), a Aula de Comércio (1810) e a Academia Médico-Cirúrgica (1813). A ciência também ganhou com a criação do Observatório Astronômico (1808), do Jardim Botânico (1810) e do Laboratório de Química (1818)²⁰.

Em agosto de 1820, teve início em Portugal a Revolução do Porto, que visava sobretudo ao estabelecimento de um regime constitucionalista e ao retorno de D. João, que havia permanecido no Brasil, mesmo após a derrota de Napoleão na Europa. A situação político-econômica de Portugal beirava o caos desde a transferência da Família Real para o Brasil, e a revolução era o resultado do descontentamento geral reinante na sociedade portuguesa.

Pressionado pelas cortes lusitanas, D. João, contra a sua vontade e após um período de 13 anos de permanência, em que se destacaram a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1810, e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, partiu com destino a Portugal em 1821, deixando em seu lugar, como príncipe-regente, seu filho D. Pedro.

Por exigência das tropas portuguesas estacionadas no Brasil, D. Pedro jurou observar a Constituição portuguesa, mas, ainda em 1821, diversas medidas das Cortes de Lisboa tentaram diminuir o poder do regente e pôr fim à autonomia que o Brasil adquirira. Além disso, as Cortes passaram a insistir na volta de D. Pedro para Portugal, sob o pretexto de que ele precisava completar seus estudos na Europa.

A insistência para que D. Pedro retornasse para Portugal despertou atitudes de resistência no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Sentindo que, com a volta do príncipe, seria inevitável a restituição do Brasil à condição de colônia, algumas lideranças brasileiras deram início a um movimento para pressioná-lo a permanecer no Brasil.

Em janeiro de 1822, foi entregue uma petição ao príncipe solicitando que não abandonasse o Brasil. D. Pedro aquiesceu e, desrespeitando frontalmente a deliberação das Cortes, optou por permanecer como regente, o que ficou conhecido como o “Dia do Fico”.²¹

Em face das reiteradas pressões das Cortes de Lisboa, em 7 de setembro de 1822, o príncipe declarou a independência do Brasil, concluindo o longo e cumulativo processo caracterizado pela continuidade ao longo do caminho²².

Os processos de independência tão distintos das colônias das Américas hispânica e portuguesa, caracterizados pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, teriam reflexos diretos no campo militar, como veremos a seguir.

O poder militar e a formação dos novos territórios

Possuidor de um vasto império ultramarino, a Espanha sempre se valeu de seu poder militar para manter seus territórios coloniais, utilizando, para tal, sua bem estruturada marinha e seu exército. Todavia, em razão da extensão territorial a ser guardada e protegida contra ameaças e do tamanho do exército regular espanhol, parcela significativa da defesa das colônias era atribuída às milícias locais.

A esse respeito, John Lynch destaca que, embora a Coroa espanhola tivesse a preocupação de manter estacionadas nas colônias um mínimo de tropas europeias, a

Espanha não tinha dinheiro nem homens para manter grandes guarnições de tropas regulares na América, e dependia principalmente das milícias coloniais, que, em meados do século XVIII, foram ampliadas e reorganizadas²³.

A Guerra Peninsular agravou a questão da defesa das colônias, na medida em que a Coroa espanhola, diante da possibilidade da perda de seu território e do próprio reino, precisou direcionar o esforço de seu poder militar para a Europa, deixando as colônias praticamente a cargo das milícias locais. Para enfrentar os franceses, teve início uma forte política de recrutamento forçado, com o objetivo de completar o exército para a defesa da própria península²⁴.

Um exemplo dessa incapacidade de empregar seu poder militar para defender as colônias nas Américas ocorreu após a Batalha de Trafalgar²⁵, que deixou a monarquia espanhola praticamente sem uma Armada. Diante das constantes investidas inglesas contra o rio da Prata, os espanhóis não puderam combatê-los nas melhores condições, pois, mesmo possuindo tropas regulares para intervir na região, não dispunham de uma esquadra para transportá-los. Diante da manifesta ausência da Armada espanhola, os ingleses efetivamente ocuparam Buenos Aires em 1806²⁶.

Para estimular o alistamento nas milícias, foram concedidas aos *criollos* e aos mestiços as mesmas prerrogativas de que gozavam os militares espanhóis, o que representou um instrumento de mobilidade e ascensão

social, ao mesmo tempo em que promoveu uma “americanização” do exército colonial espanhol, inclusive entre as poucas tropas regulares desdobradas nas Américas²⁷. O estabelecimento de batalhões fixos e milícias permanentes constituiu-se em fator fundamental para explicar a perda do controle das regiões colonizadas por parte da Coroa espanhola²⁸. Ao delegar a defesa das colônias para as milícias e para as elites locais, a Espanha criou uma arma que se voltaria contra ela²⁹.

As tensões sociais e econômicas e a perda da capacidade da monarquia espanhola de controlar suas colônias americanas resultaram em movimentos de ruptura, que surgiram com caráter descentralizado e regional. As condições culturais, administrativas e geográficas existentes no período colonial favoreceram a formação de unidades regionais distintas umas das outras. A administração do império era estruturada em vice-reinados, capitânias-gerais e audiências, cada qual com organização burocrática própria e com um governante executivo. Essa estrutura fragmentada favorecia o regionalismo e um sentimento de pertencimento social local³⁰.

A extensão do território, associada a grandes acidentes geográficos dissociadores, como a cordilheira dos Andes e os rios da Amazônia e da bacia do Prata, por exemplo, também contribuíam para o fortalecimento dos regionalismos. O mesmo ocorria com as lideranças *criollas*, estabelecidas segundo uma lógica associada aos diferentes territórios.

Dentro desse quadro, as milícias seguiram o caminho natural de serem organizadas também com caráter regional, não havendo, nos primeiros anos do século XIX, uma força militar efetivamente unificada na América Hispânica. Após a inesperada e surpreendente vitória espanhola contra os franceses na Batalha de Bailén (1808)³¹, os vice-reis e os capitães-gerais interpretaram que a Coroa estava se fortalecendo, e utilizaram suas forças armadas para impor sua autoridade e defender a monarquia, acusando de “insurgentes”, “infiéis” e “traidores de lesa-majestade” muitos dos movimentos articulados pelos *criollos* em algumas juntas em busca de mais autonomia³².

Com efeito, a partir de 1810, lideranças *criollas*, como Simón Bolívar, José de San Martín, Francisco de Miranda, dentre outros, começaram a organizar exér-

citos de libertação dentro de seus próprios territórios para lutar contra o poder imperial³³. Com promessas que incluíam a abolição da escravidão e a concessão de benefícios sociais a seus soldados “patriotas”, os líderes *criollos* conseguiram reunir uma força militar capaz de obter a vitória contra a facção “realista”, resultando na libertação do jugo colonial espanhol³⁴.

No conjunto, os movimentos pela independência na América Hispânica tiveram forte caráter de guerra civil. Com o vácuo de poder na Espanha, decorrente da invasão napoleônica entre 1808 e 1815, as elites locais lutaram duramente pelo poder, esfacelando a estrutura político-administrativa dos vice-reinados e capitânias-gerais. Em todos os casos, a solução política foi o regime republicano, com exceção do México, que experimentou um muito breve período imperial.

Simón Bolívar chegou a esboçar um plano de unificação da América Espanhola, embora a base de seu pan-americanismo fosse extremamente precária. Muitas lideranças disputavam o poder com ele, com a intenção de organizarem governos regionais, dificultando a união, além da oposição dos Estados Unidos, que viam a criação de um grande país latino-americano como uma ameaça a seus interesses no continente. Em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá, o projeto foi abandonado e a região se esfacelou em vários países.

A incapacidade da Espanha de projetar o seu poder militar sobre suas colônias e o caráter regional das milícias hispano-americanas resultaram, na classificação de Manuel Chust, em uma “ruptura colossal”³⁵, com a fragmentação territorial e a formação de mais de uma dezena de Estados.

De forma análoga ao que acontecia com os espanhóis, o império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis³⁶.

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o rei D. João V procurou dar uma estrutura mais adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se in-

dependente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em *terços*, até o reinado de D. João V, ou em *regimentos*, no século XVIII³⁷. Inicialmente, na primeira linha, a infantaria era constituída por *terços regulares* e por *terços auxiliares* (da 2ª linha), que podiam ser chamados para servir na 1ª linha em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia. No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos. Em todas as situações, no entanto, o número de soldados regulares era pequeno para atender às necessidades da Colônia, ou se comparado com a 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos. Seus integrantes não venciam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizadas também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível em face do treinamento deficiente e a organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da “falta de vocação militar do brasileiro”. Por outro lado, Martinho de Melo, secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”³⁸. Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir nas tropas de 1ª ou 2ª linha³⁹.

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796, com reflexo na Colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas *regimentos de milícias*.

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, em consequência da invasão francesa, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam “tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura, eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento”⁴⁰.

Diante desse cenário, D. João nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

Com a inversão do estatuto colonial do Brasil (NEVES, 2009, p. 104), o poder militar português passou a ser concentrado no Brasil, situação completamente oposta do que ocorreu na América Hispânica, onde as forças armadas foram direcionadas para defender a península. As reformas empreendidas pelo Conde de Linhares estabilizaram o poderio militar no Brasil, a ponto de D. João decidir empreender campanhas militares contra a Guiana e contra a Cisplatina, embora essas guerras limitadas tenham impactado negativamente as finanças do reino⁴¹.

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d’El Rei, contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a

Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas, que, sob as ordens do general Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país. Para a Corte, em 1817, veio a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados a Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil⁴².

A recusa de D. Pedro de regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “Dia do Fico”, a mesma divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói. Mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa⁴³.

Após a declaração de independência, em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo exército imperial brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência. No breve conflito, ocorrido no Grão-Pará, Ceará, Piauí, Bahia e Cisplatina, D. Pedro pôde empregar o poder militar, estabelecido no Brasil por seu pai a partir de 1808, para expulsar os portugueses e, em um primeiro momento, assegurar a integridade territorial do país. Portugal chegou a planejar o envio de reforços para tentar reverter a situação, mas, com o reconhecimento da independência pela Inglaterra, o plano foi abandonado⁴⁴.

O processo de emancipação política do Brasil, no entanto, não coincidiu com a consolidação da unidade nacional, que ocorreu somente alguns anos mais tarde⁴⁵. O país teve consolidada a sua independência e

definidas suas fronteiras no período regencial, na década de 1840, quando, novamente aplicando seu poder militar a partir do Rio de Janeiro, o governo imperial conseguiu sufocar diversas revoltas regionais de caráter separatista, oportunidade na qual Caxias teve atuação destacada⁴⁶.

A exceção foi a província Cisplatina, que, após uma guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, e sob os auspícios da Inglaterra, tornou-se o Uruguai, na condição de estado-tampão para limitar os interesses brasileiros na região⁴⁷. Com exceção dessa perda, o território brasileiro permaneceu íntegro, situação completamente distinta do que ocorreu com os novos países da América Hispânica.

Reflexões finais


O processo de independência das colônias espanholas e portuguesa nas Américas teve características bastante distintas, e foi motivado por diferentes fatores, inclusive no campo militar, resultando na configuração territorial dos países latino-americanos.

Foram necessários alguns conflitos pós-independências para atribuir o desenho atual das fronteiras. Na América do Norte, após uma guerra ocorrida entre 1846 e 1848, o México foi obrigado a ceder grandes regiões do norte do país para os Estados Unidos. No sul do continente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) fez com que o Paraguai perdesse boa parte de seu território para o Brasil e para a Argentina. A Guerra do Pacífico, que confrontou o Chile e as forças conjuntas da Bolívia e do Peru, entre 1879 e 1883, fez com que a Bolívia perdesse definitivamente sua saída para o Oceano Pacífico. Na virada do século XIX para o XX, após uma revolta local, o Acre foi incorporado ao território brasileiro. Já no século XX, entre 1932 e 1935, a Bolívia e o Paraguai se enfrentaram em um conflito pela posse da região do Chaco. Em julho de 1938, os dois países aceitaram o acordo de paz firmado em Buenos Aires, estabelecendo que o Paraguai ficaria com 3/4 do território do Chaco Boreal e a Bolívia com 1/4.

Apesar dessas novas modificações pontuais nas fronteiras, a configuração territorial dos países da América Latina aproxima-se da que resultou do processo de

emancipação política das metrópoles ibéricas. As características das independências das antigas colônias espanholas e portuguesa, marcadas fortemente pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, tiveram como consequência a fragmentação territorial dos países de origem hispânica e a manutenção da integridade do território brasileiro.

Nesse processo, as possibilidades de emprego do poder militar fizeram a diferença. A Espanha carregou seus meios para lutar contra os franceses na Península Ibérica, e deixou a defesa das colônias a cargo de milí-

cias regionais, que se voltaram contra a monarquia, sob a liderança das elites *criollas* locais, que reivindicavam por seus direitos. De forma completamente distinta, a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil trouxe junto o cerne do poder militar, que foi utilizado por D. Pedro para vencer a resistência das tropas regulares portuguesas e, durante o período regencial, pelo governo imperial, para sufocar revoltas separatistas. O resultado desse processo histórico pode ser visto nas fronteiras dos países latino-americanos até hoje. 

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa**: do Brasil para a África (1808-1930), v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 7-39.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul/dez 2007.
- BELTRÁN, Cristina Borroguero. **Diccionario de Historia Militar**: Desde los reinos medievales hasta nuestros días. Barcelona: Ariel, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências iberoamericanas. **Revista de História**, n. 159, p. 243-262, 2º sem. 2008.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. **Revista Brasileira de História Militar**, v. 11, p. 30-51, 2013.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GOUVEIA, Maria de Fátima. Revolução e independências. Notas sobre os conceitos e os processos revolucionários na América espanhola. **Estudos Históricos**, n. 20, 1997, p. 275-294.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencia**. Madri: Mapfre, 1992.
- KUETHE, Allan. **Military reform and society in New Granada, 1773-1808**. Gainesville: University Presses of Florida, 1978.
- LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LYNCH, John. **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008.
- MARCHENA, Juan; CHUST, Manuel (Orgs.). **Por la fuerza de las armas**: Ejército e independencias en Iberoamérica. Castellón: Universidad Jaume I, 2007.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 179-195.

NEVES, Lúcia Bastos. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95-136.

NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: **Aproximações, estudo de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p. 165-181.

NYE JR, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, p. 14-27, 2001.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Notas

- ¹ CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências iberoamericanas. **Revista de História**, n. 159, p. 243-262, 2º sem. 2008, P. 261.
- ² Entendemos o poder militar conforme a abordagem teórica de NYE JR, Joseph S. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004, p. 31, a qual sustenta que o poder militar é expresso por meio de ameaças, permitindo a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais, como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças. Para o autor, a força armada, enquanto pilar da influência coercitiva, constitui elemento indissociável do poder *lato sensu*.
- ³ BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul/dez 2007, p. 285.
- ⁴ NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: **Aproximações, estudo de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p. 165-181.
- ⁵ Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe (1724-1777), conhecido em Portugal como Conde de Lippe, foi um militar e político alemão que esteve a serviço do Exército Português para reorganizá-lo. Notabilizou-se pela contribuição que deu às ciências militares, em particular à organização e administração militares.
- ⁶ SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.
- ⁷ NOVAIS, op.cit.
- ⁸ LYNCH, John. **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008, p. 10.
- ⁹ “América creó su propia industria de astilleros em Cuba, Cartagena y Guayaquil, y adquirió una autosuficiencia global em defensa. Las defensas naval y militar de México y peru eran financiados por las tesorerías locales, y este no solo activó los astilleros, fundiciones de cobre y talleres de armas, sino también actividades secundarias que servían a esas industrias.” (tradução livre do autor)
- ¹⁰ O líder indígena peruano José Gabriel Condorcanqui Noguera conduziu a maior rebelião anticolonial da América no século XVIII, autoproclamando-se sucessor do último imperador inca.
- ¹¹ LYNCH, op. cit.
- ¹² CHUST, op. cit., p. 248-249.
- ¹³ Ibid.
- ¹⁴ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

- ¹⁵ Cf. GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencia**. Madri: Mapfre, 1992, a ruptura se dava em termos da antiga relação pessoal e recíproca estabilidade entre o súdito e o rei, definida como uma relação binária. A noção de nação enquanto uma grande família era perdida a partir do desaparecimento da pessoa do rei.
- ¹⁶ DIAS, op. cit.
- ¹⁷ Pelo decreto de Napoleão, ficava proibido o comércio entre os países da Europa sob seu domínio com a Inglaterra. Com isso, a França buscava arruinar a poderosa economia inglesa, primeiro passo para uma posterior vitória de Bonaparte no campo militar.
- ¹⁸ Diante da hesitação do regente português, Napoleão assinou com a Espanha, sua aliada desde 1807, o Tratado de Fontainebleau, que previa a invasão de Portugal por tropas anglo-francesas, a derrubada de seu governo e o desmembramento do reino e de suas colônias.
- ¹⁹ NEVES, Lúcia Bastos. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95-136.
- ²⁰ FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- ²¹ Na ocasião, José Clemente Pereira leu o documento para o príncipe, que teria respondido com as seguintes palavras: “*Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico*”. O episódio foi importante para o processo de independência, pois assinalou a primeira adesão pública do príncipe regente à causa brasileira.
- ²² MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 179-195.
- ²³ LYNCH, op. cit., p. 12.
- ²⁴ BELTRÁN, Cristina Borroguero. **Diccionario de Historia Militar**: Desde los reinos Medievales hasta nuestros días. Barcelona: Ariel, 2000.
- ²⁵ A **Batalha de Trafalgar** ocorreu ao largo da costa espanhola, em outubro de 1805, opondo a **esquadra inglesa** a uma **esquadra franco-espanhola**. A Marinha Real britânica saiu-se vitoriosa, causando grandes danos às forças navais francesas e espanholas. Após a derrota em Trafalgar, Napoleão Bonaparte desistiu de tentar invadir a Inglaterra, adotando outra tática contra os ingleses, a do Bloqueio Continental.
- ²⁶ CHUST, op. cit.
- ²⁷ LYNCH, op. cit.
- ²⁸ KUETHE, Allan. **Military reform and society in New Granada, 1773-1808**. Gainesville: University Presses of Florida, 1978.
- ²⁹ LYNCH, op. cit.
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ A **Batalha de Bailén** ocorreu durante a Guerra Peninsular, nas proximidades da cidade de Bailén, Província de Jaén, Espanha, no dia 19 de julho de 1808. Na ocasião um exército francês, com cerca de 21.000 soldados, foi derrotado por forças espanholas mais numerosas (cerca de 27.000 homens), no que foi a primeira derrota militar do exército de Napoleão Bonaparte.
- ³² CHUST, op. cit.
- ³³ MARCHENA, Juan; CHUST, Manuel (Orgs.). **Por la fuerza de las armas**: Ejército e independencias en Iberoamérica. Castellón: Universidad Jaume I, 2007.
- ³⁴ GOUVEIA, Maria de Fátima. Revolução e independências. Notas sobre os conceitos e os processos revolucionários na América espanhola. **Estudos Históricos**, n. 20, 1997, p. 275-294.
- ³⁵ CHUST, op. cit.
- ³⁶ Cf. José Murilo de Carvalho (1999), a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”
- ³⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ³⁸ RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87,

p. 14-27, 2001, p. 21.

³⁹ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. **Revista Brasileira de História Militar**, v. 11, p. 30-51, 2013.

⁴⁰ LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 288.

⁴¹ DIAS, op.cit.

⁴² DARÓZ, op. cit.

⁴³ ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)**, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 7-39.

⁴⁴ NEVES, op. cit.

⁴⁵ DIAS, op. cit.

⁴⁶ MAXWELL, op. cit.

⁴⁷ Ibid.

O recrutamento de estrangeiros nas fronteiras do Extremo Sul da América

*Hevelly Ferreira Acruche**

Introdução

Antes de iniciar a exposição do tema, necessário trazer algumas considerações gerais para compreender melhor as dinâmicas de recrutamento para o serviço militar e ações de conflito armado no período estudado. Ao longo da história do Brasil colonial e independente, o recrutamento militar foi alvo de uma série de problemas e da falta de uma profissionalização das Forças Armadas no período. A insuficiência de homens para integrar o Exército acabava levantando a bandeira dos recrutamentos forçados em momentos de conflito bélico e, além disso, uma ampla gama de deserções e ações consideradas ilegais¹. Em regiões de fronteira, consideradas vulneráveis a ataques externos e também objeto de convenções e tratados de limites, a busca constante por homens para a defesa daqueles territórios constituía um desafio para a Coroa portuguesa e, no século XIX, ao Império Brasileiro².

A indefinição das fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos também é ponto importante nessa discussão. Desde pelo menos 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, buscava-se uma melhor delimitação dos espaços fronteiriços de norte a sul da colônia. Considerada uma zona de trocas, de contatos, de articulações e informações, as regiões de fronteira (também chamadas de sertões) eram territórios considerados estratégicos e alvos de reformulações, sobretudo após as independências das Américas portuguesa e espanhola, nos primeiros anos do século XIX. A partir de então, a ideia de Estado-Nação e da delimitação das fronteiras passaria a ser objeto de tensões diplomáticas, e isso

envolvia também soldados que porventura estivessem nas regiões de fronteira e suas ações naqueles espaços.

Outro aspecto relevante naquele momento era a questão da cidadania desses sujeitos, posto que muitos militares de ascendência estrangeira eram recrutados indevidamente nas regiões de fronteira a fim de servir em exércitos que não eram de seu respectivo país. Nas discussões em torno da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio, Navegação dos Rios e Extradicação, firmado entre o Uruguai e o Império Brasileiro, em 1851, o recrutamento indevido de estrangeiros e a deserção eram questões levantadas. Nesse sentido, temos os seguintes problemas: até que ponto o recrutamento de estrangeiros constituía um problema diplomático entre o Brasil e, no caso aqui estudado, a República Oriental do Uruguai? Além disso, de que maneira a questão da cidadania entrava nesse contexto na medida em que lutar em um exército que não era o de seu país ia de encontro aos seus deveres enquanto estrangeiros, podendo esbarrar na construção de uma identidade nacional? E, por último, como eram defendidos os direitos desses recrutados por parte dos seus respectivos consulados, já que não havia sido elaborado um código civil que legislasse a respeito dos estrangeiros³?

A partir dessas questões, poderemos perceber como se desenhavam as relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai ao observar a defesa dos direitos de seus respectivos cidadãos em outro território. Para isso, portanto, será necessário discutirmos um pouco sobre a ideia de cidadania e suas implicações em áreas de fronteira, bem como as possibilidades de recrutamen-

* Professora Adjunta de História da América no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como pesquisadora vinculada à Rede HERMES – Pesquisadores internacionais de fronteiras, integração e conflitos. Integra o Corpo de Pesquisadores Associados do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Contato: hfacruche@ufjf.br

to que se colocavam à disposição das forças armadas que se constituíam à época. Assim, adicionadas duas experiências de recrutamento consideradas indevidas, iremos nos deparar com o Tratado de Extradicação, assinado em 12 de outubro de 1851, e o Ajuste, de 7 de dezembro de 1857, que deveriam ser meios de regulamentar, dentre outros problemas, as possibilidades de recrutamento ilegal nessa região.

Cidadania e recrutamento militar

Um ponto que deveremos abordar ao falar sobre recrutamento é justamente seu caráter forçado. Essa era uma característica comum na época, vinda desde o século XVIII, dado o pouco quantitativo de pessoas dispostas a servir ao exército. Isso acabava por trazer homens de pouco talento para o uso das armas. O uso de tropas regulares, ordenanças e regimentos de pretos, pardos e índios foi a tônica das políticas de promoção de defesa por parte das autoridades portuguesas.

No século XIX, iremos perceber a continuidade de práticas de recrutamento forçado. De acordo com as Instruções de 10 de julho de 1822, ficaram estabelecidos alguns mecanismos que definiram os métodos para o recrutamento militar no Brasil até o final do século XIX. Dentro desse contexto, veremos que existiam grupos atrativos ao recrutamento forçado, tendo como alvo aqueles que viviam no ócio, tais como vadios e desempregados⁴. O recrutamento militar, nesse sentido, possuía, por um lado, um sentido de moralização social ao empregar aqueles sujeitos considerados indesejáveis no conjunto social, mas também havia um embate entre o uso das isenções consensuais e legais, centradas nas instruções, e uma administração honorária dos chamados “notáveis locais”.⁵

Além disso, havia todo um condicionamento social como possibilidade de negociar o recrutamento. Dentro da égide de isenções, privilégios e interesses, teremos uma barreira que inviabilizava a entrada no exército de homens destacados nas elites locais, delegando a outros o encargo do serviço militar. Era recorrente, também, a troca do serviço de um sujeito de uma família mais abastada por um escravo, tendo como contrapartida a possibilidade de o escravo poder adquirir a liberdade.

Ao entrarmos na questão da cidadania, ser “brasileiro” começou a se definir, bem como seus direitos, quando da independência política do Brasil, em 1822⁶. A estruturação política que se desenhava não só no Brasil, mas no próprio continente europeu e nos outros países da América, advinha de uma base teórica liberal na qual “todos os homens nasciam livres e iguais”⁷. Devemos salientar, porém, que os processos de independência no Brasil e na América Latina como um todo não foram resultados prontos e acabados, não tendo como pressuposto uma nacionalidade definida. O que se apresentava naquele momento era uma “construção identitária”, iniciada e que seria amadurecida na posteridade⁸.

A Constituição de 1824 definiu, pela primeira vez, os contornos da cidadania brasileira e os direitos a ela inerentes. Os direitos civis seriam concedidos a todos os brasileiros, diferenciando-os quanto aos direitos políticos, variáveis de acordo com as posses de cada um⁹. De acordo com José Murilo de Carvalho, havia dois tipos de cidadania, produzidas de formas diferentes: de um lado, o chamado “cidadão ativo”, atuante politicamente, com direito pleno de voto e de se candidatar a cargos legislativos; e, por outro lado, o “cidadão inativo” ou passivo, o súdito, produto de uma cidadania construída “de cima para baixo” (ou seja, do Estado para o povo)¹⁰.

Os confrontos bélicos envolvendo os atuais Estados do Uruguai e da Argentina no século XIX foram eventos importantes na dinâmica das relações internacionais envolvendo o Brasil. A chamada Guerra Grande ou Guerra contra Rosas e Oribe (1839-1851) foi um confronto envolvendo, inicialmente, setores dos grupos políticos Blanco e Colorado, no Uruguai. Diante do agravamento das tensões políticas, da eclosão de uma guerra civil e da entrada de Buenos Aires na contenda por meio de seu governador, D. Juan Manuel de Rosas, a guerra tomou dimensões internacionais. Ao final do ano de 1850, diante dos prejuízos sofridos pelos súditos do imperador na província do Rio Grande do Sul – recentemente pacificada após a Guerra dos Farrapos (1835-1845) – uma intervenção do Império do Brasil foi realizada no Uruguai a partir de uma aliança envolvendo o líder da chamada Confederação Argentina, Justo José de Urquiza, contra o governador de Buenos Aires. A derrota de Rosas, na Batalha de Caseros, dera

fim à guerra¹¹. Como parte dos acordos de paz na região, a assinatura dos tratados de amizade, navegação, comércio e extradição entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai foi considerada uma medida que contribuía para intervenções futuras do Brasil na recém-criada e pacificada república uruguaia¹².

Para fins deste texto, recortamos duas experiências de soldados que lutaram nos confrontos envolvendo Argentina, Uruguai e Brasil e que foram reclamadas no Consulado Oriental e no Consulado do Brasil. Teceremos algumas considerações iniciais sobre o recrutamento de estrangeiros na fronteira, bem como visualizaremos o problema da cidadania nessas questões.

Relatos de experiências: militarismo e cidadania nas fronteiras

Como podemos perceber, o recrutamento de homens para o serviço militar era um problema comum no Brasil. Quando tratamos de regiões fronteiriças, a questão era mais complexa, dadas as possibilidades de deserção bem como a própria confusão existente entre súditos brasileiros e cidadãos uruguaios no momento de recrutar nessas áreas. O que fazer com esses sujeitos? Como repatriá-los? Tais práticas eram possíveis com a pacificação da região? Veremos duas trajetórias de soldados ocorridas no período pós-Tratado de 1851, nas quais poderemos tecer algumas considerações e refletir sobre o problema dos direitos civis de estrangeiros.

José Faustino Patoris – “equivocadamente súdito brasileiro”

Em 16 de junho de 1859, chega uma correspondência para o Conselheiro do Império do Brasil, José Maria da Silva Paranhos.

(...) El ciudadano oriental José Faustino Patoris, arrebatado hace dos años de las calles de esta ciudad, fue embarcado abordo del vapor de la Marina Imperial “Recife” y en donde [se queda] desde aquella fecha el servicio que se le ha impuesto considerándolo equivocadamente súdito brasileiro. (...).¹³

De acordo com o trecho citado, o homem chamado José Patoris era cidadão da República do Uruguai e fora recrutado para servir na Marinha Imperial

fazia dois anos. A argumentação do reclamante levava em conta o fato de ele ser “natural de Montevideo en donde residen sus padres, Antonio Patoris y Jacinta Lavalleja”, reiterando o seguinte pedido: que este fosse desligado da Marinha Imperial e, conseqüentemente, posto em liberdade “*que su nacionalidad le otorga*”¹⁴. Após isso, o mesmo Patoris deveria ser encaminhado ao Consulado da República, na Corte, para receber os documentos que definem sua nacionalidade.

Esse tipo de problema era comum nas regiões de fronteira justamente por ser uma área de trânsito de pessoas e, podendo Patoris estar em território considerado de propriedade do Império Brasileiro, este deve ter sido recolhido para o recrutamento de maneira indevida, dada a sua procedência uruguaia, sendo confundido com um súdito brasileiro. A reclamação chegou ao Consulado do Uruguai na Corte do Rio de Janeiro, onde seus representantes usaram do argumento de que o sujeito reclamado era nascido em território uruguaio para comprovar que o homem não era súdito brasileiro e que estava erroneamente servindo a outro país.

Infelizmente, não foi encontrada uma resposta definitiva para este caso. Não sabemos se o referido Patoris fora liberado do serviço ao Império, de acordo com os direitos que sua nação demandava. O que sabemos, entretanto, é que o emprego de estrangeiros de forma indevida nas forças imperiais era prática comum e que argumentar o nascimento em dado território era o procedimento padrão para que se conseguisse a liberação do serviço das armas, o que nos faz pensar que o território poderia demandar direitos aos cidadãos, em especial àqueles que estivessem nas forças armadas.

Antonio Joaquim – súdito brasileiro

A Legação do Brasil em Montevideo, representada por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, enviou a seguinte reclamação em 15 de novembro de 1851.

O abaixo assignado, Encarregado de Negócios de S. Majestade, o Imperador do Brasil junto ao Governo da República do Uruguai, tem a honra de passar as mãos de S.[Excelência] o Snr. Ministro de Relações Exteriores da República, a petição inclusa do Súdito Brasileiro Antonio Joaquim acerca da exigência que faz o Sr. Comandante Muñoz de uma ordem expressa do

Governo da República para que se dê baixa ao reclamante, não obstante apresentar ele seu título de nacionalidade passado por esta legação (...) ¹⁵.

O autor da reclamação pedia também que as providências necessárias ao encaminhamento da questão fossem tomadas, bem como que

cesse em geral o constrangimento que se faz pesar sobre outros quaisquer súditos de S. Majestade O Imperador, constrangidos ao serviço das armas, *apesar de sua qualidade de Estrangeiros*¹⁶. (grifos meus)

Em resposta anexada ao documento, diz-se que:

Pase con oficio y con el presente Decreto en copia legalizada, a Minist[ro] de la Guerra, p^a q. previos los informes necesarios, y resultando cierto lo [que] expone esta [reclamación], sea dado de baja el individuo [Antonio] Joaquim y puesto en absoluta libertad (...) ¹⁷.

A rápida solução dada ao caso veio acompanhada de outras recomendações ao ministro da Guerra:

(...) En cuanto a los demás, ordénese por dicho Ministerio a los Jefes de Cuerpos q.e toda papeleta de Súbditos Brasileiros q.e les sea presentada la remitan inmediatamente al [Gobierno], a fin de q.e justificada a su validez, pueda adoptarse lo q.e corresponda, ciudadano q.e mientras no se decida a cerca de ellos no sean molestados para el servicio (...) ¹⁸.

Temos, como aspectos comuns aos dois casos, o recrutamento indevido e o uso, em ambas as argumentações, dos termos “cidadano oriental” e “súdito brasileiro” ao referir-se, respectivamente, aos casos aqui expostos. Isso poderia ser apenas uma nomenclatura usual da época, mas também podemos considerá-las como um aspecto da cultura política produzida e do próprio sentido de identidade que esses termos carregavam. “Cidadão” pressupõe ativismo, enquanto que “súdito” pressupõe uma estrutura de cidadania não ativa, produzida pelo próprio Estado em que a pessoa vive; no caso, o Império do Brasil. Ademais, num contexto de construção da ideia de Estado-nação no Brasil e nos países vizinhos, ter nomenclaturas que diferenciavam os sujeitos, dando conta de sua origem e nascimento, era fundamental.

Outro ponto em comum dessas reclamações é a referência aos chamados “títulos de nacionalidade”.

Eles serviam de comprovação da origem (estrangeira ou não) de determinado indivíduo. Poderiam ser passaportes, considerados à época como salvo-condutos para o ir e vir nos locais. Ao apresentarem esse título, os brasileiros e/ou uruguaiois viventes em território estrangeiro (Brasil ou Uruguai) estariam isentos de atuar no serviço militar do país onde estivessem.

O que é possível perceber de forma preliminar é que o embate diplomático envolvendo o serviço militar nem sempre tinha resultados concretos, visto que as necessidades do recrutamento poderiam estar acima das questões diplomáticas. Em virtude da defesa dos direitos desses recrutados, porém, temos como argumentos o local de nascimento do indivíduo e a presença de títulos de nacionalidade como prova de sua condição de estrangeiro, que poderiam contribuir para facilitar a liberação de um serviço militar ilegal. No âmbito das leis, temos os termos do Tratado de 1851 como meio de definir e legitimar a ação dos consulados, como veremos a seguir.

O Tratado de 1851 e o Ajuste de 1857

A assinatura do Tratado de 1851 entre o Brasil e o Uruguai remonta a busca de solução dos muitos problemas encontrados nas regiões de fronteira entre os dois países, como a devolução de escravos que teriam ultrapassado a fronteira do Rio Grande para o Estado Oriental, bem como a entrega de assassinos e desertores. Outras questões, porém, entraram na pauta de discussões dos respectivos governos, como o caso do recrutamento de estrangeiros. Em seu artigo 6º, ficava definido que:

Os brasileiros estabelecidos ou residentes no território oriental, e reciprocamente os orientais estabelecidos ou residentes no território brasileiro, estarão isentos de todo o serviço militar obrigatório, de qualquer gênero que seja, e de todo o empréstimo forçado, impostos ou requisições militares¹⁹.

Nesse sentido, ficava regulamentada a questão do recrutamento frente à dificuldade de obtenção de homens para defender o território e evitar conflitos que pudessem surgir. Os estrangeiros seriam liberados do serviço após a comprovação de nacionalidade pelo cônsul ou vice-cônsul do país onde a solicitação chegasse²⁰.

Nem sempre, porém, a letra da lei teve validade pós-1851. Como podemos perceber, as reclamações

feitas pelos respectivos consulados a respeito dos cidadãos João Vicente Patoris e Antonio Joaquim são do período posterior ao tratado, esbarrando na concepção de isenção do serviço militar aos estrangeiros. Nessas reclamações acabaria ficando implícita uma espécie de disputa entre nacionalidades, no sentido de que defender militarmente um país que não seja o seu ia de encontro à própria concepção de estrangeiro, tornando-o um cidadão natural daquele país.

Ao colocar algumas observações acerca do recrutamento militar nas áreas de fronteira, Marcos Cosso observa o problema da legitimidade dos títulos de nacionalidade como essencial para compreender o recrutamento de estrangeiros pós-1851²¹. No caso de Antonio Joaquim, a solução empregada foi mais rápida. Entretanto nem todos os casos se solucionaram dessa maneira. Em reclamação datada de 10 de novembro de 1851, vemos que a imunidade no uso das armas concedida a estrangeiros não se cumpria efetivamente, já que havia casos de confisco do título de nacionalidade:

(...) O brasileiro Jacinto Alves tinha sido constrangido a servir no Batalhão de Restauradores. Cessando o predomínio do general Oribe no território da República ocupado pelas forças que lhe obedeciam, entendeu o Cidadão Brasileiro que seria bastante verificar esta qualidade para que se lhe guardasse a imunidade devida a qualquer estrangeiro pelo que respeita ao serviço das armas. Enganou-se, porém. O comandante do Corpo de Restauradores cassou o título de Cidadão Brasileiro do reclamante, puniu-o com três dias de prisão, e o obriga a fazer serviço como antes segundo se vê da petição que o abaixo assignado tem a honra de passar inclusa ás mãos de S. Excia (...)²².

Sem comprovar a nacionalidade, ficaria mais difícil conseguir a liberação do serviço das armas. Isso nos leva a pensar sobre os conflitos que poderiam ser gerados por esses casos. Em dezembro de 1857, um novo ajuste celebrado pelo Brasil e o Uruguai poderia ter sido a solução para o problema do recrutamento de estrangeiros, ao dizer que:

(...) todos los contractos de enganchamiento (cuando tenga lugar) de brasileiros para el servicio oriental y de orientales para el servicio brasileiro sean registrados en el respectivo Consulado, no pudiendo los Cónsules

o Vice-Cónsules oponerse a tal registro una vez que les conste que aquel que se engancha lo hace libremente y que no es desertor de las fuerzas de mar o tierra de sus respectivos países²³.

Em relação aos desertores que porventura desejassem entrar nas forças de mar ou terra desses países, estipulava-se a sua devolução de acordo com o Tratado de Extradição de outubro de 1851. Percebemos, porém, que o conteúdo do tratado relativo ao recrutamento de estrangeiros não fora suficiente para conter outras ações no âmbito militar, como o recrutamento indevido de estrangeiros, e que poderiam constituir conflitos mais agravados à medida que a situação não fosse regulamentada.

Com o acordo firmado em 1857, ficava evidente uma tentativa de regularizar a situação dessas pessoas mediante contratos de trabalho que deveriam ser respeitados por seus respectivos consulados, não sendo permitida a inserção de desertores ou estrangeiros no serviço militar de outro país. Era, por conseguinte, uma forma de regularizar a vida civil desses indivíduos, dando-lhes a possibilidade de servir ou não ao exército e à armada estrangeiros.

Sendo as regiões de fronteira consideradas área de trânsito de pessoas e passagem de conflitos externos para a dinâmica política e social do Império, poderemos pensar de que maneira essa mesma área de trânsito poderia interferir significativamente no recrutamento de homens, tanto nacionais quanto estrangeiros. Além disso, pode-se pensar de que maneira o militarismo ofereceria uma maior aproximação com o Estado, podendo refletir incisivamente no problema da cidadania dos estrangeiros.

Nesse sentido, poderemos pensar um pouco sobre a vida desses estrangeiros no Brasil e no Uruguai. No caso dos brasileiros, estes passaram a ocupar os territórios do atual Uruguai ao longo do século XVIII por meio da compra de terras e a produção para a pecuária, empregando a mão de obra escravizada nessas atividades²⁴. A extensão das propriedades dos estancieros sul-rio-grandenses muitas vezes ultrapassava os limites estabelecidos nos tratados de limites firmados em 1851, o que expandia a influência brasileira no norte do Estado Oriental. Isso era visto pela República como ameaças, no sentido da concentração de estâncias na região de fronteira, bem como a tendência dos

brasileiros em pedir representação de seu país contra as possíveis pressões exercidas pelo Uruguai²⁵. Por seu turno, defender os súditos brasileiros viventes no Uruguai era interessante ao Império para buscar terras agrícolas e controlar áreas fluviais, bem como “aplar” possíveis alianças entre brasileiros, uruguaios e argentinos naquele espaço. Nesse sentido, defender os brasileiros viventes no Uruguai ia para além do campo diplomático, podendo trazer também alianças políticas em âmbito interno²⁶.

Podemos pensar também nas questões relativas ao recrutamento militar e à construção da identidade nacional, aspecto importante do século XIX. Para José Murilo de Carvalho, a existência de uma identidade nacional é o “ingrediente indispensável da cidadania”²⁷. O serviço militar pode ser pensado como uma forma de aproximação com o Estado e, pensando isso para a região de fronteira, seria possível que esse ambiente fosse propício a uma certa naturalização desses estrangeiros a aspectos políticos e culturais do outro. Logo, o recrutamento de estrangeiros poderia constituir um conflito diplomático por ser considerado tanto uma ameaça conjuntural – pautada na ausência de homens para a defesa externa e manutenção da ordem interna – quanto uma ameaça palpável, prescrita na possibilidade de perder homens que possuam algum traço identitário²⁸ com o seu país de origem.

Podemos, portanto, considerar o Tratado de 1851 e o Ajuste de 1857 importantes mecanismos para solucionar a questão do recrutamento militar por dois motivos: primeiro, ao buscar respeitar, mesmo que em vias teóricas, a cidadania do outro e os direitos a ela inerentes; e, segundo, foram documentos que serviram de mecanismo para a consolidação do Estado Imperial, sendo um avanço significativo na política do Estado²⁹. Percebemos, todavia, que, apesar dos acordos e tratados celebrados para dar fim ao problema dos estrangeiros, o recrutamento forçado só teria fim em dezembro de 1899, quando ambos os Estados deveriam dar baixa aos estrangeiros alistados nas forças militares³⁰.


Considerações finais

Ao pensarmos o recrutamento militar para o serviço nas áreas de fronteira, o que se vislumbra é como

essas regiões eram importantes para a manutenção e segurança territoriais. Espaços de trocas, comércio, informações, contatos, as fronteiras eram dinâmicas, e as interações entre os sujeitos poderiam dotá-los de possibilidades naquele universo até então indefinido.

No que tange ao recrutamento ilegal de estrangeiros, é possível notarmos que tais ações ocorriam nas vias práticas e eram objeto de reclamações diplomáticas em ambos os lados da fronteira. Os consulados constituíam, assim, órgãos importantes para a administração de tais querelas. As reclamações chegadas a essas instituições geravam dúvidas tanto no que tangia à nacionalidade do sujeito quanto do ponto de vista diplomático, na medida em que, se, por um lado, o serviço militar impunha a necessidade de recrutar homens constantemente, por outro, poderia ser ignorado o fato de alguns soldados nas tropas serem de procedência estrangeira.

Nas relações entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai, podemos perceber que os textos dos tratados firmados em 1851 e os ajustes posteriores procuraram regularizar a situação dos estrangeiros viventes em cada país. No ajuste, porém, temos a implicação de que os estrangeiros seriam aceitos no serviço militar se isso fosse de vontade própria, mediante registro no respectivo Ministério de Relações Exteriores, baseado num contrato.

Nesse ínterim, o uso de argumentos como o território de nascimento e de papéis comprovando a nacionalidade de um determinado sujeito poderia ser preponderante para sua saída ou não de uma situação de recrutamento forçado. Além disso, o argumento central das reclamações enviadas aos consulados pautava-se no local de nascimento do sujeito. Sua origem atrelada a um determinado território poderia lhe dotar de direitos que, em outro, talvez não fosse possível usufruir plenamente. A isenção do serviço militar para estrangeiros, contudo, esbarrava na existência – ou não – de provas escritas que referendassem aquela reclamação. O caso da destruição de documentos que comprovassem a nacionalidade dos indivíduos nos regimentos militares denota tanto a ilegalidade das políticas de recrutamento quanto a necessidade de abastecimento de homens para a ocupação e militarização de uma fronteira a ser delimitada. 

Referências

- BENTANCUR, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando. **Amos y esclavos en el Rio de la Plata**. Buenos Aires: Planeta, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania**: tipos e percursos. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. nº 18, 1996. p. 1-21.
- CASAS, Lincoln Maiztegui. **Orientales**: Una historia política del Uruguay. Buenos Aires: Planeta, 2007.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.
- COSSO, Marcos Simões. **Política Exterior do Brasil para com o Uruguai no período de 1852 a 1864** (Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Rio Grande do Sul, 2004.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- FERREIRA, Gabriela. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo. Hucitec, 2006.
- GRINBERG, Keila. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.
- LYNCH, John. A América Espanhola após a independência à Guerra do Paraguai. In: BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**: da independência a 1870. São Paulo. Editora da USP. Imprensa Oficial do Estado. Brasília. DF. Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. Volume 3, p. 625-692.
- MÄDER, Maria L.; PAMPLONA, Marco A. (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas – região do Prata e Chile**. São Paulo. Paz e Terra, 2007.
- MATTOS, Hebe M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.
- OSÓRIO, Helen. **O Império Português no sul da América**. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata – 1808-1828**. São Paulo. Hucitec, 2002.

Notas

- ¹ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.
- ² FERREIRA, Gabriela. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo. Hucitec, 2006.
- ³ O Código Civil Brasileiro foi formulado e promulgado no ano de 1916. Cf. Keila Grinberg. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ⁴ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1996.
- ⁵ MENDES, Fábio F. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004
- ⁶ MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.
- ⁷ De acordo com Mattos, a escravidão era um fenômeno reconhecido e legitimado pelo direito de propriedade, garantido na Constituição; sendo uma distorção do liberalismo no Brasil. Entretanto ela mesma salienta que a contradição entre escravidão e

- liberalismo não foram frutos somente do Brasil em 1822. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000, p.7-9.
- ⁸ PIMENTA, João Paulo G. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)*. In: MÄDER, Maria L.; PAMPLONA, Marco A. (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas** – região do Prata e Chile. São Paulo. Paz e Terra, 2007. Já em relação a esse processo para o Brasil, temos o livro de Gabriela Ferreira **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo. Hucitec, 2006.
- ⁹ MATTOS. Hebe M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.
- ¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1996. p. 2-3.
- ¹¹ DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- ¹² CASAS, Lincoln Maiztegui. **Orientales: Una historia política del Uruguay**. Buenos Aires: Planeta, 2007.
- ¹³ Archivo y Biblioteca Pablo Blanco Acevedo. Museo Histórico Nacional – Uruguay. Tomo 1612.
- ¹⁴ Archivo y Biblioteca Pablo Blanco Acevedo. Museo Histórico Nacional – Uruguay. Tomo 1612. Grifos nossos.
- ¹⁵ Archivo General de la Nación del Uruguay. Carpeta 1733 – Carpeta 3. Realizamos a transcrição dos documentos na norma atual da Língua Portuguesa para fins de melhor compreensão textual.
- ¹⁶ Archivo General de la Nación del Uruguay. Carpeta 1733 – Carpeta 3. Grifos nossos.
- ¹⁷ Archivo General de la Nación del Uruguay. Carpeta 1733 – Carpeta 3
- ¹⁸ Archivo General de la Nación del Uruguay. Carpeta 1733 – Carpeta 3.
- ¹⁹ COSSO, Marcos Simões. “Política Exterior do Brasil para com o Uruguai no período de 1852 a 1864” (Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Rio Grande do Sul. 2004. Tratado de Extradicação de escravos, criminosos e desertores; firmado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai em 12 de outubro de 1851.
- ²⁰ COSSO, Marcos. Op. cit. p. 70.
- ²¹ O problema dos títulos de nacionalidade fora demonstrado também por Rafael Peter de Lima em recente trabalho, porém com enfoque para as escravizações na fronteira. LIMA, Rafael Peter de. *Nacionalidades em disputa: Brasil e Uruguai e a questão das escravizações na fronteira (séc.XIX)*. In: **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba. 2009.
- ²² Archivo General de la Nación del Uruguay. Carpeta 1733 – Carpeta 3.
- ²³ Archivo General de la Nación del Uruguay. Caja 1734 – Carpeta 2.
- ²⁴ OSÓRIO, Helen. **O Império Português no sul da América**. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. BENTANCUR, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando. *Amos y esclavos en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006.
- ²⁵ LYNCH, John. *A América Espanhola após a independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHEL Leslie (org.). **História da América Latina: da independência a 1870**. São Paulo. Editora da USP. Imprensa Oficial do Estado. Brasília. DF. Fundação Alexandre de Gusmão. 2001. Volume 3. p. 625-692.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1996. p. 4.
- ²⁸ Sobre tudo na região que estamos estudando, Gabriela Ferreira aponta em seu trabalho uma maior proximidade entre os rio-grandenses e os platinos do que em relação aos brasileiros. Por conta dessa natureza, o Rio Grande do Sul seria por muito tempo uma província com tendências separatistas do restante do Império do Brasil, esbarrando no projeto de unidade territorial pensado pelos portugueses e levado adiante no pós-independência.
- ²⁹ FERREIRA, Gabriela. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 191-192.
- ³⁰ COSSO, Marcos Simões. “Política Exterior do Brasil para com o Uruguai no período de 1852 a 1864” (Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria). Rio Grande do Sul, 2004. p. 69-71.

A Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira (AGEFEB) no Teatro de Operações da Itália (1944-1945)

Claudio Luiz de Oliveira*

Introdução

O presente artigo apresenta a participação do Banco do Brasil Sociedade Anônima (BB), uma instituição financeira de economia mista, que operou no Teatro de Guerra da Europa, como integrante da FEB, durante a Segunda Grande Guerra Mundial. O recorte temporal dessa atuação tem início em 1943, com a sua mobilização, atuação em campanha e desmobilização a partir de julho de 1945.

O governo brasileiro enviou ao Velho Continente uma força militar com mais de 25.000 homens e mulheres, e esse envio incluiu a Agência do Banco do Brasil junto à FEB (AGEFEB), única instituição congênere a atuar no Teatro de Operações da Itália. Esta pesquisa busca apresentar a história desses homens e descortinar o trabalho por eles realizado, quase desconhecido da Força Terrestre e ignorado pela Nação Brasileira. A pesquisa detalha a criação, constituição, articulação e o *modus operandi* dessa instituição bancária.

Para isso, inicialmente, o artigo contextualiza o cenário mundial com o torpedeamento dos navios mercantes brasileiros e a declaração de beligerância ao eixo Roma-Berlim-Tóquio. Na sequência, apresenta a criação, mobilização e constituição dos elementos da FEB, com destaque para a AGEFEB, em sua articulação na Península Itálica, suas principais atribuições, sua interação com os órgãos financeiros do escalão superior e as unidades administrativas subordinadas. Insere, ao final, as histórias

relatadas pelos *homens do Banco do Brasil* no TO desde a partida até o regresso ao território brasileiro.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da coleta dos dados extraídos de fontes primárias disponibilizadas pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx) e pelo Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), ambos localizados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. São raros os jornais, revistas, livros e pesquisas que tratam do assunto, o que justifica sua relevância no resgate da história da Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira, realizando muito mais do que suas tarefas como instituição financeira no TO italiano.

Hoje vou falar sobre uma unidade da FEB que é uma unidade toda especial: tem 22 oficiais, 1 cabo e nenhum soldado raso. Todos esses homens andam desarmados e nenhum aparece na linha de frente. Apesar disso, é possível dizer que eles estão fazendo a guerra, porque os trabalhos que eles fazem são trabalhos úteis e mesmo necessários para todos os homens da Força Expedicionária Brasileira. Estou me referindo aos homens do Banco do Brasil. (BRAGA, 1945, p. 8)

Antecedentes da Guerra

Na madrugada de 1º de setembro de 1939, a *Wehrmacht* (Exército Alemão) cruzou a fronteira polonesa, iniciando o maior conflito bélico da idade contemporânea. O emprego da *blitzkrieg* (guerra relâmpago) foi

* Cel Cav R/1 (AMAN/1979; EsAO/1985; ECEME/1996). Pós-graduado em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército – ECEME/2005. Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL/2014) e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2017). Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/2021). Historiador Militar da Seção de Pesquisas Históricas do CEPHiMEx e Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHiMTB).

Agência do Banco do Brasil Junto à FEB

A AGEFEB foi criada com a missão de suprir a tropa expedicionária com recursos para o pagamento de pessoal, fornecimentos e indenizações; efetuar depósitos para guarda de dinheiro em contas-correntes; efetuar transferências para o Brasil; suprir de fundos a Pagadoria Fixa; realizar o recolhimento e conversão de cruzeiros em lira militar, cédula de circulação legal na Itália recém-ocupada pelos Aliados, por ocasião da chegada de nossos homens àquele país; e reconverter, por ocasião do retorno ao Brasil, as liras citadas em cruzeiros.

A coordenação dos trabalhos de criação e supervisão da nova agência coube a Francisco Alves dos Santos Filho¹, diretor da Carteira de Câmbio do BB. Os *homens do Banco do Brasil* que se voluntariavam para essa tarefa eram direcionados ao então Ministério da Guerra para realização de exames médicos, medidas administrativas e treinamentos específicos, imprescindíveis à sua incorporação à Força Terrestre.

Houve necessidade de se alterar as normas consuetudinárias da instituição financeira, adaptando-as às condições em que iam operar no exterior. Foram criados novos formulários, mais simplificados e mais

ajustados às características de uma agência que funcionaria em um teatro de operações (TO). Em sua arquitetura organizacional, foi adicionado o cargo de adjunto, elemento responsável pela ligação entre as autoridades financeiras estrangeiras, as autoridades militares e diplomáticas brasileiras.

A agência foi constituída por 29 funcionários, sendo atribuídos postos e graduações militares em função de seus respectivos cargos na instituição bancária. Dessa forma, foram comissionados 28 oficiais e 1 praça. A agência se movimentou do Rio de Janeiro para a região de operações constituída por 1 destacamento precursor (Dst Prec) e 4 escalões (Esc), acompanhando a FEB.

Ficou determinado que uma equipe de três funcionários graduados seguiria por via aérea, com destino à Argélia. Compunha-se de elementos da administração da AGEFEB: o gerente, com o posto de coronel; o contador e um adjunto, ambos com posto de tenente-coronel. Os remanescentes dos integrantes da AGEFEB – 11 oficiais – sob a chefia de um adjunto da administração, iria por mar, juntamente com a tropa embarcada, integrando o 1º Escalão Divisionário. Argélia era, inicialmente, o destino declarado da Força Expedicionária Brasileira. (HARGREAVES, 1983, p. 210)

FUNCIONÁRIOS		P/G	POSTOS E GRADUAÇÃO	Esc
Gerente	1	coronel	Gastão Luiz Detsi	Prec
Contador	1	tenente-coronel	Pedro Paulo Sampaio de Lacerda	
Adjunto	2		Charles Pullen Hargreaves	
Chefe de Tesouraria	1	major	Armando Moraes Ferreira	1º
Chefe de Serviço	2		Eduardo Dreux Júnior	2º
			Nelson Bueno Caracas	
		capitão	Leo Daltro Santos	2º
			Romeu José dos Santos	1º
			Carlos Marques Oliveira	2º
			Renato Arêas Soares	
			Henrique Chevalier	3º
			Raymundo Mendes da Fonseca	4º
		1º tenente	Telmo Ramos Ribeiro	4º
			Alexandre Vitor Formiga Fontenele	1º
			Carlos Augusto Castro e Silva de Vincenzi	
			Dirceu da Silva Batista	
			James Swan Júnior	
			Pedro Borges Leitão Filho	2º
			Carlos Alberto Moreaux	
			Yvo Jacques Gros	3º
			Fernando Coelho Messeder	
			Luiz Toledo Sanches de Almeida	
			Newton Soares Modesto de Almeida	
			Pedro Berwanger	4º
			Ernesto Serrano Vereza	
			João Benito Ramos de Moraes	
			Luiz Leivas Otero	
			Pedro Borges Leitão Filho	2º
			João José da Silva	
Contínuo	1	cabo		

Quadro 1 – Funcionários da AGEFEB

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em **O BB na Guerra**. Revista do DESED, jan/fev 1969, p. 20-26

A travessia do Atlântico

No dia 1º de julho de 1944, os primeiros integrantes da AGEFEB deixaram o edifício do BB, atual sede do Centro Cultural do Banco Brasil, à rua Primeiro de Março, 66, no centro do Rio de Janeiro, e se dirigiram à Praça XV de Novembro, de onde foram para o cais do porto. O Dst Prec partiu, no mesmo dia, por via aérea, para a Argélia, enquanto o 1º Esc se deslocaria em 2 de julho, a bordo do navio norte-americano General Mann, também para a Argélia. Todos envergavam o distintivo da força expedicionária.²



Figura 2 – Distintivo da FEB no momento do embarque
Fonte: Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020

Em Argel, o BB, por meio dos bancos ingleses e norte-americanos, disponibilizou US\$ 1.000.000,00 para a AGEFEB, com a finalidade do pagamento da tropa. Na capital argelina, o Dst Prec tomou conhecimento de que a FEB não operaria mais no norte da África, como havia sido planejado. Nápoles seria o destino da tropa brasileira.

... da partida do Rio e chegada a Gibraltar, os americanos invadiram a Itália e já tinham se transferido para a península italiana. Então, todos os planos foram alterados e nós nos dirigimos então para Nápoles. (FERREIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 4)

Enquanto isso, os outros integrantes do BB atravessariam o oceano Atlântico com os demais escalões em direção ao continente italiano, também por via marítima nos dias 20 de setembro e 23 de novembro do mesmo ano, e o último em 11 de março de 1945. Os

pracinhas somente tomaram conhecimento do seu destino quando já estavam em mar aberto.

Chegando a Nápoles, ainda a bordo, a primeira providência dos integrantes da AGEFEB foi recolher todo o dinheiro em poder dos militares.

A chegada de cada um dos escalões, desde o início, desde o primeiro momento, até qualquer pessoa que chegasse lá, era obrigada a entregar a moeda estrangeira de curso internacional e ser trocado e entregue a ele a então moeda, a Lira de Ocupação. Isto era para todo mundo, qualquer nacionalidade, não era só brasileiro. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 5)

A *Allied Military Lira* (Lira de Ocupação ou Militar)³ foi criada com o objetivo de controlar a circulação de dinheiro na Itália. Essas cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar, todavia, em função da falta de dinheiro no território italiano, acabaram se tornando a moeda circulante de curso legal no país.

Havia a necessidade de trocar o dinheiro pelas AM Lire, que eram as cédulas que não interessavam aos alemães, já que sua troca para dinheiro de circulação internacional deveria ser feita somente com o exército aliado. (FERREIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 5)



Figura 3 – Alguns exemplares da AM Lira
Fonte: Revista Numismática e Medalhística, 2184-28761, p. 74, 2018

A cédula trazia no verso⁴ a inscrição “*Allied Military Currency*”, “*Issue in Italy, “1 Lira (e demais valores)*”, que quer dizer “Moeda Militar Aliada” e “Edição na Itália”; no reverso, as seguintes frases: *Freedom of Speech, Freedom of Religion, Freedom from Want e Freedom from Fear*”, ou seja, “Liberdade de Expressão, Liberdade de religião, Ausência de Miséria e Liberação do Medo”; e, no centro, a marca “*Allied Military Currency*”.

Articulação da AGEFEB no Teatro de Operações

A agência se instalou, inicialmente, no acampamento brasileiro em Bagnoli, subúrbio napolitano. Em apenas 15 dias, a agência se organizou de modo emergencial, efetuando o primeiro pagamento da tropa no exterior. A fim de se aproximar mais dos serviços financeiros aliados, ela se mudou para uma área central de Nápoles, em 2 de agosto (Revista do DESED, 1983).

A fim de complementar o adestramento da tropa, a FEB, em setembro, transferiu o seu estacionamento para a região de Civita Vecchia, em Tarquínia, distante 70km de Roma. Tal evento determinou o desdobramento da agência em dois escritórios: um Central, na capital romana, e um outro em Nápoles (Escritório Alfa), ponto terminal daqueles que chegavam ao continente italiano ou que partiam para o Brasil.

Em Roma estava centralizada a escrituração e arquivados os documentos da AGEFEB, de onde partiam frequentemente os balcões móveis, instalados nas carroceiras das viaturas 2 ½ toneladas, que percorriam toda a frente, onde estivesse um destacamento brasileiro.

O balcão móvel eram os funcionários que iam à frente de batalha, iam aos quartéis, aos comandos, com mesas, mesinhas portáteis, máquinas portáteis, máquinas de somar portáteis, tudo portátil, que nós tínhamos levado já daqui do Brasil. Então fomos lá porque era impossível a tropa toda vir à agência em Roma. Não era possível. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

Os dias passavam rapidamente e o número de pracinhas aumentava, à medida que os escalões desembarcavam na Península Itálica. O avanço, em 2 de dezembro, do 5º Exército americano, comandado

pelo general Mark Wayne Clark, ao qual a FEB estava subordinada, aumentou a distância do apoio logístico e administrativo.

O acréscimo ao efetivo da tropa e o afastamento horizontal das companhias, na frente de combate, entre os escritórios Central e Alfa, fizeram com que o sistema de balcões móveis entrasse em colapso.

A solução encontrada foi o desdobramento de um terceiro escritório (Bravo) na cidade de Pistoia, que permitisse o acompanhamento do Quartel-General (QG)/FEB, facilitando para a tropa a movimentação da conta-corrente e das transferências bancárias.

No início de maio de 1945, já nos estertores da guerra, o escritório Bravo se mudou para Gênova, ocupando as instalações da *Banca d'Itália y Rio de la Plata*. Terminado o conflito mundial no teatro de guerra da Europa, a tropa brasileira se concentrou na região de Francolise, a 40km de Nápoles, com a finalidade de iniciar a preparação para o retorno ao Brasil. A partir desse momento, o escritório Bravo fechou suas instalações e retraiu seu pessoal para Nápoles.

Na hora da partida, então, os elementos da FEB queriam trocar suas liras, liras de ocupação. Muito bem. Mas nós não dispúnhamos de moeda equivalente de curso internacional para atender a todos. Então procedeu-se à emissão de cheques e cada um, imediatamente, ao chegar ao Brasil, iria receber em qualquer cidade. E foi feito assim. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Os balcões móveis percorreram, em um país devastado pela guerra, 230km entre o Escritório Central e o Alfa; 380km entre o Central e o Escritório Bravo, quando em Pistoia; e 530km quando esse foi relocado para Gênova (Revista da AAFBB, 1983).

Modus Operandi – “Serviço de Fundos – Pagadoria Fixa – AGEFEB”

O Decreto-Lei nº 6.463, de 2 de maio de 1944, criou o Serviço de Fundos e a Pagadoria Fixa. A AGEFEB, criada pela Portaria Ministerial nº 6.499, de 23 de maio de 1944, tinha o encargo de suprir a FEB, no exterior, com os recursos financeiros necessários à sua missão.

Ela interagiu diretamente com o *Allied Military Financial Agency*, responsável pelo controle da circulação de moeda corrente na Itália ocupada.

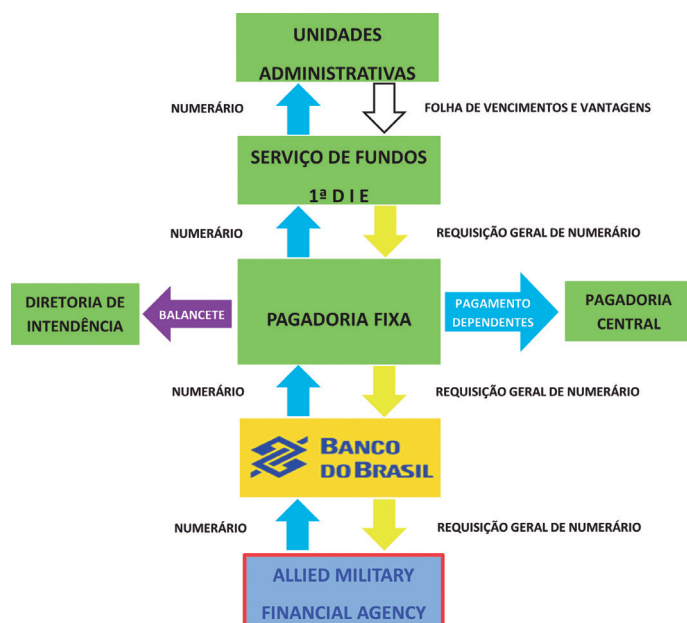


Figura 4 – *Modus Operandi* “Serviço de Fundos – Pagadoria Fixa – AGEFEB”

Fonte: Elaborada pelo autor baseado no Acervo do Arquivo Histórico do Exército

O Serviço de Fundos da 1ª DIE (SF/1ªDIE) foi o único a ser ativado, pois não ocorreu o envio de mais duas divisões, inicialmente planejado. Sua missão⁵ era: receber das unidades administrativas (UA) as folhas de vencimentos e vantagens (FVV) dos militares das unidades, bem como o recolhimento do numerário não pago aos pracinhas; executar o controle prévio da contabilidade daquelas folhas de pagamento; organizar a requisição geral do numerário, destinado às FVV; entregar à Pagadoria Fixa (PF) essa requisição; receber, por essa requisição, as importâncias correspondentes às cotas fixas de vencimentos e vantagens; efetuar às UA o pagamento correspondente às cotas fixas de vencimentos e vantagens; receber das UA, para prestação de contas com a Pagadoria Fixa, as importâncias e os elementos de comprovação; e, finalmente, realizar a prestação de contas à Pagadoria Fixa.

A Pagadoria Fixa⁶ era o principal órgão de provimento de numerário para o SF/1ªDIE e seus elementos orgânicos. Tinha como missão: receber do SF/1ªDIE, do QG/FEB e seus elementos orgânicos as requisições do numerário destinado ao pagamento dos vencimentos e vantagens dos oficiais e praças; fazer o controle prévio da contabilidade dessas requisições; sacar da AGEFEB o numerário destinado ao pagamento das cotas fixas dos vencimentos e vantagens; entregar ao SF/1ªDIE, do QG/FEB e seus elementos orgânicos, mediante recibo, as segundas vias das requisições de numerários, as importâncias correspondentes às cotas fixas; remeter à Pagadoria Central, no então Distrito Federal na cidade do Rio de Janeiro, por meio cambial, a importância correspondente ao total dos descontos constantes das mesmas requisições, assim como as importâncias destinadas ao pagamento dos dependentes e credores dos expedicionários; receber do SF/1ªDIE, como prestação de contas, as importâncias de cotas fixas de vencimentos e vantagens que não tenham sido pagas por quaisquer motivos, e os elementos de comprovação, tudo devidamente discriminado em demonstração do emprego do numerário recebido; e organizar e remeter à Diretoria de Intendência do Exército, à época, o respectivo balanço mensal.

À AGEFEB, além das missões já especificadas no início deste trabalho, entre as quais se destaca a obtenção da moeda legal em circulação no TO, couberam algumas atribuições inerentes ao fato de que o Escritório Central era o único órgão militar brasileiro instalado no ponto de passagem obrigatória para oficiais, praças e civis em trânsito no sentido norte-sul e vice-versa da Península Itálica.

A embaixada e os consulados brasileiros, assim como os integrantes da Força Aérea Brasileira (FAB), valeram-se do apoio da agência, que assumiu, também, o serviço de correspondência telegráfica, tendo como base o Escritório Central, assim como elemento de ligação com o órgão norte-americano que o operava, constituindo-se em mais um ente coletor, censor e distribuidor primário dessa rápida via de

comunicação, que tanto bem proporcionou aos que a ela precisaram recorrer.

O *modus operandi* entre o SF/1ªDIE, a Pagadoria Fixa e a AGEFEB, assim como o atendimento aos pracinhas nos balcões móveis e escritórios, e as missões que a agência assumiu, no intuito de facilitar e auxiliar a todos os integrantes da FEB e aos brasileiros que se encontravam na Itália, chamaram a atenção de seu comandante.

Merece registro especial a Agência móvel, criada para atender às necessidades da Força Expedicionária Brasileira e que vem prestando assinalados serviços. É com justificado desvanecimento que divulgamos o elogio do ilustre comandante, general Mascarenhas de Moraes, consignado em boletim interno da 1ª D.I.E., de 13 de fevereiro de 1945, do qual teve a gentileza de nos enviar cópia. (REIS, 1945, p. 82)

O empenho, a dedicação e o profissionalismo dos *homens do Banco do Brasil* foram reconhecidos pelo general Mascarenhas de Moraes, ao conceder a respectiva referência elogiosa.

A organização perfeita e a instalação criteriosa da Agência do Banco do Brasil junto à Força Expedicionária Brasileira, ao lado da dedicação, espontaneidade e interesse dos seus funcionários em atender, sem distinção, a todos os nossos elementos constituem um motivo de confiança e satisfação para o Comando, que vê assegurada, assim, uma rigorosa assistência à economia de sua tropa.

Escalonada em profundidade, com o Escritório Central em Roma e dois outros em Nápoles e Pistoia, mantém estreita ligação com os diversos órgãos da F.E.B., desde Caserta às primeiras linhas, dentro da mais completa ordem e disciplina de serviço e, com eficiente método de brevidade de ação, movimentação, mensalmente, cerca de 55 milhões de liras, em depósitos e transferências.

Sem prejuízo do seu trabalho normal e, quando necessário, sem horas de repouso, presta relevantes outros serviços estranhos à sua atividade comum, como a instalação de elementos em trânsito, expedição e distribuição de telegramas etc., graças à habilidade, solicitude, capacidade e iniciativa de seu pessoal, que dá, uma prova eloquente do alto espírito de cooperação de que está possuído.

Integrado rapidamente no meio militar, vive em perfeita comunhão com os nossos oficiais, um sadio

ambiente de camaradagem e respeito mútuo, compenetrado das responsabilidades e deveres da função e conquistando a admiração de todos pela correção de atitudes e lhanza de trato.

A elevada formação moral de seus integrantes, que os levou voluntariamente a se incorporarem à F.E.B., hoje é aqui traduzida pela maneira elogiosa com que se dedicam aos seus afazeres e pela inteligente propaganda que fazem das cousas do Brasil, difundindo dados sobre as suas riquezas e possibilidades.

Apresento ao coronel Gastão Luiz Detsi e seus distintos auxiliares os mais francos louvores pela cooperação que prestam ao Comando, transmito, em meu próprio nome e no dos meus comandados, as congratulações e as sinceras simpatias com que a F.E.B. acompanha a feliz atuação da Agência nos campos de guerra da Europa. (MORAIS, 1945)

O retorno ao Brasil

Em 25 de julho, os alemães capitularam na Itália. Em seguida, o Exército Vermelho conquistou Berlim, em 2 de maio, e o troar dos canhões cessou seis dias depois em todo o continente europeu. Os combates ainda continuavam no Pacífico, mas a guerra para os brasileiros havia chegado ao seu final. Estava na hora de voltar para casa. A FEB deixou o continente europeu em julho de 1945, organizada em escalões, de forma semelhante à sua partida do Brasil.

No dia 24 de maio, o coronel Detsi (gerente) e o tenente-coronel Pedro Paulo (adjunto) lançaram um Aviso normatizando as atividades financeiras a serem realizadas antes do embarque para o retorno. O manifesto abordava quatro tópicos: troca de liras por cruzeiros; depósitos em conta-corrente junto à AGEFEB; abertura de contas no Brasil; e o fundo de previdência.

A comutação de liras por cruzeiros só seria permitida em solo italiano. Não haveria assim a permuta desses valores no Brasil. Em consequência, o BB emitiu cheques a serem pagos após a chegada num prazo de 24 horas. Os depósitos em conta-corrente junto à AGEFEB seriam suspensos a partir de 1º de junho, e os saldos deveriam ser retirados até o dia 10 desse mesmo mês. Não seriam mais efetuadas transferências bancárias em virtude da exiguidade do tempo para processá-las.

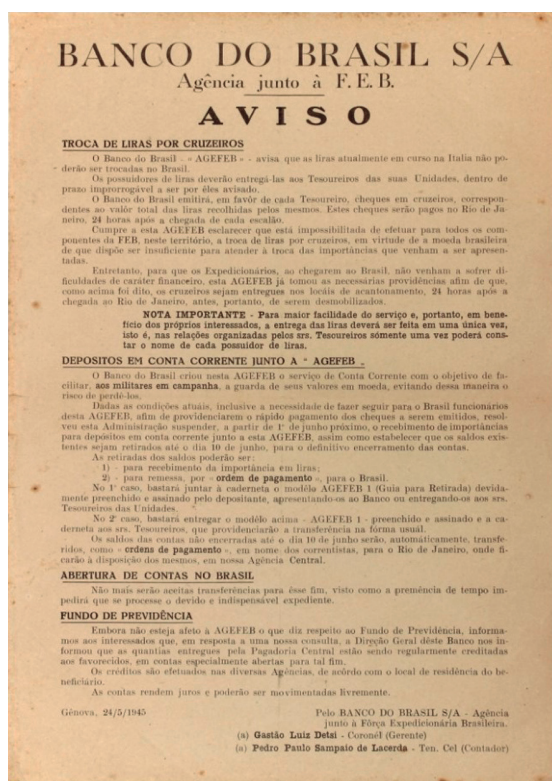


Figura 5 – Aviso

Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro

A respeito do fundo de previdência, a AGEFEB informou que os créditos em poder da Pagadoria Central seriam efetuados nas diversas agências de acordo com o local de residência dos beneficiários, e que renderiam juros e poderiam ser movimentados livremente.

A agência se estruturou de forma análoga, de acordo com a necessidade do encerramento das atividades financeiras no exterior. Os *homens do Banco do Brasil* retornaram em oito oportunidades distintas, seja isoladamente, seja em grupo. Nos dois meses que antecederam ao cessar fogo, dois funcionários, individualmente, regressaram ao Rio de Janeiro; em junho, foram três; em julho, vieram quatro; em agosto, desembarcaram cinco; em setembro, chegaram seis; e, finalmente, em outubro, outros nove.

Os últimos a deixarem a Itália⁷, em 31 de outubro, foram os capitães Carlos Marques Oliveira, Romeu José dos Santos, Raymundo Mendes da Fonseca e Telmo Ramos Ribeiro e os tenentes James Swan Júnior e Luiz Toledo Sanches de Almeida.

A FEB foi desmobilizada ainda na Itália. O Aviso nº 217-185, de 6 de julho de 1945, do então Ministério da Guerra, determinou que as organizações militares da FEB ficassem subordinadas ao Comando da 1ª Região Militar, assim que desembarcassem no Distrito Federal.

A Ditadura de Vargas temia que o retorno da tropa possibilitasse a derrubada do regime instituído em 1937, o Estado Novo. Para isso, os militares estabilizados foram transferidos para diversos rincões do país, enquanto os oficiais, sargentos, cabos e soldados temporários foram sumariamente licenciados do serviço ativo. Melhor sorte tiveram os militares descomissionados da AGEFEB, que retornaram às suas funções no Banco do Brasil.

O elogio consignado pelo Gen Mascarenhas de Moraes foi registrado na fé de ofício de cada um dos ex-integrantes da AGEFEB, e todos foram condecorados com a Medalha de Guerra e a Medalha de Campanha. A *história dos homens do Banco do Brasil* está consolidada no Relatório da AGEFEB, de 10 de dezembro de 1945, que foi entregue ao presidente do BB, Marques Reis, e ao diretor de câmbio, Francisco Alves dos Santos Filho. Seu original encontra-se depositado no CCBB – Rio de Janeiro.

As histórias dos homens do Banco do Brasil

No dia 1º de julho de 1944, os 11 funcionários do Banco do Brasil se movimentavam para início de uma grande jornada. Não sabiam aonde iam, tudo era segredo. Poucas informações prestaram às famílias.

No dia 29 de junho de 1944, nós tivemos ordem para nós do Banco do Brasil já ir dando despedidas em casa. Isso, à noite, dez horas da noite. Ficamos no Banco do Brasil até as 11, 12 horas. Então chegou um caminhão do Exército, daqueles com lona em cima e encostou de traseira no banco, para a gente entrar sem ninguém da rua ver. Olha que eram 11 horas da noite, mas o sigilo era uma coisa importante. (SWAN – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 2)

O norte da África foi o destino do escalão precursor da AGEFEB. No dia seguinte, o primeiro escalão embarcava, junto com a tropa brasileira, no navio transporte General Mann. Em Argel, o Cel Detsi e os Ten

Cel Pedro Paulo e Hargreaves tomaram conhecimento de que a FEB não mais aportaria naquela cidade. O destino seria Nápoles.

Então, em face dessa situação, nos aprontamos às pressas e, com prioridade, novamente com avião militar, rumamos para Nápoles e para Caserta, que é uma cidade próxima, onde está localizado o grande quartel-general aliado, que, aliás, estava se transportando de Argel para Caserta. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 3)

O primeiro escalão desembarcou em Nápoles e foi recepcionado pelos americanos, que os acompanharam até Bagnoli, onde estava instalado o acampamento da FEB. Ao chegar ao estacionamento, foi verificado que não havia uma bandeira brasileira hasteada no mastro principal. A partir desse momento, teve início um corre-corre em busca de um pavilhão verde e amarelo.

Então, foram perguntar ao pessoal do banco se eles tinham uma bandeira brasileira, e o nosso coronel Detzi então ofereceu para que fosse usada a bandeira brasileira levada pelo Banco do Brasil, e foi, então, essa a primeira bandeira brasileira hasteada na Itália depois do início da guerra. Foi do Banco do Brasil. (SWAN – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 4)

Nesse mesmo dia, esses 11 funcionários se apresentaram ao comandante da FEB. Nessa oportunidade, o general Mascarenhas de Moraes indagou se seria possível aos pracinhas enviarem dinheiro para o Brasil naquela data. O tenente-coronel Pedro Paulo respondeu que sim.

A função da AGEFEB só podia ser exercida com eficiência e eficácia no centro da cidade, onde se encontravam os serviços financeiros aliados e do quartel-general. Em 2 de agosto, a agência saiu de Bagnoli e ocupou uma posição mais central da cidade, iniciando seus trabalhos com a operação dos “balcões móveis”, verdadeiras agências bancárias volantes. O deslocamento da FEB para Civita Vecchia, a 70km de Roma, fez com que a AGEFEB abrisse um escritório na capital italiana, que passou a ser o Escritório Central.

Do Escritório Central saíam periodicamente os “balcões móveis”, que funcionavam junto à tropa, para efeito de receber depósitos e ordens de transferências para o Brasil, segundo as conveniências pessoais de cada interessado, oficial ou praça. (CARVALHO, 1983, p. 3)

As peculiaridades do TO e suas consequências obrigaram os funcionários da AGEFEB a se adaptarem a novos métodos de trabalho. A fim de simplificar as retiradas e depósitos dos soldados brasileiros, foi criado um sistema de saques e depósitos por meio de uma espécie de guia, que era registrada em uma caderneta.

Então bolamos esse negócio, que a tropa brasileira levou e que nenhuma outra tropa tinha, era o depósito em conta-corrente. Depósito em conta-corrente só o Brasil teve. Quer dizer, o soldado, antes de ir para a frente, depositava lá no banco e ia para a frente sem o dinheiro no bolso. (LACERDA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

Os tradicionais cheques foram abandonados, bastando ao militar apresentar a sua caderneta no escritório ou no balcão móvel. Nesse documento, era apontado o movimento de entrada e saída de numerário da conta-corrente do militar (CARVALHO, 1983).



Figura 6 – Caderneta do pracinha brasileiro
Fonte: Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro

O chefe de serviço da agência de Pistoia, major Leo Santos, recebeu, certa feita, uma carteira de cigarro, aberta, da marca Continental, onde se lia: “Major, peço o favor de entregar ao portador as três mil libras que eu deixei aí. Vou ter três dias de folga em Florença”. O funcionário que lhe entregou o “cheque” afirmou que não havia a assinatura do emitente. A resposta à afirmativa foi imediata.

Ué! Faz um papel de caixa. O homem vai passar três dias em Florença, está sofrendo na linha de combate. Você vai deixar que ele vá sem dinheiro? Faz um papel de caixa e no verso escreve: ‘Recebi a importância de tanto, devido ao sr. Fulano de Tal’. Colhe a assinatura e a identidade do portador e dá o dinheiro. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 7)

As tarefas da AGEFEB cresceram em progressão exponencial. A agência requisitava a lira de ocupação ao *Allied Military Financial Agency*, pagava o SF/1ª DIE, que, por sua vez, efetuava o pagamento aos militares. Os pracinhas buscavam os escritórios e os balcões móveis para realizarem saques, depósitos e transferências bancárias. Por meio de ordens de pagamento, qualquer pessoa poderia remeter ao Brasil o seu dinheiro.

O nosso trabalho era constantemente grande. Mas quando chegava a época de pagamento, todo mundo queria mandar dinheiro para o Brasil. Então a coisa ficava cacete, violenta demais. Eu me lembro que, certa ocasião, eu tinha recebido duas mil e duzentas ordens de pagamento. Foi Natal. Para o Rio de Janeiro. Eu tinha três assinaturas autorizadas, mas estava em Roma. Então ficaram duas assinaturas autorizadas e cada um de nós teve que assinar duas mil e duzentas vezes o nome. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 8)

O soldado brasileiro era sentimental e muito chegado à família. A preocupação sempre era com seus entes queridos. Ao chegar à agência, queria saber como estavam as coisas no Brasil. Se o núcleo familiar, a esposa e os filhos ou os pais e irmãos estavam recebendo o dinheiro em dia; se as contas estavam sendo pagas, se nada estava atrasado. E a fonte de confiança para essas informações era o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil dizia: ‘Olha, foi entregue, no dia tanto, nas horas tantas, tal dinheiro na sua casa. Pode ficar tranquilo. E isso levantava muito o moral da tropa. Daí, a necessidade do Banco do Brasil se fazer presente. Só você ver o soldado, ver a presença do homem que estava lhe pagando, não pelo dinheiro que ele recebia lá, porque o dinheiro que ele recebia lá de nada valia, era uma lira impressa pelos americanos ali mesmo, que não tinha o que comprar com aquilo. Praticamente todo dinheiro que o soldado recebia lá, do pracinha ao general, pelo menos 80% voltava para o Brasil. (SILVEIRA – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 9)

Uma passagem interessante diz respeito às insígnias que os *homens do Banco do Brasil* usavam. O fardamento era o mesmo da FEB, mas portavam um distintivo especial que foi criado, de penas sobrepostas, que recebeu a alcunha de “peninhas”, com o emblema da parte financeira. Na manga do casaco, tinha uma tarjeta com a inscrição “BRASIL” e o dístico “BB” em destaque.



Figura 7 – 1º Ten Yvo Jacques Gros

Fonte: Disponível em: <<http://wwii.com.br/museudavitoria/1944/08/31/brasil-oficial-da-feb-banco-do-brasil-e-oficial-de-inteligencia/>>. Acesso em: 13 maio 2020

Esta situação durou algum tempo; não nos causou maior embaraço, apenas éramos solicitados a explicar por que não usávamos o emblema normal do Exército Brasileiro, até que o general Mascarenhas de Moraes resolveu, meses depois, que aquela situação devia acabar. Estávamos perfeitamente entrosados com o pessoal da FEB e, portanto, por portaria nos foi autorizado a que usássemos os emblemas normais do Exército. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 10)

Não foram apenas as “peninhas” que foram substituídas nas fardas dos integrantes da AGEFEB. Em determinado momento da guerra, toda a FEB permutou o distintivo de braço original pelo da “cobra fumando”,⁸ o que identifica, até hoje, aqueles que lutaram na Itália.

A mudança ocorreu da seguinte forma: o general Mark Clark, comandante do 5º Exército, comentou com o general Mascarenhas de Moraes que a FEB era a única tropa sob o seu comando que não possuía um

brasão de ombro. Sabedor da lenda da “cobra fumando”, Mascarenhas de Moraes achou interessante esse motivo para distinguir a força brasileira.



Figura 8 – Distintivo da FEB a partir de julho de 1944
Fonte: Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020

A arte era representada por um octógono vermelho, tendo, no seu interior, uma serpente na cor verde, sobre um fundo amarelo. Na parte superior, a inscrição “BRASIL” na cor branca, inserida em uma faixa azul. A cobra fumava um cachimbo, que transmitia mais agressividade, na lenda já criada. O comando superior apreciou o distintivo, pois, casualmente, as cores brasileiras (verde e amarela) e as estadunidenses (vermelha e azul) estavam irmanadas.⁹

Após as vitórias de Monte Castelo e Montese, os combates se sucediam diante de um inimigo aguerrido e disposto a vender caro cada elevação tomada pela força das armas do soldado brasileiro. Embora a AGEFEB não participasse das batalhas, seus funcionários corriam riscos em virtude dos bombardeios e dos fascistas que ainda existiam na cidade de Pistoia.

Houve, de fato, uma ocasião em que nós vimos a guerra um bocadinho mais de perto. Não! Já víamos de perto quando corríamos no balcão móvel dos PCs de companhia que é zona de combate. Mas aí nós vimos que nós tínhamos que tomar atitude. Foi quando recebemos um aviso de que os alemães tinham conseguido meter uma cunha em Luca e estavam avançando e

podiam cercar Pistoia. Então, avisaram-nos para queimar o dinheiro. É uma coisa um pouco complicada queimar dinheiro que está amontoado em caixotes, mas nós providenciamos. Havia umas lareiras... nós providenciamos acender bem o fogo das lareiras e esperamos. Mas felizmente não houve nada. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 29)

Algumas situações adversas foram superadas pelo tão conhecido “jeitinho brasileiro”. Não era à toa que se falava da maneira desmanivada do pessoal da AGEFEB, quando alguns afirmavam que, procurando bem, achavam-se, além de bancários, até quem celebrasse o Santo Ofício.

Na travessia do Atlântico, havia um soldado acometido por pneumonia. O médico afirmou que ele não veria o dia seguinte, e aconselhou a chamar o capelão para lhe dar a extrema-unção, também chamada de unção dos enfermos. Na embarcação havia mais de cinco mil militares. Não havia como identificar, facilmente, um padre. Nesse momento, o tenente Swan tomou a decisão de ele mesmo ungir o soldado.

Nas palavras de Swan (1985, p. 6): eu sou católico, mas não sou muito, não conheço muito o ritual da Igreja, mas, com toda a sinceridade, eu fiz o que pude e dei a extrema-unção a esse nosso pracinha.

O mais interessante dessa história é que, oito meses depois, em Pistoia, o tenente Swan cruzou com o ungido. Ele não morrera e o oficial não soube dizer se a unção dos enfermos que ele aplicara era válida ou não.

No Natal de 1944, o major Leo Santos retornava, à noite, de um hospital americano que distava de quatro a cinco quilômetros de Pistoia. Estava sozinho, pois havia liberado seus oficiais para uma licença de dois dias em Florença. Seus pensamentos interagiram.

... confesso que o medinho vai; a gente voltar naquela escuridão, numa cidade em que se noticiava, de vez em quando, ataques de fascistas à tropa. A gente volta de pistola na mão e com a lanterna na outra mão; qualquer pessoa que se aproxima é lanterna na cara e a pistola bem visível. Mas cheguei. Não houve nada, graças a Deus. (SANTOS – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 16)

A guerra havia chegado ao seu fim. A FEB se preparava para voltar para casa. Iniciava-se a escrituração, a contabilidade e a resultante de tudo que se fizera durante quase dois anos. A grandiosidade do trabalho é

revelada pelos números apresentados. Mais de 25.000 homens e mulheres da tropa brasileira possuíam conta-corrente na AGEFEB. Foram emitidas mais de 52.000 ordens de pagamento para o Brasil. Sobre esse fato, referiu-se um dos oficiais superiores.

É importante assinalar que todo esse serviço que foi feito lá na Itália não podia ter tido resultado se não contássemos também com a colaboração do pessoal daqui, o pessoal que ficou, de todas as agências onde batia uma ordem de pagamento nossa, emitida lá pelo pracinha ou um oficial, era imediatamente executada aqui. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 17)

Assim como foi feito no dia em que o primeiro escalão aportou em Nápoles e todos foram obrigados a converter o cruzeiro ou qualquer moeda internacional em liras de ocupação, chegara o momento de reconverter todo esse numerário. Milhares de cheques foram emitidos para serem pagos no Brasil.

Na hora da partida, então, os elementos da FEB queriam trocar suas liras, liras de ocupação. Muito bem. Mas nós não dispúnhamos de moeda equivalente de curso internacional para atender a todos. Então procedeu-se à emissão de cheques e cada um, imediatamente, ao chegar ao Brasil, iria receber em qualquer lugar. E foi feito assim. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Há várias falas interessantes dos *homens do Banco do Brasil*. Destaca-se, agora, a seguinte, que apresenta o cumprimento de uma *missão exógena* às tarefas da AGEFEB, conforme afirmou o general Mascarenhas de Moraes. Ela transmite, também, o carinho do povo italiano ao pracinha e, por extensão, à nação brasileira.

Um funcionário do Escritório Central recebeu a tarefa de levar um pacote a um convento nas cercanias de Roma. A encomenda era direcionada a uma das freiras que lá habitava. Ao cumprir a tarefa, esse militar travou o seguinte diálogo com a religiosa que o atendeu:

Um momentinho, nós queríamos perguntar se o senhor é católico e se o senhor gostaria de visitar a nossa Igreja, aqui ao lado. Eu digo: Com muito prazer, gostaria. – Porque nós queríamos prestar uma homenagem ao senhor, à sua família, ao Brasil. Bom... então rumei, fui lá na porta ao lado, da capela e sentei, tranqüilo, nem parecia que tinha guerra lá dentro. Fi-

quei esperando um pouco. Depois, eu comecei a sentir como se fossem vozes, sentir presenças... e eram pessoas que chegavam lá em cima, através daquela treliça. Eram essas freiras. E foi realmente emocionante porque, daqui a pouco, elas começaram a cantar. E é um negócio tão inesperado e aquilo era uma homenagem que elas estavam me prestando e ao Brasil, evidentemente. Foi realmente uma coisa que a gente sente uma certa comoção, mesmo quando se lembra quarenta anos depois. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 13)

No momento da reconversão das AM Lira, houve a suspeita de que alguns pracinhas poderiam ter cometido algum ilícito, como o câmbio negro. Em função disso, o comandante da FEB determinou em boletim a ordem de que ninguém poderia levar para o Brasil um numerário maior do que recebeu no TO italiano.

... procuramos o melhor possível atender, e evitar que importâncias de vulto fossem transferidas. Eu creio que não houve isso porque, pelo menos, no que coube ao Banco do Brasil verificar e fiscalizar, nunca deparamos com qualquer caso desses. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 18)

Conclusão

O Brasil não estava preparado para enviar uma tropa expedicionária para lutar além-mar. Getúlio Vargas, desejoso de projetar poder e por almejar estar ao lado dos Estados Unidos, decretou a mobilização nacional.

Concebida para ser uma força expedicionária a três divisões de infantaria, não alcançou esse intuito, em virtude de óbices internos, seja de pessoal, seja de material. Composta apenas pela 1ª DIE e OND, levou uma instituição bancária, criada, especificamente, para apoiar a tropa brasileira.

A AGEFEB foi obrigada a se desdobrar em três escritórios para atender convenientemente os pracinhas. Escalonada com as vagas de chegada da tropa brasileira à Itália, pôde suprir a sua necessidade de pessoal especializado em administração contábil. Se houvesse mais duas divisões de infantaria, conforme planejado, haveria necessidade de mais duas agências, seja pelo efetivo, que triplicaria, seja pelo acréscimo de mais duas zonas de ação, que aumentaria a largura da frente de atuação do BB.

A criação dos balcões móveis foi uma alternativa, tipicamente brasileira, que proporcionou segurança e pronto atendimento aos anseios da organização militar e, especialmente, a seus soldados.

A implantação da caderneta proporcionou aos pracinhas a facilidade de utilizar as contas-correntes, sem grandes burocracias, assim como as transferências bancárias realizadas, a fim de suprir as famílias no Brasil, com a moeda nacional.

O *modus operandi* da AGEFEB garantiu que não houvesse solução de continuidade na permuta de requisição do numerário pela pagadoria fixa em contrapartida ao numerário fornecido pela *Allied Military Financial Agency*.

A perfeita interação dos *homens do Banco do Brasil*, comissionados em postos e graduações, levou o general Mascarenhas e Moraes a outorgar-lhes o uso das insígnias do Exército Brasileiro, em substituição às chamadas “peninhas”, aumentando o espírito de corpo da FEB.


A disponibilidade desses militares comissionados em não ficarem restritos apenas a seus afazeres bancários, mas, sim, em auxiliar a todos, seja na entrega de correspondências, seja em apoiar aqueles que chegavam e saíam de Nápoles, aumentava o amálgama que os unia a tropa.

A AGEFEB, ao desembarcar na Capital Federal, já estava desmobilizada. Os 29 funcionários regressaram à vida civil, ocupando suas funções nas agências a que pertenciam. O destino não sorriu aos pracinhas, como a seus companheiros do BB. Na prática, todos os com-

batentes foram abandonados à própria sorte pelo ditador Getúlio Vargas.

Os depoimentos colhidos pelo Centro Cultural Banco do Brasil demonstram as afirmações citadas. Importante destacar o apoio “religioso” ao pracinha na travessia do Atlântico; a brasilidade em ceder o Pavilhão Nacional para ser hasteado pela primeira vez em solo italiano; o trabalho desburocratizado em atender as demandas do pracinha, quando em dispensa da frente de combate; o obséquio em ser portador de encomenda, como no caso do convento; a disponibilidade em agilizar as transferências bancárias, mesmo aquelas no dia de Natal; e outras que não se encontram neste artigo justificam o elogio do comandante da FEB e as honrarias concedidas a esses verdadeiros soldados.

Que estas linhas descortinem não só para a Força Terrestre, mas, sobretudo, para a Nação Brasileira, o trabalho abnegado dos *homens do Banco do Brasil*, que lutaram ao lado dos pracinhas nos campos da Itália.

Mais terras que percorra, o Banco do Brasil não se contenta com os caminhos já trilhados. Pioneiro por vocação, foi a única instituição bancária presente no “front” da Segunda Guerra. Sua missão de banco social o leva hoje aos mais distantes recantos do Brasil, na linha de frente da dura luta pelo desenvolvimento do país. O espírito de serviço, que animava o grupo da AGEFEB, continua uma exigência dos nossos dias. E o Banco do Brasil tem mostrado, com sua história, que este espírito será sempre sua divisa e sua riqueza maior. (HARGREAVES – Depoimentos AGEFEB, 1985, p. 29) 

Referências

BRAGA, Rubem. Os homens do Banco do Brasil. **Revista O Cruzeiro do Sul**, fev 1945.

BRANCO, Manoel Thomaz Castelo. **O Brasil na II Guerra Mundial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

BRASIL. Relatório do Serviço de Fundos da 1ª DIE, nov 1945.

BRASIL. Relatório da Pagadoria Fixa, nov 1945.

CAMPOS, Aguinaldo José Sena. **Com a FEB na Itália**: Páginas do meu diário, 1970, p. 95-96.

CARVALHO, Rafael. **A Contribuição do Banco do Brasil à FEB**. Revista da Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB), nº 32/05 – maio 1983.

Centro Cultural Casa da FEB. Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

COSTA, Alexandre José Matos. **Dinheiro na Segunda Guerra Mundial**: obrigações de guerra e cédulas militares. Revista Numismática e Medalhística, 2184-28761, 2018.

DEPOIMENTOS AGEFEB. Transcrição oficial de vídeo de depoimentos dos funcionários AGEFEB. Registro nº 6.441. Museu da Imagem e do Som do Banco do Brasil. Centro Cultural Banco do Brasil, 1985.

HARGREAVES, Charles Pullen. **O Banco do Brasil na FEB**. Revista do Exército Brasileiro, v. 120, nº 4, out/dez 1983.

MENDONÇA, Manoel Messias de. **Relatório das Atividades da Pagadoria Fixa**. nov 1945. Arquivo Histórico do Exército.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. **Boletim Interno da 1ª D.I.E.** fev 1945. Arquivo Histórico do Exército.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. **A FEB pelo seu Comandante**. 2. ed. Rio de Janeiro. Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, jul 1960.

Museu Casa da Moeda. Disponível em: <<https://www.museucasadamoceda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

O BB na guerra. Revista do Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal do Banco do Brasil S.A. (DESED). jan/fev 1969.

OLIVEIRA, Odilon Carlos de. **Relatório do Serviço de Fundos da 1ª D.I.E.** nov 1945. Arquivo Histórico do Exército.

REIS, Marques. **Relatório do Banco do Brasil S.A.**, mar 1945.

Notas

¹ O BB na guerra. Revista do DESED, jan/fev 1969, p. 21.

² Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

³ Disponível em: <<https://www.museucasadamoceda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁴ Disponível em: <<https://www.museucasadamoceda.pt>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁵ Relatório do Serviço de Fundos da 1ª DIE, nov 1945.

⁶ Relatório da Pagadoria Fixa, nov 1945.

⁷ Revista do DESED, 1969.

⁸ Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/>> Acesso em: 13 maio 2020.

⁹ CAMPOS, Aguinaldo José Sena. **Com a FEB na Itália**: Páginas do meu diário.

Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA)

Carlos Alexandre de Almeida Costa*

Cláudio Skora Rosty**



Figura 1 – Flâmula da CRIFA

Fonte: Acervo dos autores

Introdução

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) combateu, juntamente com as tropas do IV Corpo de Exército, as tropas nazifascistas na península italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Esteve subordinada às ordens do general Willis Crittenger, e ao V Exército norte-americano, comandado pelo general Mark Clark. Todas essas tropas estavam enquadradas pelo XV Grupo de Exércitos, sob o comando do marechal Sir Harold Alexander¹.

A FEB foi a única tropa sul-americana a atravessar o oceano Atlântico para combater no Teatro de Operações da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Partiram para a Itália 25.334 combatentes, milhares de jovens brasileiros de várias partes do Brasil. Combateram, enfrentaram o frio e o aguerrido inimigo,

e voltaram cobertos de honra e glória. Encerrado o conflito, ocorreu sua dramática desmobilização.

O licenciamento dos pracinhas sofreu alguns contratempos, provocados em parte, pela falta de compreensão de muitos expedicionários, que não tiveram a devida paciência para aguardar as ordens superiores, abandonando, intempestivamente, os quartéis, sem levarem consigo sequer os documentos básicos de desmobilização, razão pela qual, por muitos anos, pracinhas passaram a requerer os seus certificados.

Durante a viagem de regresso, os comandantes das pequenas frações e subunidades alertaram os seus comandados sobre as emoções do retorno. Era necessário aguardar a ordem de liberação e o licenciamento. O desejo de rever seus entes queridos e a incontida vontade de voltar para casa fez, porém, que muitos não resistissem e, por seus próprios meios, se atirassem na aventura do retorno para seus lares.

Os que tinham destino assegurado por lei não tiveram maiores problemas e rapidamente retomaram seus afazeres anteriores². Muitos daqueles que se lançaram em aventuras, abdicando da possibilidade de continuar no Exército ou ingressar nos quadros do funcionalismo público, no entanto, foram vencidos pelo infortúnio, arrastados à miséria, ao vício, à invalidez ou ao desemprego, exigindo do Estado providências a fim de reconduzi-los à sociedade.

* Pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx-DPHCEX) e Confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), detentor dos relatórios.

** Cel Inf R/1 (AMAN/1975; EsAO/1985; ECEME/1994). Pós-graduado em História Militar Brasileira pela UNIRIO. Historiador Militar do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx-DPHCEX) e Confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O Serviço Especial da FEB e as Associações dos Ex-Combatentes e dos Veteranos da FEB, com suas seções espalhadas por todo o território nacional, procuraram, dentro de suas possibilidades, dar assistência e amparo aos mais necessitados.

De todos os casos, os mais graves eram os incapacitados, que o governo houve por bem restituir à sociedade em condições de prover seus próprios recursos. Para tal, criou a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), diretamente subordinada à Presidência da República.

Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas

A CRIFA foi criada para tratar dos incapazes, particularmente dos expedicionários, a fim de readaptá-los à vida na sociedade. Para isso, ela exige uma apresentação dada pela Seção Especial da FEB, do Ministério da Guerra. Envia, então, o ex-militar para o Hospital Central do Exército (HCE), onde deve ser submetido a exames laboratoriais e de junta médica. Caso seja considerado capaz de ser readaptado, a CRIFA deve mandar que sejam feitos os treinamentos necessários à recuperação de sua antiga profissão ou à aquisição de uma profissão nova. A CRIFA deve providenciar para que o ex-militar obtenha trabalho compatível com suas aptidões. Um ano depois de empregado, se tudo correr bem, será então considerado readaptado.

Criação da comissão e suas finalidades

A CRIFA foi criada pelo Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945. Esse decreto, em seu artigo 13, determina ao presidente da CRIFA os encargos de estudar a situação dos incapazes das Forças Armadas, bem como de solicitar a cooperação dos demais órgãos das administrações públicas, federal, estadual, dos territórios, da prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), das entidades paraestatais de natureza autárquica e, também, dar execução ao procedimento técnico da readaptação dos incapazes, estudando problemas de readaptação profissional, econômica e social, propondo medidas necessárias à uniformização da técnica pericial.

Esses estudos versarão sobre

moléstias adquiridas ou ferimentos recebidos, em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou, ainda, de moléstia decorrente; moléstia adquirida ou ferimentos recebidos em desastres ou acidentes causados por quaisquer atos de agressão do inimigo e em naufrágio; desastres ou acidentes em serviço ou na instrução; moléstia contraída em tempo de paz, com relação de causa e efeito das condições inerentes ao serviço, ou à zona onde estiver servindo; moléstia contagiosa e incurável, como a tuberculose ativa, lepra, a alienação mental, a neoplastia maligna, a cegueira e a paralisia. (Decreto-Lei nº 53, de 8 de outubro de 1945)

Em face dos diagnósticos consagrados em tal diploma legal, são beneficiados:

todos os militares que, reformados, serão entregues a esta Comissão para fins de possível readaptação, estendendo-se, ainda, a atuação da Comissão a todos os processos em andamento ou já resolvidos a partir de 31 de agosto de 1942, de incapacidade ou de invalidez dos oficiais da reserva de segunda classe, praças, taitfeiros da Aeronáutica, soldados e grumetes com menos de dez anos de serviço, serão revistos e adaptados ao que dispõe o seu diploma legal.

Nomeação da comissão

Por Decreto sem número, de 23 de fevereiro de 1945, foi, nos termos do artigo 14, do Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, constituída a comissão composta de representantes dos ministérios da Marinha, Guerra, Aeronáutica, Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Administrativo do Serviço Público, assim composta: capitão de fragata médico Dr. Nelson de Barros e Vasconcelos, tenente-coronel da Aeronáutica médico Dr. Luiz Belmonte Montojos, major médico Dr. Luiz Paulino de Melo, professor médico Dr. Nilton de Campos, Dr. Jair Negrão de Lima e Dr. Ari de Castro Fernandes, sendo presidida pelo contra-almirante médico Fábio Alves Vasconcelos.

Em 25 de novembro de 1945, foi o capitão de fragata médico Dr. Nelson de Barros e Vasconcelos dispensado de sua posição de membro da comissão e, em 27 do mesmo mês, nomeado presidente da CRIFA o contra-almirante médico Fábio Alves Vasconcelos.



Figura 2 – Presidente da CRIFA, contra-almirante médico Fábio Alves Vasconcelos

Fonte: Acervo dos autores

Sessões realizadas

A comissão realizou 27 reuniões no decorrer do ano de 1946, tomando conhecimento dos assuntos que vinham ao seu encontro, deliberando e coordenando medidas de ordem interna.

Em 15 de fevereiro de 1946, a comissão tendo em vista o estabelecido no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e as vantagens a que têm direito os militares que integram a FEB, incapacitados fisicamente, e tendo em vista o estabelecido no artigo 9º, e estando, ainda, a comissão em vias de conclusão de instalação do Centro de Readaptação, solicitou ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra providências no sentido de que aqueles militares fossem apresentados à comissão, para fins previstos e preceituados no citado Decreto-Lei nº 7.270.

Em 1º de abril de 1946, a comissão enviou o Ofício nº 205 ao Exmo. Sr. General Diretor de Saúde da Guerra, comunicando que o Centro de Readaptação estava em condições de iniciar o atendimento dos readaptáveis, como preceitua o Decreto-Lei nº 7.270 e artigo 9º do Decreto-Lei nº 8.795. Assim, solicitava àquela diretoria providências no sentido de serem apresentados à comissão os reformados que desejassem submeter-se aos procedimentos do Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945.

Somente em 7 de maio de 1946, pelo Ofício nº 3.511, do Hospital Central do Exército (HCE), foram transferidos, daquele hospital para o Centro de Readaptação desta comissão, os sete primeiros reformados,

nas conformidades do ofício citado, os soldados Alcides Braga, Arnaldo Steline, Francisco Faustino da Rosa e Augusto Freire, sendo, nessa data, iniciados os trabalhos, propriamente ditos, da readaptação.

Colaboração da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal

Em maio de 1946, o Exmo. Sr. Secretário Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, senhor professor Samuel Libânio, prometeu sua colaboração nos trabalhos da comissão, especialmente no que diz respeito aos serviços de sua especialidade, a tuberculose, tendo em vista a superlotação nos hospitais militares especializados nessa moléstia.

Em 29 de maio de 1946, a comissão acabou de concluir a montagem e organização do Centro de Readaptação, no que lhe era mais necessário, encontrando-se, dessa forma, em pleno funcionamento. Achava-se ainda, porém, com deficiência em pessoal.

Em junho, a Associação dos Ex-Combatentes da FEB do Rio Grande do Sul propôs assinatura de um dispositivo que favorecesse os integrantes da FEB desde que fossem reformados e incapazes.

Por fim, foi realizado um acordo de transferência do Centro de Readaptação do Hospital do Instituto Quinze de Novembro para o ex-Clube Alemão, situado na rua Aquidabã, nº 88, no Meier, em dezembro.

Organização da CRIFA

A CRIFA era constituída por uma seção administrativa, que exercia as funções de ordem interna, tendo por finalidade os serviços de coordenação sistemática, fiscalização e execução das medidas de caráter administrativo – contabilidade, pessoal, comunicações, material, expediente geral, biblioteca, além de uma seção técnica e um centro de readaptação.

A inauguração do Centro de Readaptação ocorreu aos 11 dias do mês de maio de 1946, com a presença do Exmo. Sr. contra-almirante médico Fábio Alves Vasconcelos, presidente da CRIFA, Dr. Ari de Castro Fernandes representante do DASP, major Luiz Paulino de Melo, representante do Exército, Dr. Carlos

Giesta Filho, secretário da CERFA, Dr. Silvío de Sá Freire, chefe do Serviço de Clínica Médica, Rafael Quintanilha Júnior assistente, sendo os dois últimos do SAM, em serviço na CRIFA. Fizeram uso da palavra o presidente da CERFA, o representante do DASP e o chefe do Centro de Readaptação, capitão médico Dr. Gualter Doyle Ferreira.

Serviços assistenciais técnicos

Relatório anual de 1946 do presidente da CRIFA

Seguem abaixo dados extraídos do relatório dos serviços assistenciais técnicos, prestados pela CRIFA, ao presidente da República, assinado pelo vice-almirante médico Fábio Alves de Vasconcelos – presidente da CRIFA.

- ✓ Doenças observadas nos readaptados e tratamentos empregados:
 - osteomielite (2); cicatrizes infectadas de queimaduras (1); cistite (1); e cálculo vesical e pielonefrite (1).
- ✓ Baixas no Hospital Central do Exército (HCE):
 - tratamentos cirúrgicos (5); cálculo vesical (1); e tratamento ortopédico (1).
- ✓ Pedidos de:
 - assistência especializada no HCE: otorrinolaringologia (1); ortopedia (15); neurologia (1); cardiologia (1); e gesso (2);
 - assistência especializada ao HCM: radioterapia (1); e fisioterapia (1);
 - radiografia no HCE: aparelho locomotor (13); pulmão (1); e coração (2);
 - exames ao HCE: eletrocardiograma (1); oftalmológico (1); sorodiagnose sífilis (1); urina (1); e olhos (2);
 - assistência urgente ao pronto-socorro no Campo dos Afonsos: epilepsia (1);
 - acidentes: ferida incisa por vidro partido (1); e ferida contusa no braço esquerdo (1);
 - pernoites realizados para atendimento de aplicação de penicilina (19).
- ✓ Ortopédicos – os readaptados foram orientados e treinados para o uso de próteses e muletas.

- ✓ Odontológicos – laboratórios forneceram materiais para a montagem de uma seção de próteses dentárias.

Sociais

- ✓ Visitas recebidas: em 24 de maio, coronel Howard Lackey, chefe da Missão Militar Americana, e do tenente Garza. Em 14 de junho, jornalistas do *Correio da Noite*, *Noite*, *Diário de Notícias* e *O Globo*. Em 25 de outubro, Exmo. Sr. general presidente da República. Em 31 de outubro, presidente da Associação dos Ex-Combatentes acompanhado de cinco enfermeiras da FEB. Em 12 de novembro, Dr. Armínio Lima, ex-diretor do Pavilhão Anchieta, que apresentou suas despedidas. No mesmo dia, apresentou-se uma turma de oficiais médicos da EAO, chefiada pelo major médico Felipe de Freitas e Castro. Em 23 de dezembro, Exmo. Sr. general Alcio Souto e Dr. Noveli Junior, com o ajudante de ordens do chefe da Casa Militar da Presidência da República, capitão Darcy.
- ✓ Visitas realizadas: em 7 de junho, em companhia do tenente dentista Tércio Secca e da atendente Sra. Alméia Jorge, o chefe do centro visitou a Escola Profissional Silva Freire, a fim de estudar a cooperação e o aproveitamento daquela casa de trabalho técnico-profissional na tarefa de readaptação. Em 9 de agosto, o chefe do centro e o presidente da CRIFA visitaram o Hospital Santa Maria de Tuberculose, a fim de estudar a forma de readaptação dos incapazes por doenças pulmonares. Em 26 de agosto, tiveram início os exercícios de condicionamento físico dos readaptados com o trabalho voluntário da Sra. Crisca Helena Cotton, especialista em Educação Física.

Recondicionamento educacional

- ✓ Cursos: em 12 junho, sob a direção do Prof. Francisco Gonçalves dos Santos, cego, trabalho voluntário, teve início o curso de alfabetização para cegos “Braille” – datilografia (18), radiotelegrafia (5);

- ✓ Ensino primário: sob a direção das Sra. Francisca Cerqueira e Djanira Pimentel (7);
- ✓ Seção cinematográfica: pelo Sr. tenente Brito Jorge, da Divisão de Cinema do Ministério da Guerra. Nos dias 4 e 30 de outubro e 11 de novembro, foram exibidos filmes educativos e recreativos, respectivamente – Rodeio, Motor de Explosão e Atualidades;
- ✓ Festividades cívicas: em 29 junho, homenagem à Princesa Isabel, a Redentora, pela abolição da escravidão. Em 7 de setembro, foi realizada festa cívica da independência, com competições esportivas, concurso de artes, finalizando com um sarau dançante. Em 15 e 19 de novembro, cerimônia da Proclamação da República e Dia da Bandeira.

Recreação

- ✓ Espetáculo teatral no Teatro Carlos Gomes;
- ✓ Passeio dos readaptandos ao Alto da Boa Vista;
- ✓ Jogos de Futebol – os readaptandos assistiram a (7) partidas do campeonato carioca e interestadual;
- ✓ Nutrição – em 10 de maio, foi servida a primeira refeição aos readaptandos em rancho próprio;
- ✓ Vacinação – em 10 de outubro, foram vacinados todos os readaptandos e o pessoal do centro com a vacina antitífica.

Serviços odontológicos: foram consumidos 128 tubos de anestésicos em (205) extrações.

Serviços executados pela secretaria do centro

- ✓ Ofícios expedidos – 382;
- ✓ Ofícios recebidos – 167;
- ✓ Livro-ponto para servidores – 4;
- ✓ Número de adaptados – 37;
- ✓ Funcionários do SAM – 12;
- ✓ Servidores da CRIFA – 27.

Do exposto, a comissão empregou todos os meios indispensáveis, no decorrer de sua organização, para readaptar os primeiros apresentados, integrantes da FEB.



Figura 3 – Reunião social no Centro de Readaptação de Incapazes das Forças Armadas

Fonte: Acervo dos autores

Relatório anual de 1947 do presidente da CRIFA

A Comissão de Reestruturação da Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas, nomeada pelo presidente da República, em 3 de setembro de 1947, conclui seus trabalhos e tem o prazer de apresentar o anteprojeto que regula a readaptação dos incapazes militares.

Revoga quatro decretos-leis referentes à CRIFA. Ao Estado cabe o dever elementar e inalienável de amparar todo militar que se invalide ou se incapacite no serviço da Pátria. Devem-se iniciar estudos tendentes a estabelecer a readaptação permanente dos incapazes.

O Exmo Sr. general Florencio de Abreu pleiteia a criação da “Casa do Militar” com a finalidade de amparar com carinho e eficiência os incapazes e inválidos militares.

O incapaz deve ser encaminhado para a readaptação com sua situação de reforma já resolvida.

É necessária uma nova “lei de inatividade”, a ser sancionada, que proteja todos os casos em que ao militar caiba o direito de reforma, quer se trate de militar de carreira, quer de oficiais da reserva, praças, grumetes e taifeiros com menos de dez anos de serviço.

Propõe a extinção da CRIFA, por manutenção extremamente onerosa à Nação e por não corresponder às finalidades previstas quando de sua criação. Somente um homem motorista fora recuperado e cinquenta se encontram em tratamento. Em 10 de março de 1948, o

presidente da República designou uma comissão composta pelos diretores do Pessoal do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para apresentar anteprojeto de lei, substitutivo ao Decreto-Lei 7.270, de 25 jan 1945.

Em virtude de o artigo 9º do Decreto-Lei nº 8.795 os desobrigar da readaptação, os referidos ex-combatentes sempre se mostraram, de modo geral, desinteressados dela. Ultimado o primeiro processo de readaptação, o respectivo ex-combatente produziu um requerimento solicitando dispensa da readaptação.

A razão do desprezo pela readaptação é que alguns preferem viver na ociosidade, à custa dos compensadores proventos da reforma, outros exercer atividades que lhes facultem alguns lucros sem determinadas obrigações decorrentes de uma profissão ou amparo definidos.

O que há de positivo é que, durante a readaptação, muito lucraram os ex-combatentes, graças à boa alimentação, higiene, conforto, assistência médico-cirúrgica cuidadosa, que se traduziu em melhoria notável de suas condições físicas, e no bom ambiente social, educacional e recreativo, que trouxe aprimoramento das condições morais, intelectuais e psíquicas. Embora não tivessem sofrido a readaptação conforme os preceitos legais, os militares dispensados da readaptação pela sua vontade expressa voltam à vida civil com uma atitude físico-mental significativamente melhorada para enfrentar com ânimo as asperezas da vida, agravadas pela condição de incapacitado.

Felizmente, o número de incapacitados da FEB desobrigados da readaptação pelo artigo 9º do Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e amparados por onerosos proventos da reforma é relativamente reduzido, o que não aconteceria se o Brasil tivesse empenhado na guerra efetivos mais consideráveis.

Em maio de 1947, suas instalações foram transferidas do antigo Hospital do Serviço de Assistência a Menores para a sede atual no ex-Clube Alemão, com ajuda da 1ª Região Militar e cooperação do Exmo. Sr. general Euclides Zenóbio da Costa e Canrobert Pereira da Costa, os quais honraram com suas presenças a inauguração da sede atual.

A readaptação dos incapazes caracteriza-se por uma dupla finalidade. A primeira é de natureza moral, porque proporciona ao indivíduo recuperar o seu valor como pessoa reintegrada à cooperação social. A segunda é de ordem econômica, porque o incapaz readap-

tado passa a contribuir para a sua subsistência, assim colaborando para a melhoria econômica da Nação.

A readaptação não é, portanto, um pretexto para isentar o governo das suas obrigações para com os incapazes. Ao contrário, é um instrumento de assistência eficaz aos que se incapacitaram. Efetivamente, os incapazes permanecem assistidos e amparados mesmo após colocados em suas ocupações. A readaptação tem sentido tutelar, que garante ao incapaz maior tranquilidade moral e econômica.

Movimento de processos de reforma em 1947: processos enviados pelo Ministério da Guerra (953), pelo da Marinha (65) e pela Aeronáutica (41) – total de processos (1.059). Desse total, a comissão solicitou exames em 526 reformados *in loco* (por sofrerem de moléstias infectocontagiosas, a fim de restringir as despesas com suas apresentações a esta comissão), 33 informes sobre possibilidade de viagem e 482 ofícios solicitando comparecimento a esta comissão.

Em maio de 1946, o Ministério da Guerra, atendendo às solicitações reiteradas desta comissão, encaminhou os primeiros reformados que foram internados no Centro de Readaptação, nessa época provisoriamente instalados no Hospital do Serviço de Assistência a Menores em Quintino Bocaiuva, havendo apresentado o seguinte movimento até a presente data: readaptados internados (36), dispensados da readaptação por não desejarem (25), aguardando em suas residências estudos de seus processos (26) e evasão do Centro de Readaptação (8).

Os relatórios da seção técnica e Centro de Readaptação salientam a necessidade de pessoal técnico especializado nas áreas de enfermagem, assistência social, magistério, massagistas e burocratas.

O processo readaptativo no Brasil era de difícil execução devido ao alto índice de analfabetismo. O Centro de Readaptação funcionava como escola-hospital, proporcionando educação, instrução e tratamento médico.

Serviços executados pela secretaria do centro em 1947

- ✓ Ofícios expedidos: 306, memorandos (18) e ordem de Sv (12);

- ✓ Ofícios recebidos: 95, memorandos (38) e declarações (15);
- ✓ Livro-ponto para servidores: 4;
- ✓ Número de adaptados: 36, dispensados (20) e ausentes (6).

Em 1º de março, foi designado chefe da Seção Técnica o capitão médico Gualter Doyle Ferreira, substituído em 5 maio de 1947 pelo Sr. Dr. Silvio de Sá Freire.

Relatório anual de 1949 do presidente da CRIFA

Readaptados que concluíram cursos no Centro de Readaptação:

Mecânica de automóveis – 3	Motomecanização – 1	Ascensorista – 1
Motorista – 7	Eletricista – 1	Encadernação – 1
Operador de cinema – 8	Datilografia – 1	

Relatório anual de 1950 do presidente da CRIFA

Em abril de 1950, foi iniciada a construção de 4 pequenos pavilhões de madeira para a instalação de oficinas para o aprendizado de fotografia (7), radiotécnica (11), e eletricidade, pautaçaõ, encadernação (4), artes gráficas, marcenaria e carpintaria (4).

Foram instituídos os cursos primários, de admissão e de datilografia. Em setembro de 1950, foi instituído o serviço de assistência social.

- ✓ Serviços executados pela secretaria do centro em 1950:
- Ofícios expedidos – 305, memorandos (30);
- Ofícios recebidos – 404, memorandos (48) e declarações (25);
- Processos de readaptação – 144;
- Exames médicos diversos – 226;
- Número de readaptados internados – 65 e readaptados – 36, dispensados (20);
- Número de injeções aplicadas – 1.082.

Em 18 de julho de 1951, após 5 anos de existência, um grupo de 45 assinaturas de veteranos da II GM internados no Centro de Readaptação se dirigiram em

memorial ao presidente da República, fazendo acusações e pedindo providências sobre as seguintes queixas:

- Inoperância e ineficiência da CRIFA;
- Descaso da comissão pela conclusão dos processos de reforma dos incapazes, muitos dos quais até hoje não receberam a remuneração mensal a que fazem jus;
- Obstáculos criados por membros daquela entidade a iniciativas pessoais de estudos e de trabalho de readaptados;
- Falta de assistência médica.

Providências solicitadas

- Abertura de inquérito, ressalvada a honestidade do presidente da comissão a respeito de irregularidades que resultam na falta de resultados práticos do órgão;
- Substituição de todos os componentes da CRIFA, inclusive dos chefes de seção.

O referido memorial foi encaminhado ao presidente da CRIFA, vice-almirante médico Fábio Alves de Vasconcelos, para se pronunciar a respeito.

Relatório anual de 1951 do presidente da CRIFA

Readaptados que concluíram cursos no Centro de Readaptação:

Mecânica de automóveis – 4	Motomecanização – 1	Ascensorista – 3
Motorista – 19	Eletricista – 1	Encadernação – 7
Operador de cinema – 11	Datilografia – 8	Radiologia – 2
Fotografia – 8	Alfabetização – 4	Científico – 1
Radiotécnica e eletricidade – 14	Curso primário – 22	Radiotelegrafia – 2
Marcenaria e entalhação – 3	Admissão – 7	Inglês – 12
Alfaiataria – 1	Lanterneiro – 1	Farmácia – 1
Prótese dentária – 1		

Desde a sua criação até 1950, estes foram os créditos orçamentários distribuídos e gastos:

Exercícios	Créditos	Despesas	Saldos	Observações
1945	1.475.400,00	1.211.686,30	263.715,70	
1946	2.950.680,00	1.405.244,70	1.545.034,30	
1947	2.414.740,00	2.034.244,30	380.495,70	
1948	3.170.540,00	1.957.694,40	1.212.845,60	
1949	2.405.420,00	1.737.285,40	668.134,60	
1950	2.800.000,00	2.692.747,20	107.252,80	
1951	–	2.741.149,80	–	Dados do relatório enviado ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
1952	–	2.723.989,50	–	
1953	–	2.766.659,00	–	
1954	–	1.092.500,70	–	

A legislação determina que, somente após a reforma, serão os militares encaminhados à CRIFA. Normalmente, são rapazes de origem modesta e seus conhecimentos raramente chegam a ser de um estudante de classe primária.

- ✓ Etapas para o estudo da situação do readaptando:
 - Exame médico pericial: apreciadas as condições de sanidade e capacidade física, a natureza e a extensão das lesões, enfermidades ou distúrbios funcionais, as indicações e contraindicações gerais e especificadas para o trabalho;
 - Exame do caso social: são estudadas as condições básicas relativas aos fatores econômicos e sociais;
 - Exame educacional: são verificados os níveis mentais e as condições de formação educacional;
 - Exame do caso administrativo: são estudadas possibilidades do aproveitamento imediato do interessado em ocupação lucrativa, prontos para o exercício da profissão decorrentes do retreinamento na profissão anteriormente exercida, reorientação da profissão anterior para outra similar ou reeducação de uma profissão anterior para outra indicável, porém não similar.

A assistência médica do Centro de Readaptação (CR) está a cargo do médico-chefe do CR, que conta com a colaboração do médico-chefe da seção técnica, os quais, dentro de suas possibilidades, procuram atender os casos de urgência, além dos encargos constantes e crescentes que lhes cabem, no tocante à chefia dos aludidos órgãos.

Os internados com moléstias infectocontagiosas são supridos pela CRIFA, desonerando os hospitais militares e evitando a propagação por contágio.

Foram realizadas muitas obras para adaptações de espaços e salões para diversas atividades. Outros casos não tão urgentes são atendidos pelos hospitais militares e Hospital dos Servidores do Estado e da Assistência Pública, quando se faz necessário.

A estada no CR é inteiramente voluntária para quem não tem morada própria.

O fornecimento de aparelhos ortopédicos tem sido vultoso, além do setor odontoclínico, que vem aumentando gradativamente.

A função assistencial do CR vem registrando apreciável vantagem sobre os serviços profissionalizantes já prestados, preparando os readaptados para atividades profissionalizantes e também para recreativas e sociais.

Os membros da CRIFA são oriundos dos ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, da Educação e Saúde, do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Departamento Administrativo do Serviço Público, e não recebem qualquer retribuição pelos serviços prestados à Comissão.

- ✓ Número de readaptados atendidos: 44.
- ✓ Relação dos reformados que usufruíram dos benefícios prestados pelo CR: 159.
- ✓ Relação de processos estudados, independente da presença dos reformados: lepra: 3; casos de visão: 6; casos de neuropsiquiatria: 59; e casos de tuberculose: 520.
- ✓ Formação de operador de cinema na Diretoria de Transmissões do Exército: 3. Manejo de projetores 16mm.

O art. 17 do Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945, estabelece que a CRIFA poderá utilizar-se dos serviços públicos de readaptação, assim como

quaisquer outros serviços de natureza técnica ou médico-hospitalar, aí compreendidos, ou que sejam necessários à aplicação do presente decreto-lei, após entendimentos com as autoridades competentes.

Relatório anual de 1952 do presidente da CRIFA

- ✓ Exames médicos solicitados aos hospitais apoiadores: 313.
- ✓ Readaptados que concluíram cursos no Centro de Readaptação:

Mecânica de automóveis – 1	Motomecanização – 1	Ascensorista – 1
Motorista – 5	Eletricista – 1	Encadernação – 9
Operador de cinema – 3	Datilografia – 2	Radiologia – 1
Fotografia – 13	Alfabetização – 4	Científico – 1
Radiotécnica e eletricidade – 14	Curso primário – 21	Radiotelegrafia – 2
Marcenaria e entalhação – 7	Admissão – 7	Inglês – 2
Alfaiataria – 1	Lanterneiro – 1	Farmácia – 1
Prótese dentária – 1		

Obs: Vacina antitífica – 18; Penicilina – 24; e Injeções aplicadas – 1.524

Questionário ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República – 1954

- ✓ Quantos incapazes ainda se encontram na CRIFA? Resposta: 331.
- ✓ Quantos não podem prover seus meios? Resposta: 141.
- ✓ Quantos ramos ou especialidades estão funcionando? Resposta: 20.
- ✓ Quantos servidores possui a CRIFA? Resposta: 25.
- ✓ Qual a despesa mensal com servidores? Resposta: Cr\$ 74.220,00.
- ✓ Qual o total da dotação orçamentária da CRIFA? Resposta: Cr\$ 3.220.320,00.
- ✓ Quantos homens foram recuperados? Resposta: 214. Mais 421 assistidos com tuberculose, 4 com lepra, 6 casos de visão e 49 tratamentos neuropsiquiátricos.

Relatório anual do presidente da CRIFA – 1955

No desfecho deste relatório, o presidente da CRIFA – vice-almirante médico Fábio Alves de Vasconcelos destacou³:

De qualquer forma, queremos deixar claro que, em face do seu âmbito de ação atual, a CRIFA não pode solver e nem é responsável pelo problema social de todos os pracinhas da Segunda Grande Guerra, a despeito de ser o esforço despendido apreciável, forçoso é reconhecer não só em face das dificuldades encontradas, como também considerando que é sempre demorada a formação profissional, mormente em se tratando de indivíduos adultos e, alguns casos analfabetos, e em outros casos, portadores de deficiências e desajustamentos vários. Sendo esta exposição que nos cumpria fazer a V Exa relativamente aos trabalhos do ano de 1955, resta-nos apenas continuar aguardando as determinações da Alta Direção do Poder Executivo para prestar outro qualquer esclarecimento que V Exa julgar conveniente. Aproveito a oportunidade para apresentar a V Exa os protestos do meu mais profundo respeito. Assina Dr. Fábio Alves de Vasconcelos – Vice-almirante Médico Presidente da CRIFA.

Conclusão

O prédio onde funcionou o Centro de Reabilitação de Incapacitados das Forças Armadas (CRIFA), no Rio de Janeiro – RJ, foi tombado (resolução de tombamento: Lei nº 2.608, de 12 dez 1997 – DO RIO de 16 dez 1997), por sua importância arquitetônica, histórica e cultural. Recebeu a denominação: Edificação do Centro de Reabilitação de Incapacitados das Forças Armadas (CRIFA). Encontra-se situado à Rua Aquidabã, nº 320 – Lins – Rio de Janeiro – RJ.

O funcionamento da CRIFA constitui uma das páginas mais obscuras da história dos expedicionários no pós-guerra, pois pouco se sabe a seu respeito, a não ser o conteúdo deste artigo, retirado dos relatórios anuais da CRIFA. Quando se encontra alguma referência, é para criticá-la ou colocar-se em defesa das críticas a ela realizadas (FERRAZ, 2018).

A esmagadora maioria dos expedicionários, por todo o Brasil, pouco ou nada sabia da existência da CRIFA. Criada para atender a todos os incapazes desde que preenchessem os requisitos da lei, ficou isolada no Rio de Janeiro, desconhecida ou inacessível aos veteranos incapacitados no resto do país. Dessa forma, não realizou a contento suas funções legais.

A comissão esteve ameaçada de ser fechada várias vezes.

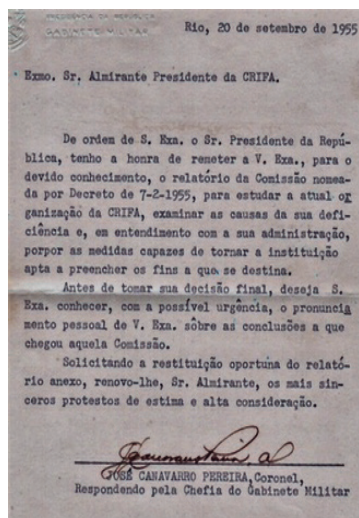



Figura 4 – Ofício para examinar as causas de sua deficiência

Fonte: Acervo dos autores

Segundo a Exposição de Motivos nº 00245/MD, de 23 de maio de 2005, do Ministro de Estado da Defesa, o Decreto-Lei nº 7.270, de 1945, tornou-se obsoleto e inadequado diante da organização vigente, já que a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, passou a regular a matéria. A Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas foi extinta pelo Decreto nº 76.487, de 22 de outubro de 1975. Atualmente, suas atividades são exercidas pela Junta Superior de Saúde de cada Força, com regulamentos próprios. 

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.270**, de 25 de janeiro de 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 053**, de 8 de outubro de 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.795**, de 23 de janeiro de 1946.

BRASIL. **Decreto nº 76.487**, de 22 de outubro de 1975.

BRASIL. **Exposição de Motivos nº 00245/MD**, de 23 de maio de 2005, do Ministro de Estado da Defesa.

BRASIL. **Relatório Anual de 1946, 1947, 1949, 1950, 1951, 1952, 1954 e 1955** dos serviços assistenciais técnicos prestados pela CRIFA ao presidente da República, assinado pelo vice-almirante médico Fábio Alves de Vasconcelos – presidente da CRIFA.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2018.

Notas

¹ Jornal: O Cruzeiro do Sul nº 1 – Ano I, 3 de janeiro de 1945.

² CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro/RJ, Biblioteca do Exército – Editora / Palácio Duque de Caxias. 1960, p. 540.

³ Relatório da CRIFA referente ao exercício de 1955, apresentado ao Exmo Sr Presidente da República do Brasil.

Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

A Biblioteca do Exército (BIBLIEx) – Casa do Barão de Loreto é uma centenária instituição cultural do Exército Brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral.

**SEJA NOSSO
ASSINANTE**

e receba em sua residência
nossos livros publicados.



Tel.: (21) 2519-5707

Praça Duque de Caxias, nº 25
Palácio Duque de Caxias
Ala Marcílio Dias – 3º Andar
Centro – CEP 20.221-260
Rio de Janeiro – RJ



Acesse:

www.bibliex.eb.mil.br





Vantagens da Assinatura



- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

Livros da Coleção General Benício



Tipos de assinatura:

- A – versão completa (10 livros, a R\$200,00)
- B – versão compacta (5 livros, a R\$150,00)

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além dos livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; E
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Tradição e qualidade em publicações





Agora, você tem mais facilidade em suas mãos.

Acesse. Simule. Contrate.

Sujeito a alteração sem aviso prévio.
Consulte as normas e condições vigentes.



Correção pela
TR, pelo **IPCA**
ou juros
Prefixados

Juros ainda
menores

#fiqueemcasa



www.poupex.com.br

0800 61 3040



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

